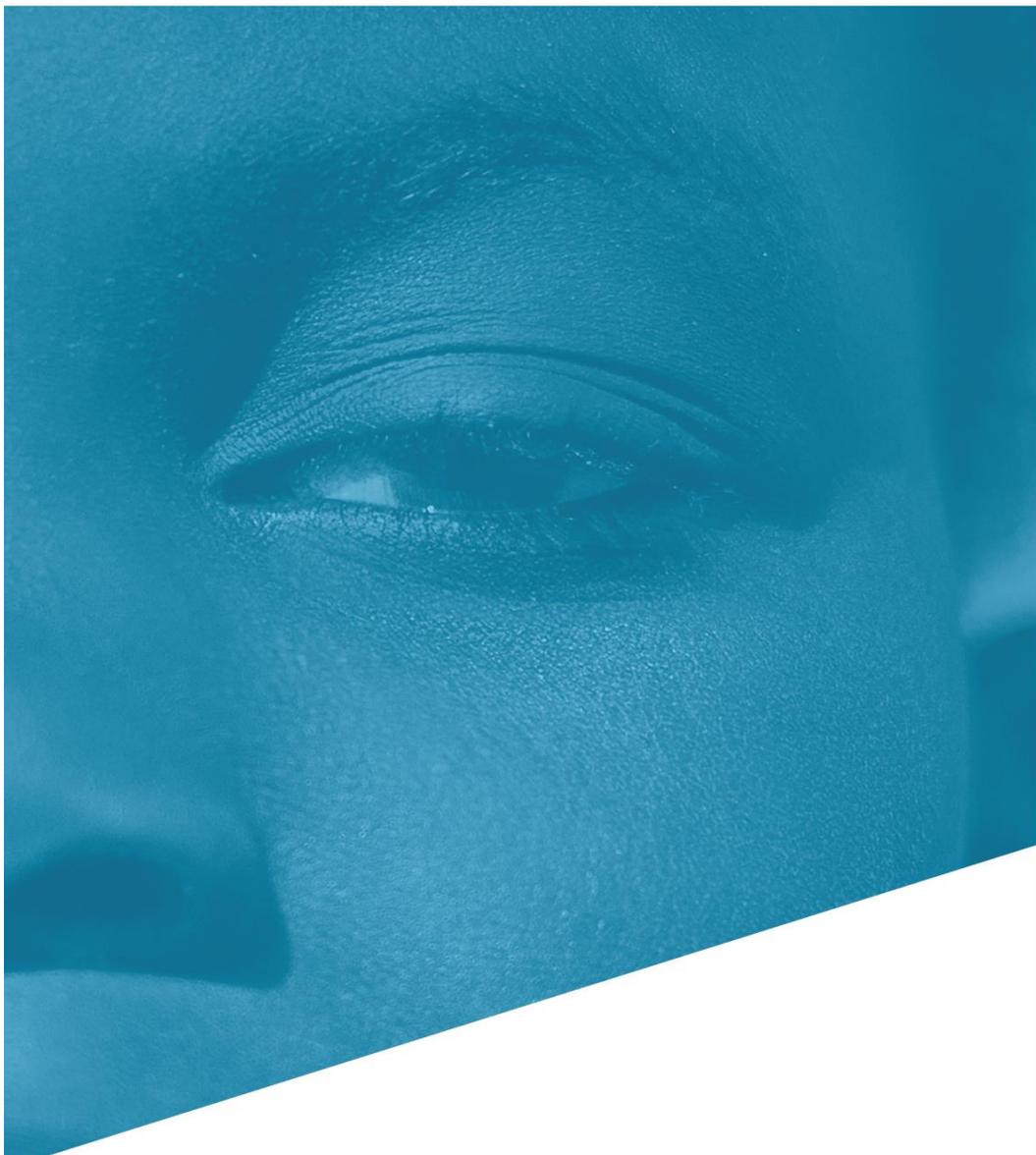


**BNI.**

Banco Nacional  
de Investimento



RELATÓRIO DE CONTAS  
ANNUAL REPORT  
**2022**



## **Índice**

- 1 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
- 2 Principais indicadores
- 3 O BNI
  - 3.1 Órgão Sociais
  - 3.2 Missão, Visão, Valores e Estratégia
  - 3.3 Estrutura Accionista
- 4 Sumário Executivo
- 5 Produtos e Serviços
- 6 Panorama Político e Macroeconómico
  - 6.1 Economia Internacional
  - 6.2 Economia Nacional
- 7 Nível de Execução do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO)
- 8 Desempenho Operacional e Financeiro
  - 8.1 Recursos Humanos
  - 8.2 Áreas de Negócio
  - 8.3 Análise Financeira
- 9 Proposta de Aplicação de Resultados
- 10 Demonstrações Financeiras
  - 10.1 Demonstração do Rendimento Integral
  - 10.2 Demonstração da Posição Financeira
  - 10.3 Demonstração das alterações na Situação Líquida
  - 10.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa
  - 10.5 Anexos e Notas às Demonstrações Financeiras
- 11 Relatórios
  - 11.1 Relatório e Parecer dos Auditores Externos
  - 11.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



### 1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

2022 foi um ano especial para o processo de crescimento e consolidação do BNI, não só por ter registado um significativo crescimento dos resultados, mas também por se ter verificado um incremento no volume da actividade operacional. Não obstante ter sido um ano conturbado para as empresas em geral, onde a conjuntura económica internacional desfavorável que já se fazia sentir, piorou em 2022, com o crescimento da incerteza e volatilidade dos mercados e pela crise financeira, em particular por conta da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tendo a inflação se elevado para os níveis de 8,80%, maior que a observada em várias décadas e com a consequente subida das taxas de juro.

Como é natural, esta conjuntura, fez-se também sentir ao nível nacional, exigindo as empresas um esforço adicional para se manterem em pleno funcionamento, em particular para o sector financeiro com o registo de reduzidos níveis de financiamento à economia, da respectiva degradação da qualidade e da redução da procura de produtos e serviços bancários.

Em face desta complexidade e das perspectivas de uma acentuada aceleração da inflação, o Banco de Moçambique reviu em alta nos meses de Março e Setembro as taxas de juro de referência da política monetária no total de 400 pontos bases (pb), com a consequente subida da Prime Rate, indexante dos créditos em moeda nacional.

No caso específico do BNI, a conjuntura económica adversa obrigou a adopção de uma série de medidas atinentes à mitigação dos impactos dessa desaceleração da economia e do ambiente de negócios, o que permitiu ao registo de um conjunto de conquistas e realizações que considero de extrema relevância para o Banco, tanto ao nível de intervenção no mercado, como dos processos internos de gestão do risco.

Ao nível de mercado, o Banco continuou a apostar na cadeia de valor do sector do Agronegócio, financiando a aquisição de matéria prima pelas empresas junto de produtores locais, a transformação em produtos semi-acabados ou finais com maior valor acrescentado e a componente de comercialização dentro e fora do país, com fortes impactos na geração de emprego, produção e maior disponibilidade de produtos agrícolas para o país, geração de divisas para o país contribuindo para a estabilidade cambial e maiores receitas fiscais para o Estado.

Ainda nesta vertente, o Banco consolidou o seu posicionamento como assessor de entidades publicas e privadas em matérias financeiras especializadas, nomeadamente, estruturação, montagem, negociação e colocação de financiamentos estruturantes, e estendeu relacionamento com varias instituições financeiras internacionais envolvidas em grandes projectos de desenvolvimento, abordagem que permite ao Banco apoiar e dar resposta às necessidades específicas de projectos estruturantes, quer na vertente técnica ao desenvolvimento de projectos, quer na estruturação das linhas de financiamento ou na criação de parcerias estratégicas.

Estabelecemos relacionamentos com bancos correspondentes e com instituições financeiras de desenvolvimento que permitem ampliar a capacidade do Banco na resposta às necessidades específicas do mercado, em particular para à disposição de soluções de apoio à tesouraria e investimento a projectos chaves de desenvolvimento, sempre tendo em conta os critérios de risco adequados. Esta abordagem permitiu ampliar o contributo para o desenvolvimento de projectos estratégicos de infraestruturas, energias renováveis e não renováveis que fornecem benefícios económicos, sociais e ambientais a um número alargado de famílias e empresas.



Ademais, foram determinantes, a melhor e maior coordenação com o Governo, permitindo o envolvimento do Banco em matérias complexas e sensíveis na qualidade de assessor financeiro, trazendo soluções concretas e em tempo útil, estando particularmente a decorrer uma assessoria para criação e implementação de estratégias para a melhoria da classificação do risco de crédito e da sustentabilidade da dívida pública, este trabalho vai permitir a redução dos custos da dívida existentes e de novos empréstimos.

Do mesmo modo, foi particularmente expressiva a actividades nos domínios de gestão de risco e capital com o fortalecimento dos quadros conceptuais do risco corporativo e risco operacional, tendo se efectuado revisão e elaborado um conjunto de normativos, bem como desenvolvido e implementado novas ferramentas apropriadas, com vista a tornar mais eficaz o controlo e mitigação dos riscos a que a actividade do Banco está exposta. A gestão eficiente do capital e o acompanhamento criterioso do risco, adequando-o aos requisitos regulamentares, constitui maior princípio basilar da gestão do Banco para manter a robustez e sustentabilidade do Banco, tendo, pelo escrupuloso cumprimento dos requisitos regulamentares não ter se registado qualquer penalização / sanção nos últimos anos.

Ainda no âmbito da sua actividade, o Banco prosseguiu com o seu compromisso de responsabilidade social, apoiando um conjunto de iniciativas, dentre elas, da vertente de empreendedorismo, desporto e cultura. O empreendedorismo foi apoiado através da oferta de quites de autoemprego aos jovens como mecanismo de contribuir para o aumento da produtividade no país e na captação do dividendo demográfico de uma população em expansão. O Banco renovou o apoio ao desporto através do patrocínio a Federação Moçambicana de Futebol no âmbito da qualificação ao CHAN 2022. Destacamos o apoio a cultura através do patrocínio no lançamento de obras literárias. São estas acções que nos distinguem em particular pela preocupação com o bem-estar da população moçambicana.

No geral, o Banco conseguiu alcançar os seus principais objectivos para o ano de 2022, alicerçada pela sua capacidade de geração do valor, apoiada pela abordagem de crescimento sustentável, confortável solidez do balanço patrimonial e adequação do capital, e uma estratégia de negócio conservadora à gestão de risco, evidenciado pelo Rácio de Capital Tier 1 de 17,69%, pelo Rácio de Solvabilidade de 17,57% e pelo rácio de liquidez de 95,39%, um nível acima dos requisitos regulamentares.

Desta forma, o Banco encerrou o exercício de 2022 com um lucro de MT 208,62 milhões, correspondente a um crescimento de 80% face ao montante de MT 115,74 milhões do período homólogo, impulsionado pela evolução favorável dos proveitos e do adequado controlo dos custos operacionais.

O excelente desempenho financeiro alcançado em 2022 teve um impacto positivo em todos os indicadores de rentabilidade, com maior destaque para à rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e à rentabilidade dos activos (ROA) que se situaram em 5,78% (2021: 3,33%) e 2,02% (2021: 1,24%), respectivamente. Por seu turno, o rácio de eficiência (*cost-to-income*) melhorou de 66,14% em 2021 para 56,93% em 2022.

O ano de 2022 marca o fecho do Plano Estratégico 2018-2022 do Banco e foi marcado pela melhoria significativa da situação financeira e patrimonial do Banco como consequência da mobilização de recursos no mercado local e internacional que permitiram aumentar a intervenção do mesmo no financiamento à economia. O volume de negócios do BNI cresceu significativamente, com o crédito bruto à economia a passar de MT 1.971,91 milhões em 2018 para MT 6.013,39 milhões em 2022, representando um aumento de 205%, tendo ao longo dos cinco anos sido gerados lucros no



montante global de MT 708,64 milhões, e tendo sido pago dividendos ao acionista no valor global de MT 183,64 milhões, não obstante a actividade do Banco tenha sido gerado num contexto macroeconómico cheio de adversidades que afectaram a continuidade e expansão da actividade económica, desde questões da crise financeira global, insustentabilidade da dívida pública, instabilidade cambial e de preços, desastres naturais, pandemia da Covid-19, guerra entre Rússia e Ucrânia e focos de insegurança militar que criou um ambiente de incertezas e insegurança nas regiões Centro e Norte do País.

O desempenho alcançado nos cinco anos, é corolário, não só da expansão da carteira de crédito, mas também da adopção de outros métodos para o incremento das receitas, nomeadamente, adequada gestão de tesouraria e aplicação do excesso de liquidez orientada para activos financeiros com risco e retorno controlados, intensificação das operações dos mercados cambiais doméstico e internacional, prestação de mais e melhores serviços bancários, nomeadamente, emissão de garantias bancárias, cartas de crédito entre outros, e, manutenção duma política rigorosa de gestão e controlo adequado de custos operacionais.

Em 2023, iniciamos um novo ciclo de 5 anos, o Plano estratégico 2023/2027, e pretendemos fazer desse novo período muito melhor que o anterior, trazendo para os nossos clientes, novos produtos e serviços, melhores condições de acesso e melhor apoio e acompanhamento das suas actividades. Pretendemos ainda agregar mais valor económico ao nosso accionista, não só aumentando o património do Banco, mas sobretudo, financiando e apoiando projectos estratégicos para o desenvolvimento da economia moçambicana.

O desempenho alcançado foi possível devido aos Colaboradores do BNI, pela sua entrega abnegada, sentido de pertença, comprometimento, trabalho em equipa, sinergia, integridade e alinhamento perfeito com a missão, visão e valores do Banco, aos quais vão o meu agradecimento e em nome dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Para terminar, uma mensagem de apreço e de gratidão a todos os membros da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, pelo apoio e colaboração prestados ao longo do ano de 2022, e não só. Os meus agradecimentos vão ainda para o Governo, pelo apoio prestado através do accionista, o IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado, do Ministério de Economia e Finanças e do próprio Presidente da República na qualidade de Chefe do Governo. Reconheço e agradeço a colaboração e contribuição de todos nossos clientes, que nos deram a oportunidade de mostrar e provar que temos capacidade de lhes prestar e fornecer serviços e produtos de qualidade e, foi essa a chave para o alcance dos resultados que hoje apresentamos. E aos nossos parceiros de financiamento, que financiaram o nosso Balanço e ajudaram-nos a financiar projectos que com o nosso balanço não seria possível, endereçamos nos nossos carinhosos agradecimentos pela confiança de, mesmo com as adversidades que a economia esteve a atravessar, aceitaram investir o seu capital no País e financiar projectos que nós indicamos. Finalmente, cumprimento e agradeço a todos os stakeholders que directa ou indirectamente contribuíram para o desenvolvimento das actividades do BNI em 2022 e, comprometemo-nos a fazer sempre o nosso melhor para maximizar cada vez mais o valor do Banco e contribuir efectivamente para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos.



## 2. Principais indicadores

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Balço</b>					
Activo total	6,881,549,495	6,056,382,677	9,154,227,897	9,454,407,471	11,175,711,871
Activos remuneráveis	5,687,124,374	4,516,045,214	7,188,029,794	7,466,244,356	9,101,776,694
Crédito a clientes (bruto)	1,971,913,688	2,026,437,586	4,247,654,137	5,939,695,583	6,013,389,399
Capitais próprios	3,461,403,666	3,315,266,871	3,405,764,525	3,551,660,661	3,668,674,557
Passivo total	3,420,145,827	2,741,115,807	5,748,463,373	5,902,746,810	7,507,037,313
<b>Resultados</b>					
Produto bancário	588,313,730	675,764,812	621,831,609	692,948,377	916,958,857
Margem Financeira	463,026,832	358,624,138	415,355,159	696,068,535	727,746,636
Margem Complementar	125,286,898	317,140,674	206,476,450	(3,120,158)	189,212,222
Custos Operacionais	326,231,793	346,489,726	381,387,865	460,208,449	522,023,830
Imparidades e Provisões	(3,122,339)	194,687,480	23,835,064	77,202,107	151,311,989
Imposto sobre Resultados	82,889,046	70,133,216	79,096,326	39,799,550	35,001,565
Resultado líquido	182,315,231	64,454,390	137,512,353	115,738,272	208,621,473
<b>Rentabilidade</b>					
Margem financeira/Produto bancário	78.70%	53.07%	66.80%	100.45%	79.37%
Margem Complementar/Produto bancário	21.30%	46.93%	33.20%	-0.45%	20.63%
Imparidades e Provisões/Produto bancário	-0.53%	28.81%	3.83%	11.14%	16.50%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	9.36%	10.45%	8.25%	7.45%	8.89%
Rentabilidade do activo médio (ROAA)	2.90%	1.00%	1.81%	1.24%	2.02%
Rentabilidade dos capitais próprios médios (ROEA)	5.60%	1.90%	4.09%	3.33%	5.78%
<b>Solvência</b>					
Rácio de Solvabilidade regulamentar	32.11%	44.46%	40.43%	33.38%	17.57%
Rácio de liquidez	185.44%	110.34%	54.52%	40.02%	95.39%
Rácio de cobertura de liquidez: Activos líquidos / Fluxo de caixa líquido	50.83%	102.43%	97.70%	108.02%	55.39%
Alavacagem (passivo/(passivo + fundos próprios)	49.70%	45.26%	62.80%	62.43%	67.17%
<b>Eficiência</b>					
Margem Financeira / Activo Remunerado	8.14%	7.94%	5.78%	9.50%	8.78%
Custos Operacionais/Produto bancário	55.45%	51.27%	61.66%	66.41%	56.93%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	33.18%	29.35%	35.89%	41.47%	33.08%
<b>Qualidade de Activos</b>					
Exposições não produtivas / Activo total	4.65%	7.22%	1.16%	4.29%	15.89%
Imparidade do crédito / Crédito em incumprimento	50%	52%	2.50%	43%	15.94%
Activos extrapatrimoniais / Activo total	49.07%	58.58%	41.98%	36.34%	25.62%
Crédito em incumprimento / Crédito total	16.20%	19.32%	2.50%	6.83%	29.54%
<b>Outros Indicadores</b>					
Nº de colaboradores	57	59	65	71	74
Nº de agências	2	2	2	2	2



### **3. O BNI**

#### **3.1. Breve Descrição**

O Banco Nacional de Investimento, S.A. (doravante designado como “BNI” ou simplesmente “Banco”) foi constituído a 14 de Junho de 2010 e é um banco de desenvolvimento e investimento moçambicano, vocacionado para o financiamento de projectos apostados na inovação e que contribuam para o processo de desenvolvimento sustentável de Moçambique e para a dinamização dos sectores empresariais, através da assessoria na estruturação e mobilização de recursos no mercado nacional e internacional.

O BNI é um interlocutor privilegiado não só junto das empresas moçambicanas e de investidores internacionais, mas também das instituições nacionais e internacionais responsáveis pela disponibilização de instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento.

O Banco tem a sua sede na Avenida Julius Nyerere, n.º 3504, Bloco A2, na Cidade de Maputo.

#### **3.2. Estrutura accionista**

O Banco é detido em 100% pelo Estado Moçambicano, através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), com um capital social no valor de MT 2.240 milhões, a 31 de Dezembro de 2022.

#### **Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)**

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) foi criado em Dezembro de 2001, por Decreto n.º 46/2001, de 21 de Dezembro, do Conselho de Ministros, com o objectivo principal de gerir as participações financeiras do Estado, adquiridas no âmbito do processo de reestruturação do sector empresarial do Estado. Nesta fase, o IGEPE conta com 148 empresas participadas.

O IGEPE participa também, em representação do Estado, na promoção e constituição de empresas que envolvam fundos públicos, criando incentivos para iniciativas empresariais e de investimentos estratégicos no sector privado.



### 3.3. Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2022, a composição dos órgãos sociais do BNI era representada pelo seguinte organograma:

#### **Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente: Mário Fumo Bartolomeu Mangaze

Secretário: Madalena Ernestina Atanásio

#### **Conselho de Administração:**

Presidente: Omar Ossumane Momade Mithá

Vogal: Tomás Rodrigues Matola

Vogal: Abdul Bácite Daiaram Jivane

Vogal: Luísa Mário Francisco Tivane

Vogal: Tomás Ernesto Dimande

Vogal: Mussá Usman

Vogal: Ester dos Santos José

#### **Comissão Executiva:**

Presidente: Tomás Rodrigues Matola

Vogal: Abdul Bácite Daiaram Jivane

Vogal: Luísa Mário Francisco Tivane

#### **Conselho Fiscal:**

Presidente: Diogo da Cunha Amaral

Vogal: Constantino Jaime Gode

Vogal: Valentim Naftal Nhampossa

Vogal: Aminate Bachir

#### **Comissão de Remunerações:**

Presidente: Ester dos Santos José

Vogal: Tomás Ernesto Dimande

Vogal: Mussá Usman

#### **Comissão de Controlo Interno, Compliance e Auditoria**

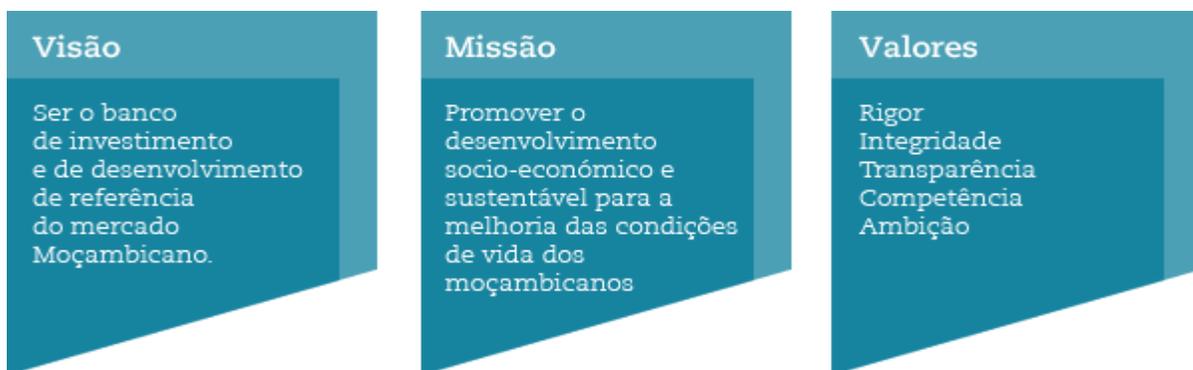
Presidente: Mussá Usman

Vogal: Tomás Ernesto Dimande

Vogal: Ester dos Santos José

### 3.4. Visão, Missão, Valores

O BNI orienta-se pelos seguintes princípios:



O BNI mantém o seu posicionamento no contributo para o desenvolvimento da economia moçambicana, assegurando a solidez financeira e a sustentabilidade, através de uma estratégia que assenta nos seguintes pilares estratégicos:

PILAR	OBJECTIVO ESTRATEGICO
Promoção e Financiamento ao Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apoiar o desenvolvimento de empresas e projectos infraestruturantes e sector produtivo com impacto socio-económico</li> <li>✓ Melhorar a qualidade de gestão das empresas/fundos.</li> </ul>
Competitividade e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar e Expandir a rede de serviços bancários do Banco.</li> <li>✓ Garantir o crescimento sustentável do património do Banco.</li> <li>✓ Alcançar um nível de excelência no processo de gestão e acompanhamento dos riscos.</li> </ul>
Governança Corporativa, Competências e Relacionamento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reforçar/aprimorar o relacionamento institucional com os <i>Steckholders</i> do Banco;</li> <li>✓ Desenvolver competências e reter talento.</li> </ul>



### 4. Sumário Executivo

O ano de 2022 revelou grandes dificuldades para economia moçambicana e para o BNI. Estas dificuldades são baseadas aos eventos que se desenrolaram no Mundo, incluindo a luta global contra a inflação que é maior do que a observada em várias décadas; a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o ressurgimento da Covid-19 na China que pesaram sobre a actividade económica global em 2022, sendo que poderão continuar a fazê-lo no início do ano de 2023.

A economia moçambicana conseguiu evidenciar e colocar em prática grande parte das estratégias macroeconómicas traçadas para o ano, facto esse que aponta para um crescimento económico positivo de 4,15%, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), superando a meta de 2,90% estabelecida no Plano Economico e Social e Orçamento de Estado para 2022.

A inflação média anual, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Moçambique esteve situada na ordem de 10,28% em 2022, estando a economia nacional caracterizada pelo aumento dos preços de bens alimentares, muito devido aos efeitos adversos dos conflitos geopolíticos entre a Rússia e a Ucrânia por detrás do aumento da inflação mundial.

O Banco Central, com o objectivo de conter a tendência da inflação, adoptou uma postura monetária restritiva, aumentando a taxa de juro da política monetária (MIMO) nos meses de Março e Setembro no total de 400 pontos bases (pb), para 17,25% no final do ano de 2022. Importa referir que esta deliberação induziu a subida do Prime Rate, indexante dos créditos em moeda nacional, de 18,60% em Dezembro de 2021 para 22,60% em Dezembro de 2022.

No Mercado Cambial, em termos gerais, o Metical apresentou um desempenho satisfatório durante o ano de 2022, ao registar uma relativa estabilidade da taxa de câmbio, principalmente a do Metical face ao Dólar Norte-Americano, tendo se fixado, em Janeiro de 2022, a USDMZN 63,83 e, em Dezembro, a USDMZN 63,87. Para 2023, espera-se que o Metical continue numa perspectiva de estabilidade, especialmente face ao Dólar Norte Americano, resistindo assim à grande volatilidade dos preços das principais mercadorias, ao aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos de primeira necessidade, bem como as externalidades negativas que têm assolado o País e o mundo.

Apesar do ambiente económico pouco favorável, o crédito a economia em todo o sistema financeiro registou um crescimento de 3,99%, passando de MT 272.649 milhões em 2021 para MZN 283.528 milhões em 2022. Já a carteira de crédito do BNI, manteve-se estável em relação ao período homólogo de 2021, apesar de ter-se financiado projectos de investimento no montante global de MT 1.315,93 milhões (MT 1.799,72 milhões em 2021).

No contexto de desafios macroeconómicos e das dificuldades enfrentadas, o BNI registou um desempenho financeiro satisfatório e fez excelente progresso estratégico com a entrada em novos negócios paralelos que não requerem o capital, em particular para a viabilização da importação de combustíveis para o abastecimento do mercado nacional, desde a emissão de garantias bancárias até a liquidação das facturas destes produtos.



## Relatório e Contas – 2022

---

Os resultados líquidos cresceram em 80%, passando de MT 115,74 milhões em 2021 para MT 208,62 milhões em 2022, impulsionados pelo crescimento do produto bancário (+ 32%), a reflectir o crescimento da margem financeira em 5% e da margem complementar que saiu dos níveis negativos de MT 3,12 milhões em 2021 para o desempenho de MT 189,21 milhões em 2022. Este desempenho foi acompanhado pelo rigor no controlo dos custos operacionais, que permitiu melhorar o rácio de eficiência em 9,48 pp, saindo de 66,41% em 2021 para 56,93% em 2022.

O desempenho financeiro alcançado permitiu a evolução dos principais indicadores chave de rentabilidade, tendo a rentabilidade dos capitais próprios e a rentabilidade dos activos aumentado de 3,33% e 1,24% em 2021 para 5,78% e 2,02% em 2022, respectivamente, acompanhado por níveis confortáveis de solidez e liquidez, sendo que o rácio de adequação de capital e o rácio de liquidez situaram-se em 17,57% e 95,39%, estando acima dos requisitos mínimos do Banco Central de 12% e 25%, respectivamente.

O desempenho alcançado em 2022 foi num contexto de evolução do risco da carteira de crédito face ao quadro macroeconómico que se mostrou pouco favorável apesar dos sinais de retoma da actividade económica, tendo com efeito, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias em percentagem do total da carteira registado degradação ao situar-se em 29,54% no final de 2022, comparativamente a 6,83% alcançado em igual período de 2021. Este cenário levou o Banco a reforçar provisões e imparidades pelo montante de MT 151,31 milhões acima de MT 77,20 milhões reportado em 2021, por forma a assegurar a robustez do balanço e mitigar os impactos do aumento do risco bancário.

O principal desafio para os próximos anos será a melhoria da qualidade dos activos do Banco e a reafirmação da presença do BNI no mercado como banco de desenvolvimento e de investimento comprometido com a melhoria da economia moçambicana, mantendo o foco na sustentabilidade dos resultados, eficiência, robustez e solidez do balanço.



## 5. Produtos e Serviços

O BNI disponibiliza uma oferta abrangente de instrumentos de financiamento a projectos e empresas, procurando contribuir para um crescimento económico sustentável.

### 5.1. Como Banco de Desenvolvimento

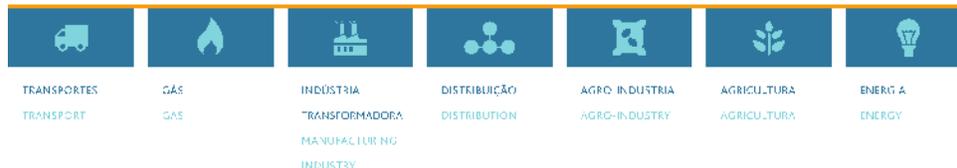
#### Financiamentos

O BNI como banco de desenvolvimento financia infra-estruturas com ligações intersectoriais e outros projectos do sector produtivo com impacto previsível e mensurável no desenvolvimento económico e social do País.

#### INFRA-ESTRUTURAS COM LIGAÇÕES INTER-SECTORIAIS • INFRASTRUCTURE WITH CROSS-CUTTING LINKAGES



#### PROJECTOS DO SECTOR PRODUTIVO • PRODUCTION SECTOR PROJECTS



### 5.2. Como Banco de Investimento

#### Produtos e serviços

O BNI disponibiliza uma série de produtos e serviços, incluindo prestação de assessoria e aconselhamento a empresas e projectos do sector público e privado, gestão de fundos e promoção do acesso ao mercado de capitais em condições que proporcionem aos seus clientes uma oferta alargada e singular em Moçambique.

#### Projectos e estruturação financeira

O BNI desenvolve actividade de assessoria, constituição de sindicatos bancários e concessão de crédito de médio e longo prazos especificamente vocacionados para o financiamento estruturado de projectos com impacto no desenvolvimento de Moçambique.



ASSESSORIA FINANCEIRA • FINANCIAL ADVISORY

REORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS CORPORATE REORGANIZATIONS	AVLI AÇÕES ECONOMICO- FINANCEIRAS ECONOMIC AND FINANCIAL ASSESSMENTS	LBO S / MBO S LBO S / MBO S	ANÁLISE DE SINERGIA SYNERGY ANALYSIS	Mobilização de RECURSOS FINANCEIROS FINANCIAL RESOURCE MOBILIZATION	ACORDOS DE PARCERIA PARTNERSHIP AGREEMENTS	REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA FINANCIAL RESTRUCTURING	FUSÕES E AQUISIÇÕES MERGERS AND ACQUISITIONS

**Project & Structured Finance**

Estruturação de operações para projectos empresariais, dos quais seja ou não co-financiador, numa base de risco de projecto, sendo que a sua intervenção vai desde a assessoria até ao acompanhamento e monitorização de projectos ao longo do seu ciclo de vida. Abrange, adicionalmente, serviços de consultoria e assessoria financeira completa e serviços de organização de financiamentos estruturados para os mais variados sectores.

Com a operação de *Structured Finance* (financiamento estruturado), através de assessoria e montagem de operações de crédito estruturado na vertente de risco *Corporate*, procura acrescentar valor aos clientes com vista a melhorar a qualidade dos balanços das empresas, e, portanto, viabilizar o financiamento e sucesso de alguns projectos de investimento que, de outra forma, não poderiam ser financiados.

**Estruturação de financiamentos**

Arquitectura de soluções específicas, incluindo o desenvolvimento e aplicação de produtos à medida das necessidades de cada projecto, com vista à optimização da estrutura do mesmo para a mobilização de financiamentos adequados ao seu perfil de risco, retorno e fluxo de caixa.

**Gestão de risco**

Apresentação de alternativas para cobertura de risco de mercados, feita à medida das necessidades e exposição de cada cliente, com base na avaliação dos riscos de mercado em que incorre e na avaliação do seu perfil de risco financeiro.

**Instrumentos**

Dívida sénior e dívida subordinada, estruturação de empréstimos obrigacionistas, produtos híbridos (combinações diversas como dívida sénior e dívida subordinada ou de curto prazo e com produtos de longo prazo), negociação de instrumentos complementares de cobertura de risco, contratos de liquidez e produtos à taxa fixa ou variável.

**Fusões e aquisições**

Identificação de oportunidades, análise, avaliação e estruturação de uma operação até à negociação e fecho da transacção. Os serviços do BNI incluem também processos de venda, tais como, a elaboração de memorando informativo, prospecção e selecção de potenciais parceiros, análise de propostas e apoio no processo negocial até o fecho da operação.



### **Avaliações**

Avaliações independentes de empresas, unidades de negócios e projectos de investimento com base em métodos aceites e reconhecidos internacionalmente, determinando um intervalo de valores credíveis para os activos do projecto. Com a vasta experiência da equipa do BNI, contamos com um conhecimento sectorial e local que permite seleccionar as metodologias mais adequadas ao seu caso.

### **Privatizações**

Assessoria a órgãos governamentais na estruturação e implementação de projectos de privatização e assessoria a investidores privados visando a aquisição das empresas a privatizar.

Vocacionado para a assessoria a grandes e médias empresas e grupos económicos, o BNI organiza, monta e acompanha operações de *Corporate Finance* assumindo o papel de principal conselheiro dos seus clientes em projectos de âmbito nacional e internacional, com enfoque nos seguintes domínios:

- (i) Assessoria financeira para o fortalecimento da capacidade de gestão empresarial;
- (ii) Avaliação económico-financeira de empresas:
  - *Fairness Opinions*
  - Análise de sinergias associadas à combinação de negócios entre sociedades;
  - Estudo da reestruturação financeira;
  - Reestruturação de infra-estruturas diversas;
  - Reestruturação orgânica e de processos de gestão;
  - Redefinição de negócios e adequação às condições reais e actuais da empresa e do mercado;
  - Estruturação, reestruturação e mobilização de financiamentos para empresas;
  - Reorganização de participações empresariais;
  - Apoio às reorganizações económico-financeiras que possam preparar as empresas para operações de mercado de capitais;
  - Constituição e coordenação de consórcios financeiros;
  - Identificação de parceiros e oportunidades de negócio.

### **Mercado de Capitais**

#### **Mercado de títulos de dívida | Mercado de títulos de propriedade | Gestão de Fundos e de Activos | Capital de Risco**

O BNI organiza operações nos mercados de acções e obrigações, assumindo o papel de principal conselheiro dos seus clientes, para a colocação de títulos de dívida e de *Equity* nos mercados financeiros a nível nacional e internacional. O



BNI desenvolve soluções de estruturação e execução de operações do mercado de capitais (acções e dívida) mediante as necessidades dos seus clientes.

Inserir-se também no leque de actividades que o Banco desenvolve, a montagem de operações do mercado de capitais, como ofertas públicas de aquisição (OPA) e admissão à negociação de títulos, executando operações de intermediação financeira, gerindo a custódia de títulos e carteiras dos clientes e executando ordens nas principais bolsas mundiais.

**Mercado de título de dívida**

Na qualidade de OEOT e operador de bolsa, o Banco executa operações de intermediação de obrigações de tesouro, obrigações privadas e papel comercial na Bolsa de Valores de Moçambique (Mercado Secundário).

**MERCADO DE TÍTULOS DE DÍVIDA • DEBT SECURITIES MARKET**

MERCADO PRIMÁRIO • PRIMARY MARKET



MERCADO SECUNDÁRIO • SECONDARY MARKET

O BNI É UM OPERADOR ESPECIALIZADO EM OBRIGAÇÕES DO TESOURO (SOFT) E OPERADOR DE BOLSA:

- ASSEGURA A INTERMEDIÇÃO NA COMPRA E VENDA DE OBRIGAÇÕES E PAPEL COMERCIAL NA BOLSA;
- APOIA AS EMPRESAS NA ADMISSÃO À COTAÇÃO NA BOLSA; REGISTO DOS TÍTULOS

BNI IS AN SPECIALIZED TREASURY BOND DEALER (SOFT) AND STOCK MARKET DEALER:

- ENSURES INTERMEDIATION IN STOCK MARKET TRADING IN BONDS AND COMMERCIAL PAPER;
- SUPPORTS COMPANIES IN ADMISSION TO STOCK MARKET REGISTRATION OF SECURITIES.

**Mercado de títulos de propriedades – acções (equity)**

O BNI monta operações do mercado de capitais, como ofertas públicas de aquisição (OPA) e admissão à negociação de títulos, executando operações de intermediação financeira, gerindo a custódia de títulos e carteiras dos clientes e executando ordens nas principais bolsas mundiais.

**MERCADO DE CAPITALIS - ACÇÕES • CAPITAL MARKET - SHARES**

MERCADO PRIMÁRIO • PRIMARY MARKET



MERCADO SECUNDÁRIO • SECONDARY MARKET

O BNI É UM OPERADOR ESPECIALIZADO EM OBRIGAÇÕES DO TESOURO (SOFT) E OPERADOR DE BOLSA:

- ASSEGURA A INTERMEDIÇÃO NA COMPRA E VENDA DE ACÇÕES NA BOLSA;
- APOIA AS EMPRESAS NA ADMISSÃO À COTAÇÃO NA BOLSA; REGISTO DOS TÍTULOS NA BOLSA

BNI IS AN SPECIALIZED TREASURY BOND DEALER (SOFT) AND STOCK MARKET DEALER:

- ENSURES INTERMEDIATION IN STOCK MARKET TRADING IN BONDS AND COMMERCIAL PAPER;
- SUPPORTS COMPANIES IN ADMISSION TO STOCK MARKET REGISTRATION OF SECURITIES.



### Gestão de fundos e de activos

O Banco presta serviços de gestão de fundos, montagem de carteiras e alocação dos activos de fundos próprios e de terceiros, incluindo gestão activa ou passiva de fundos de entidades privadas e públicas, estruturando soluções adaptadas ao seu perfil de risco. O BNI define e executa estratégias, nas suas vertentes de rentabilidade e risco, no contexto de globalização e internacionalização dos mercados. Para o efeito, o Banco possui uma sala de mercados devidamente equipada com instrumentos e sistemas que lhe permitem estar em contacto permanente com todos os mercados financeiros domésticos e internacionais.

### Gestão de activos de clientes públicos e privados

O Banco executa a montagem e gestão de carteiras de activos financeiros próprios e de terceiros, estruturando soluções adaptadas ao seu perfil de risco, e procede à definição e execução de estratégias de gestão de risco no contexto de globalização dos mercados financeiros.

### Capital de risco

#### SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO • VENTURE CAPITAL SOCIETY



O BNI estrutura e gere fundos de capital de risco destinados a investidores qualificados, avaliando e adquirindo participações temporárias em empresas que têm insuficiente capacidade financeira, mas apresentam um potencial elevado de crescimento e de contribuição para a economia moçambicana gerando emprego, bem assim, possuem equipas de gestão profissional e dotadas de uma visão estratégica de negócio.



## 6. Panorama Político e Macroeconómico

### 6.1. Economia Global

A economia global esta sendo confrontada por uma serie de desafios turbulentos que incluem a inflação alta e superior a observada em várias décadas, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o ressurgimento da Covid-19 na China, factores que influenciam com o aperto às condições financeiras na maior parte das regiões do mundo e que de um modo geral, pesaram no abrandamento da actividade económica global em 2022.

Contudo, apesar das inúmeras adversidades, o PIB real foi surpreendentemente forte no terceiro trimestre de 2022 em várias economias, incluindo nos Estados Unidos da América, na Zona Euro e nos principais mercados emergentes e em desenvolvimento.

As causas que suportam este aumento são na maior parte dos casos essencialmente domesticas que se relacionam a um nível de consumo privado não expectável e aumento de investimento, a meio entre mercados de trabalho apertados, para além de um forte apoio fiscal.

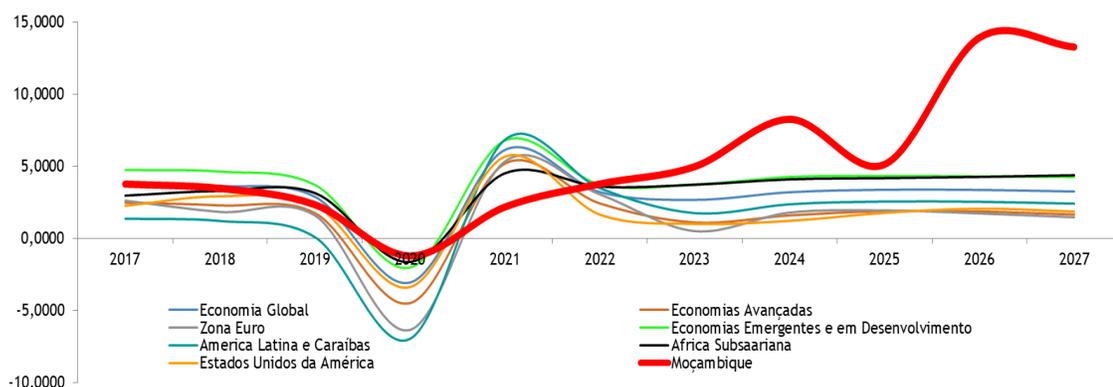
Esta tendência por um lado, é reflexo do aumento de consumo das famílias fazendo face a procura, sobretudo em serviços, por outro lado, e a título de exemplo, a redução nos custos de transportes baixou a pressão nos preços de insumos permitindo o retorno gradual inesperado da actividade económica em vários sectores. No entanto, no quarto trimestre de 2022 estima-se que esse aumento tenha diminuído, embora não para todas as economias. Estima-se que depois da economia global alcançar os 6,20% em 2021, o ano de 2022 registou 3,40%, segundo o Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Janeiro de 2023, estimativa de 0,21 pontos percentuais acima das previsões do FMI em Outubro de 2022 e uma redução de 2,8 pp relativamente ao ano transacto.

Para as economias avançadas, o FMI aponta para um crescimento económico de 2,70%, em 2022, contra 5,40% observado no ano 2021, sendo 2,00% nos Estados Unidos da América; 3,50% na Zona Euro e 4,10% no Reino Unido.

As economias emergentes e em desenvolvimento, registaram um crescimento global de 3,90% para o ano de 2022 (contra 6,70% do ano transacto), destacando-se a Índia com 6,80%, o Brasil com 3,10%, a China com 3,00% e a África do Sul com 2,60%.

Na África Subsaariana, os registos apontam para um crescimento económico de 3,80% para o ano de 2022, depois de no ano transacto ter registado níveis de 4,70%.

**Evolução Histórica e Previsional do Crescimento Económico em Regiões Seleccionadas**



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, October 2022

Para o ano de 2023 o Fundo Monetario Internacional prevê que a economia global reduza de uma estimativa de 3,40%, em 2022, para 2,90%, em 2023, para que em 2024 ascenda aos 3,10%. A previsão para 2023 é de 0,2 pontos percentuais acima do previsto em Outubro de 2022, porém, abaixo da média anual histórica (2000–19) de 3,80%. A previsão do baixo crescimento em 2023 reflecte o aumento das taxas de juro por parte dos Bancos Centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, sem deixar de lado as limitações que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia têm trazido para os demais países.

As previsões são sustentadas por uma série de suposições, incluindo os preços das classes dos recursos energéticos como os combustíveis e as commodities em geral. Segundo o FMI, os preços destas classes de recursos têm sido revistos em baixa desde o Relatório do FMI datado de Outubro de 2022, coadunados com as altas taxas de juro que servem necessariamente para mitigar os altos níveis de inflação.

Com isto, sendo esses os recursos estratégicos para as exportações na maior parte dos países, com a sua cotação em baixa é quase certo que a angariação de receitas através dos mesmos vai reduzir comparativamente aos anos anteriores. Para as economias avançadas, projecta-se que o crescimento caia acentuadamente de 2,70%, em 2022, para 1,20% em 2023, antes de subir para 1,40% em 2024.

Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, projecta-se que o crescimento aumente modestamente de 3,90%, em 2022, para 4,00% em 2023 e 4,20% em 2024.

Na África Subsaariana, projecta-se que o crescimento permaneça moderado em 3,80% em 2023, em meio a consequências prolongadas da pandemia da Covid-19, com uma modesta revisão em alta para 4,10% no ano de 2024.



## Relatório e Contas – 2022

### PIB & Inflação por Região/Bloco Mundial

Regiões/Blocos	PIB (%)				Inflação (%)			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
<b>Economia Global</b>	<b>6,20</b>	<b>3,40</b>	<b>2,90</b>	<b>3,10</b>	<b>4,71</b>	<b>8,80</b>	<b>6,60</b>	<b>4,30</b>
» <b>Economias Avançadas</b>	<b>5,40</b>	<b>2,70</b>	<b>1,20</b>	<b>1,40</b>	<b>3,09</b>	<b>7,30</b>	<b>4,60</b>	<b>2,60</b>
- Estados Unidos da América	5,90	2,00	1,40	1,00	4,69	n/a	n/a	n/a
- Reino Unido	7,60	4,10	-0,60	0,90	n/a	n/a	n/a	n/a
- Zona Euro	5,30	3,50	0,70	1,60	2,59	n/a	n/a	n/a
» <b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>6,70</b>	<b>3,90</b>	<b>4,00</b>	<b>4,20</b>	<b>5,90</b>	<b>9,90</b>	<b>8,10</b>	<b>5,50</b>
- Argentina	10,40	4,60	2,00	2,00	n/a	n/a	n/a	n/a
- Brasil	5,00	3,10	1,20	1,50	n/a	n/a	n/a	n/a
- China	8,40	3,00	5,20	4,50	n/a	n/a	n/a	n/a
- Índia	8,70	6,80	6,10	6,80	n/a	n/a	n/a	n/a
- África do Sul	4,90	2,60	1,20	1,30	n/a	n/a	n/a	n/a
» <b>África Subsaariana</b>	<b>4,70</b>	<b>3,80</b>	<b>3,80</b>	<b>4,10</b>	<b>10,99</b>	<b>14,20</b>	<b>11,87</b>	<b>8,60</b>
- Cabo Verde	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
- República Democrática do Congo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
- Maurícias	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
- Seychelles	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, January 2023

No que diz respeito à inflação, espera-se que cerca de 84% dos países tenha uma inflação nominal (índice de preços ao consumidor) menor em 2023 em relação a 2022. A inflação global deve cair de 8,80%, em 2022 (média anual), para 6,60% em 2023 e 4,30% em 2024, porém, acima dos níveis pré-pandêmicos (2017–19) de cerca de 3,50%.

A desinflação projectada reflecte, em parte, a queda internacional das commodities de combustíveis e não-combustíveis devido à fraca demanda global, podendo ser sustentada pelos apertos graduais na Política Monetária (aumento das taxas de juro) que, ao longo do tempo, pode verificar um certo abrandamento, caso se justifique tendo em conta as condições macroeconómicas.

Ainda assim, a desinflação levará tempo, pois, prevê-se que até 2024, a média anual e o núcleo da inflação ainda estejam acima dos níveis pré-pandêmicos para cerca de 82% a 86% das economias mundiais.

Nas economias avançadas, projecta-se que a inflação média anual reduza de 7,30%, em 2022, para 4,60% em 2023 e 2,60% em 2024 (estando ainda acima da meta).

Nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, a inflação anual projectada deverá reduzir de 9,90%, em 2022, para 8,10% em 2023 e 5,50% em 2024 (porém, ainda acima da média pré-pandémica de 4,90% entre 2017–19).

Nos países em desenvolvimento de baixa renda, a inflação poderá reduzir de 14,20%, em 2022, para 11,87% em 2023 e 8,60% em 2024 (contudo, ainda alta, mas próxima da média pré-pandémica).



## 6.2. Economia Nacional

### Produto Interno Bruto

Em 2022, o Governo Moçambicano conseguiu evidenciar e colocar em prática grande parte das estratégias macroeconómicas traçadas para o ano, como forma de não repetir o desempenho económico aquém das expectativas observado nos anos anteriores, com ênfase para os dois últimos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um crescimento económico positivo de 4,15% (contra 2,16% do ano transacto) número esse que coloca o PIB a superar a meta de 2,90% estabelecida no Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2022. Este resultado reforça o sinal de recuperação face à crise provocada pela pandemia de Covid-19 e aos conflitos geopolíticos na Europa, bem como outras adversidades com impacto negativo para o desempenho da economia, como é o caso das mudanças climáticas que, a cada ano que passa, têm vindo com efeitos cada vez mais devastadores.

O Produto Interno Bruto do Primeiro Trimestre de 2022 apontou para uma direcção muito satisfatória, ao situar-se em níveis de 4,14%, seguido de 4,59%, 3,60% e 4,24%, respectivamente, nos três últimos trimestres do ano, perfazendo um crescimento acumulado de 4,15% para 2022. Ainda de acordo com o INE, o maior impulso à actividade económica foi dado pelo sector primário (crescimento de pelo menos 5,49%) e sector terciário (6,86%), com destaque para a Indústria Extractiva (10,34%) e para Hotelaria e Restauração (12,39%).

Segundo o Banco de Moçambique, as razões que estiveram por detrás do crescimento económico no ano em apreço passam, essencialmente, pela retoma das actividades de exploração de gás natural na Bacia do Rovuma, bem como pela dinâmica das actividades nos sectores associados, que acabam se beneficiando ao funcionar como uma cadeia.

#### Crescimento do Produto Interno Bruto (%) em Moçambique - PIB Trimestral por Ramos de Actividade

Sectores de Actividade	Trimestres 2020				Trimestres 2021				Trimestres 2022			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
<b>Sector Primário</b>	<b>-1,84</b>	<b>-7,87</b>	<b>-4,92</b>	<b>-1,70</b>	<b>-2,74</b>	<b>3,15</b>	<b>5,39</b>	<b>5,65</b>	<b>4,51</b>	<b>5,57</b>	<b>5,53</b>	<b>6,33</b>
Agricultura	3,82	3,15	3,49	5,60	4,94	1,72	4,98	4,21	4,03	5,07	4,18	5,33
Pesca	0,94	-2,39	-3,40	0,97	1,90	3,27	2,40	2,06	0,94	2,51	3,61	-1,19
Indústria Extractiva	-10,28	-24,35	-14,86	-11,66	-15,07	4,46	8,78	10,69	8,56	9,14	8,81	14,86
<b>Sector Secundário</b>	<b>4,12</b>	<b>1,06</b>	<b>1,52</b>	<b>-2,89</b>	<b>-2,78</b>	<b>-0,58</b>	<b>3,70</b>	<b>2,90</b>	<b>4,58</b>	<b>4,13</b>	<b>-2,66</b>	<b>-1,36</b>
Electricidade, Gás e Água	8,35	8,18	5,86	-3,53	0,75	-7,04	5,18	0,93	6,29	6,93	-3,13	1,97
Indústria Transformadora	2,41	-5,36	-0,97	-1,19	-1,47	2,04	2,85	3,08	3,80	3,19	-2,63	-5,19
Construção	1,60	0,36	-0,33	-3,96	-7,63	3,25	3,08	4,68	3,64	2,27	-2,23	-0,87
<b>Sector Terciário</b>	<b>1,85</b>	<b>-11,53</b>	<b>-8,40</b>	<b>-8,27</b>	<b>-6,41</b>	<b>1,96</b>	<b>2,12</b>	<b>3,38</b>	<b>5,93</b>	<b>5,45</b>	<b>6,24</b>	<b>9,80</b>
Comércio e Serviços	1,68	-6,81	-0,96	-2,94	-0,01	3,02	2,85	3,26	3,25	2,04	0,96	4,76
Hotelaria e Restauração	-0,21	-35,04	-30,56	-21,57	-18,73	-0,38	0,63	2,67	11,45	7,63	13,32	17,16
Transportes e Comunicações	5,80	-3,90	-0,38	-6,70	-9,05	3,55	2,69	5,59	7,34	8,53	7,14	14,43
Serviços Financeiros	0,14	-0,35	-1,68	-1,86	2,16	1,68	2,31	1,98	1,66	3,61	3,54	2,86
<b>Produto Interno Bruto (%)</b>	<b>1,83</b>	<b>-3,52</b>	<b>-1,19</b>	<b>-1,76</b>	<b>0,25</b>	<b>2,13</b>	<b>3,52</b>	<b>3,57</b>	<b>4,14</b>	<b>4,59</b>	<b>3,60</b>	<b>4,24</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Quanto ao crescimento económico, a Fitch Solutions antecipa que Moçambique registe uma expansão de 5,30%, em 2023, e de 6,50%, em 2024, acima da média dos cinco anos anteriores à pandemia da Covid-19, quando o crescimento



## Relatório e Contas – 2022

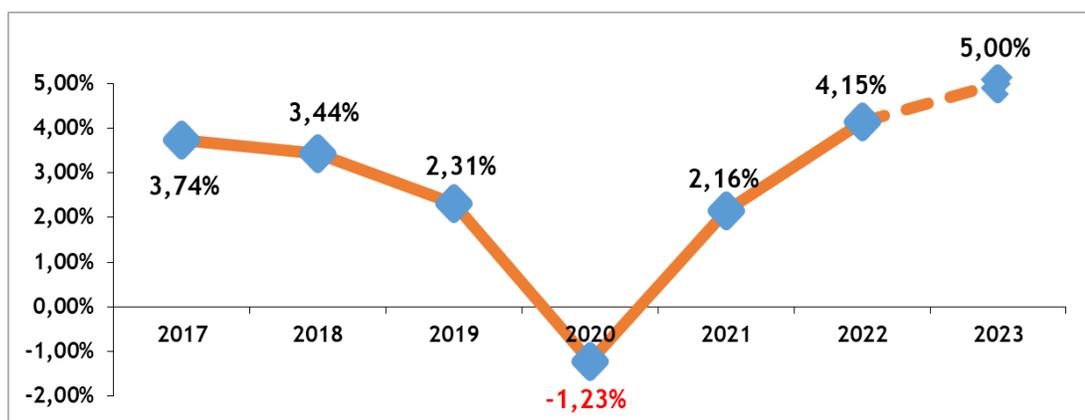
foi de cerca de 4,00%. Esta previsão é sustentada pelo aumento dos investimentos e da produção no sector do gás natural liquefeito, no Norte do País.

O Banco Mundial, defende também um crescimento económico que ronda os 5,00% para o ano de 2023, evidenciado, uma vez mais, que este dependa muito do aumento das exportações de petróleo e gás natural que estão a ser produzidos na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado. Espera-se que o aumento da procura de gás natural liquefeito de África impulse o crescimento em Moçambique, embora com atraso porque a elevada insegurança na parte Norte do País interrompeu o desenvolvimento de um grande projecto offshore de gás natural.

Para o ano de 2023, o Banco de Moçambique defende que, a nível interno, a implementação dos projectos energéticos continuará a favorecer o crescimento económico.

O Governo Moçambicano aponta como meta um crescimento económico de 5,00%, motivado pelo desempenho positivo da Indústria Extractiva (23,10%), Saúde e Acção Social (8,70%), Agricultura (5,20%), Construção (5,00%), Administração Pública, Defesa e Segurança Social (3,80%), Educação (3,50%), Transportes e Comunicações (3,20%), Indústria Transformadora e Pescas (2,50%), constantes do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2023.

**Evolução Histórica e Previsional do Produto Interno Bruto de Moçambique**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística & Fundo Monetário Internacional

### Inflação

A inflação média anual, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Moçambique esteve situada na ordem de 10,28% em 2022. Este registo revela uma aceleração de 4,59 pp comparado ao período homólogo de 2021, em linha com a onda inflacionista que se regista a nível global.



## Relatório e Contas – 2022

Em termos gerais, a economia nacional foi caracterizada pelo aumento dos preços de bens alimentares (classe com maior impacto na inflação local), bebidas não alcoólicas e transportes nos mercados nacionais e internacionais, estando, na essência, os efeitos adversos dos conflitos geopolíticos entre a Rússia e a Ucrânia por detrás do aumento da inflação mundial.

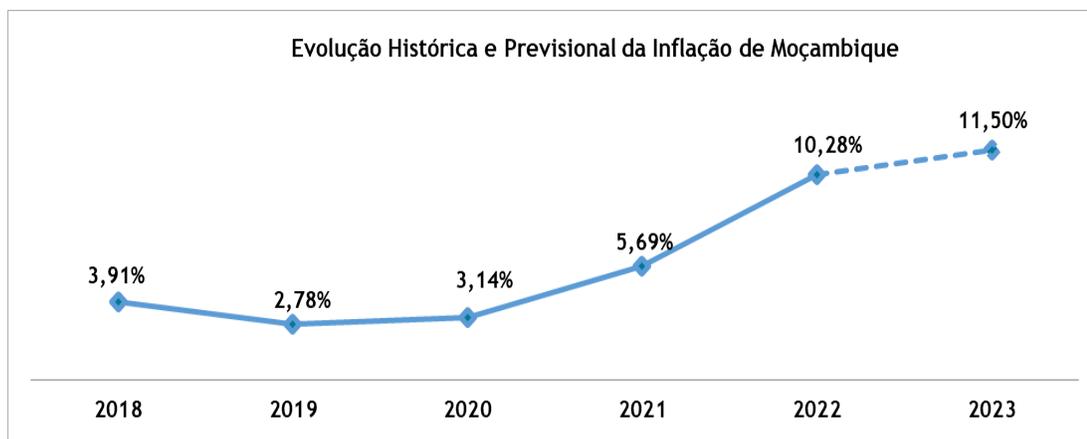
Segundo o INE, em 2022, a inflação foi impulsionada essencialmente pelo aumento dos preços na Classe dos Transportes (16,83%), dos Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas (12,89%), da Saúde (7,63%), dos Restaurantes, Hotéis, Cafés e similares (7,50%), entre outras.

Inflação Média 12 Meses (%) das Principais Classes do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Dezembro de 2022				
Classes	Moçambique	Maputo	Beira	Nampula
Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	12,89	10,61	18,03	15,10
Bebidas Alcoólicas e Tabaco	2,16	1,16	6,69	0,43
Vestuário e Calçado	2,86	3,85	2,68	1,38
Habituação, Água, Electricidade, Gás e outros Combust.	5,75	8,57	1,42	4,06
Mobiliário, Artigos de Decoração e Equip. Doméstico	5,31	3,30	1,61	9,42
Saúde	7,63	7,01	0,79	2,63
Transportes	16,83	14,31	18,77	15,99
Comunicações	0,21	0,19	-0,06	0,00
Lazer, Recreação e Cultura	3,11	1,79	4,24	5,53
Educação	4,31	4,89	4,38	0,84
Restaurantes, Hotéis, Cafés e similares	7,50	10,47	2,53	4,46
Bens e Serviços Diversos	4,60	4,23	2,26	9,69
<b>Inflação Total</b>	<b>10,28</b>	<b>8,92</b>	<b>10,32</b>	<b>11,05</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Ao longo do ano de 2022, de uma forma geral, o Banco de Moçambique sempre optou por uma postura vigilante face às adversidades encontradas. Previa-se, para o curto e médio prazos, um agravamento do custo de vida devido ao aumento dos preços dos principais bens e serviços a nível interno e, a nível externo, devido ao aumento dos preços dos alimentos e do petróleo no mercado internacional, não obstante o fortalecimento do Dólar Norte-Americano face às principais contrapartes internacionais, o que efectivou-se.

Para 2023, tomando como base a postura do Governo nos mercados cambial e monetário, prevê-se ainda um incremento dos preços a nível doméstico. Internamente, sugere-se que a inflação média anual atinja níveis de 11,50% (previsão do PES-OE/2023), embora a consultora Oxford Economics Africa considere que a inflação em Moçambique deverá reduzir para 8,90% até final de 2023, abrindo margem para o Banco Central cortar as taxas de juro em mais 50 pontos base, uma previsão bastante optimista, tendo em conta o contexto macroeconómico actual.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Plano Económico e Social & Orçamento do Estado 2023

### Mercados Financeiros

Dados do Banco de Moçambique, através de Boletim de Estabilidade Financeira, de Dezembro de 2022, indicam que o risco sistémico permaneceu no nível moderado, não obstante a subida do índice de estabilidade financeira em 3,13 pontos percentuais (pp), comparativamente a Dezembro de 2021, fixando-se em 40,97% em Junho de 2022.

A manutenção do risco sistémico no nível moderado foi influenciada pelo aumento dos subíndices de risco das categorias de risco macroeconómico e de risco de mercado, que passaram, respectivamente, de 50,00% e 31,25%, em Dezembro de 2021, para 62,50% e 37,50%, em Junho de 2022. O risco macroeconómico permaneceu no nível alto, influenciado pelo agravamento da taxa de inflação, não obstante a melhoria verificada no desempenho da economia durante o semestre.

Em Junho de 2022, o risco de mercado sofreu um ligeiro agravamento, face a Dezembro de 2021, influenciado pela subida da prime rate do sistema financeiro, contudo, permaneceu no nível moderado. Com efeito, a prime rate do sistema financeiro teve um incremento de 2,00 pp durante o semestre, transitando de 18,60%, em Dezembro de 2021 para 20,60%, em Junho de 2022, equivalente a risco severo.

Importa aferir ainda sobre os demais riscos, onde o risco soberano permaneceu no nível severo, influenciado pela manutenção dos níveis elevados do endividamento do Estado; o risco de rentabilidade e solvência manteve-se no nível baixo, sinalizando que o sistema continua rentável, financeiramente robusto e resiliente aos efeitos negativos das adversidades enfrentadas recentemente.

O risco de crédito permaneceu no nível moderado e o risco de financiamento e liquidez manteve-se no nível baixo, reflectindo a elevada liquidez existente no mercado e a desaceleração do crescimento da rúbrica do Crédito à Economia.



## Relatório e Contas – 2022

---

A qualidade dos activos, medida pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias (NPL) sobre o crédito total, manteve-se relativamente inalterada no período em análise. O rácio do NPL fixou-se em 10,02%, em Junho de 2022, (contra 10,60% em Dezembro de 2021 e 9,92% em Junho de 2021), cifra acima do benchmark convencional de 5,00%.

Ainda segundo o Boletim de Estabilidade Financeira de Dezembro de 2022, os três bancos sistemicamente importantes, designadamente Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Banco Internacional de Moçambique (BIM) e Standard Bank concentravam, em conjunto, 63,67% dos activos totais, 68,45% dos depósitos e 55,53% do crédito do sector bancário.

### **Mercado Monetário**

Ao longo do ano de 2022, no Mercado Monetário Nacional, o Banco de Moçambique adoptou uma postura restritiva, caracterizada pelo aumento das taxas de juro de Política Monetária, tendo iniciado o ano com a Taxa de Juro de Política Monetária (MIMO) fixada a 13,25%, a FPD a 10,25% e a FPC a 16,25%.

No Comité de Política Monetária (CPMO) de Março, houve um incremento das taxas de 200 pontos base (pb), fixando-se a MIMO a 15,25%, a FPD a 12,25% e a FPC a 18,25%. No mês de Setembro, numa outra reunião ordinária do CPMO, o Banco de Moçambique voltou a anunciar um incremento de 200 pb nas taxas de juro, fixando-se a MIMO a 17,25%, a FPD a 14,25% e a FPC a 20,25%.

Na mesma direcção esteve a Prime Rate, tendo registado quatro alterações ao longo do ano, onde a Janeiro fixava-se a 18,60%, em Maio a 19,10%, em Junho a 20,60%, em Novembro a 22,50% e em Dezembro a 22,60%. Os Coeficientes das Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e estrangeira mantiveram-se inalterados ao longo de todo o ano, fixando-se nos níveis de 10,50% e 11,50%, respectivamente.

As taxas de juro médias dos Bilhetes de Tesouro de 91, 182 e 364 dias fecharam o ano de 2022 fixadas a 17,65%, 17,69% e 17,72%, respectivamente, acima dos 13,36%, 13,38% e 13,40% registados no fecho de 2021. Na mesma direcção, as taxas de juro do mercado registaram um aumento, tendo no fecho de 2022, as taxas de juro sobre os empréstimos e depósitos de 1 ano se fixado, respectivamente, em 23,51% e 9,20% contra os 20,32% e 7,98% no fecho de 2021.



**Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**

Taxas de Juro	Dec-21	Jan-22	Feb-22	Mar-22	Apr-22	May-22	Jun-22	Jul-22	Aug-22	Sep-22	Oct-22	Nov-22	Dec-22
FPD	10,25%	10,25%	10,25%	12,25%	12,25%	12,25%	12,25%	12,25%	12,25%	14,25%	14,25%	14,25%	14,25%
FPC	16,25%	16,25%	16,25%	18,25%	18,25%	18,25%	18,25%	18,25%	18,25%	20,25%	20,25%	20,25%	20,25%
Taxa MIMO	13,25%	13,25%	13,25%	15,25%	15,25%	15,25%	15,25%	15,25%	15,25%	17,25%	17,25%	17,25%	17,25%
Reservas Obrigatórias (MZN)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%
Reservas Obrigatórias (ME)	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
BT's 91 Dias (A)	13,36%	13,37%	13,37%	13,38%	15,28%	15,40%	15,41%	15,44%	15,43%	15,49%	17,50%	17,61%	17,65%
BT's 182 Dias (A)	13,38%	13,38%	13,38%	13,38%	15,28%	15,41%	15,41%	15,42%	15,48%	15,50%	17,57%	17,64%	17,69%
BT's 364 Dias (A)	13,40%	13,40%	13,37%	13,39%	15,40%	15,42%	15,45%	15,40%	15,53%	15,55%	17,46%	17,68%	17,72%
Empréstimos (1 Ano)	20,32%	20,70%	20,49%	20,83%	21,28%	21,66%	22,44%	22,38%	23,36%	22,86%	22,94%	23,57%	23,51%
Depósitos (1 Ano)	7,98%	7,94%	7,97%	8,42%	8,56%	8,64%	8,93%	8,67%	8,72%	8,93%	9,18%	9,09%	9,20%
Prime Rate	18,60%	18,60%	18,60%	18,60%	18,60%	19,10%	20,60%	20,60%	20,60%	20,60%	20,60%	22,50%	22,60%
USD LIBOR 12 Months	0,519%	0,760%	1,198%	1,731%	2,365%	2,685%	3,377%	3,753%	3,985%	4,512%	5,194%	5,558%	5,476%
USD SOFR 12 Months	0,050%	0,050%	0,050%	0,160%	0,290%	0,720%	1,100%	1,610%	2,280%	2,510%	3,040%	3,720%	4,070%

Fonte: Banco de Moçambique

A postura restritiva da Política Monetária e consequente aumento das taxas de juro adoptada pelo Banco Central não privaram as instituições financeiras relativamente ao Crédito à Economia pois, a rubrica registou uma média anual de MZN 277.909 milhões contra os MZN 265.106 milhões de 2021, um incremento médio anual de cerca de 4,80%.

A rubrica dos Depósitos registou uma média anual de MZN 556.362 milhões contra os MZN 521.569 milhões de 2021, um incremento médio anual de cerca de 6,67%.

Relativamente ao Crédito à Economia de Dezembro de 2021, fixado a MZN 272.649 milhões, a economia registou um crescimento anual de 3,99%, tendo a rubrica se fixado em MZN 283.528 milhões no último mês de 2022, inferior ao crescimento anual de 5,09% de 2021 face ao ano de 2020, porém, com uma tendência crescente e níveis cada vez mais elevados.

Para o nível dos Depósitos de Dezembro de 2021, fixado a MZN 538.266 milhões, a economia registou um crescimento anual de 8,36%, tendo a rubrica se fixado em MZN 583.249 no último mês de 2022, superior ao crescimento anual de 1,37% de 2021, mas seguindo a mesma tendência que a do Crédito à Economia.

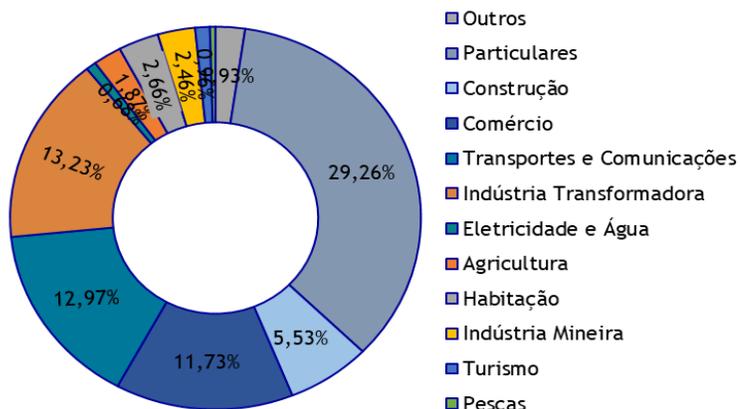
**Evolução Anual do Crédito à Economia e dos Depósitos**

	dez/20	dez/21	jan/22	mar/22	jun/22	set/22	dez/22
<b>Crédito à Economia</b> (milhões de MZN)	259.455	272.649	268.669	268.915	275.844	288.186	283.528
<b>Varição Anual (%)</b>		13,19%	5,09%	-1,46%	0,09%	2,58%	7,17%
<b>Depósitos Totais</b> (milhões de MZN)	530.972	538.266	541.223	556.211	561.967	548.048	583.249
<b>Varição Anual (%)</b>		24,04%	1,37%	0,55%	2,77%	1,03%	-1,47%

Fonte: Banco de Moçambique

Em termos de estrutura e análise sectorial, o sector da Indústria Transformadora absorveu a maior parte do Crédito à Economia com 13,23%, seguido dos Transportes e Comunicações com 12,97%, do Comércio com 11,73%, e das Construções com 5,53%. No entanto, os Particulares tiveram maior acesso ao financiamento com o peso de 29,26%.

Estrutura do Crédito à Economia - Dezembro de 2022



Fonte: Banco de Moçambique

Para 2023, com as perspectivas de aceleração dos preços no médio prazo, associadas a elevados riscos e incertezas, principalmente devido às dúvidas concernentes aos desenvolvimentos dos conflitos geopolíticos entre a Rússia e a Ucrânia, a nível externo, e as alterações climáticas que têm assolado o País, a nível interno, as taxas directoras, no melhor cenário, manter-se-ão nos níveis actuais ou, no pior cenário, poderão sofrer aumentos sucessivos desestimulando o mercado de crédito e controlando a inflação.

### Mercado Cambial

No Mercado Cambial, em termos gerais, o Metical apresentou um desempenho satisfatório durante o ano de 2022. Segundo o CPMO, o mercado cambial continua com níveis adequados de divisas, suficientes para cobrir cerca de 6 meses de importações de bens e serviços.

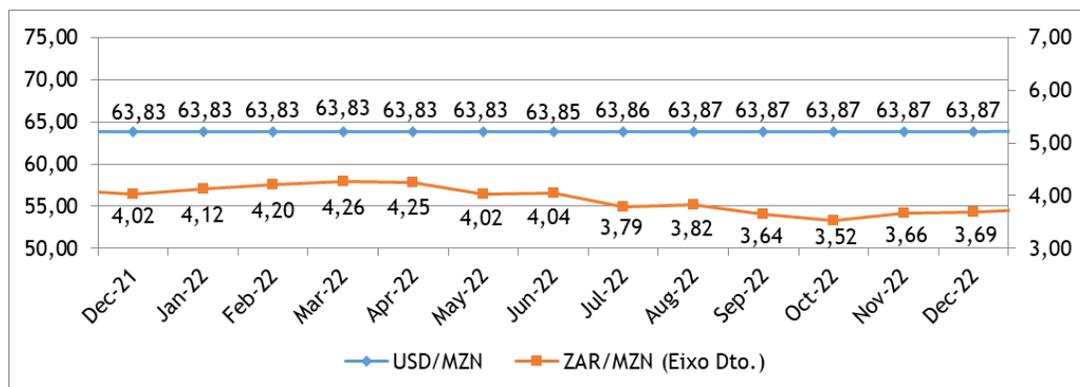
Desde o início do ano que se verifica uma relativa estabilidade da taxa de câmbio, principalmente a do Metical face ao Dólar Norte-Americano, tendo se fixado, em Janeiro de 2022, a USDMZN 63,83 e, em Dezembro, a USDMZN 63,87, uma ténue depreciação do Metical em cerca de 0,06%.

Face ao Rand Sul-Africano, o movimento ditou o contrário, com uma valorização do Metical em cerca de 10,44%, ao sair de ZARMZN 4,12, em Janeiro, para ZARMZN 3,69, em Dezembro de 2022.

Em termos médios anuais, para o ano de 2021 comparativamente ao de 2020, o Metical apresentou, de um modo geral, uma tendência de valorização, tendo registado ganhos médios anuais de 5,76% e 2,39% face ao Dólar Norte-Americano e ao Euro, respectivamente. Face ao Rand e à Libra, o Metical registou ténues perdas médias anuais de 4,24% e 0,99%, respectivamente.

## Relatório e Contas – 2022

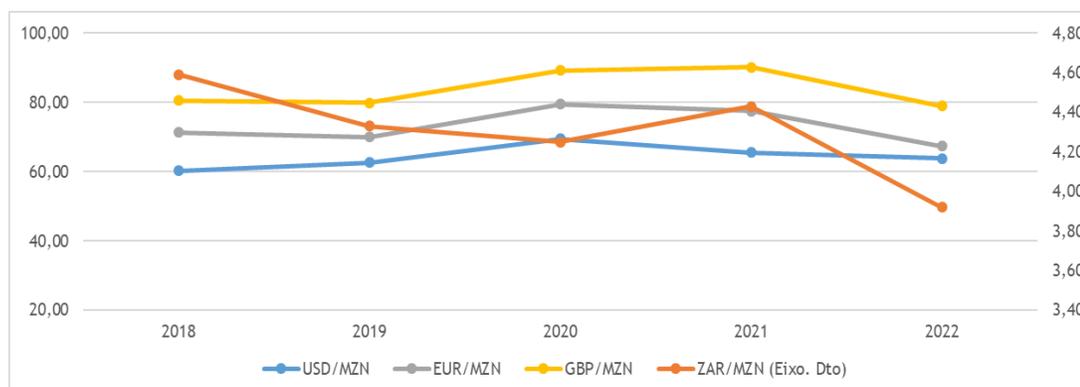
**Evolução Mensal das Taxas de Câmbio**



Fonte: Banco de Moçambique

Em termos médios anuais, para o ano de 2022 comparativamente ao de 2021, o Metical apresentou, de um modo geral, uma tendência de valorização, tendo registado ganhos médios anuais de 2,47%, 11,51%, 13,16% e 12,29% face ao Dólar Norte-Americano, ao Rand Sul-Africano, ao Euro e à Libra, respectivamente.

**Evolução Anual das Taxas de Câmbio**



Fonte: Banco de Moçambique

Segundo a consultora Fitch Solutions, o Metical valorizar-se-á em cerca de 3,10% em 2023, para uma média de USDMZN 61,85, alicerçado na melhoria dos fundamentos macroeconómicos e na subida das receitas das exportações de gás natural, preveem os analistas.

Nessa ordem de ideias, espera-se que o Metical continue numa perspectiva de estabilidade face às suas principais moedas, especialmente o Dólar Americano, resistindo assim à grande volatilidade dos preços das principais mercadorias, ao aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos de primeira necessidade, bem como as externalidades negativas que têm assolado o país e o mundo (mudanças climáticas e recentemente os conflitos geopolíticos na Europa que, directa ou indirectamente, acabam afectando o contexto macroeconómico interno).



## 7. Nível de Execução do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO)

O ano de 2022 revelou-se de grandes dificuldades em Moçambique e para o BNI em particular, tendo acontecido um conjunto de eventos macroeconómicos que afectaram as condições económicas, sociais e financeiras do país, forçando muitas empresas a sair do mercado. Dentre os factores que condicionaram a execução do PAAO 2022, são de destacar os seguintes:

Ambiente macroeconómico interno e externo adversos	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Conjuntura operacional preenchida por um conjunto de riscos de deterioração substanciais, na sua maioria associados a prevalência dos impactos da Covid-19, mudanças climáticas, tensões geopolíticas, perturbações na cadeia de logística global e aumento das pressões inflacionistas, obrigando todos os sectores económicos, em particular o sector financeiro, a um esforço acrescido para se manter em pleno funcionamento e disponibilização de serviços aos clientes.</li></ul>
Reduzida confiança do país no mercado financeiro internacional	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O perfil de crédito do país no mercado internacional limitou a mobilização de recursos, quer para o balanço do banco, quer para os clientes na componente de banca de investimento, nas condições atrativas em termos de taxa de juro e maturidades. O BNI tem como principal fonte de financiamento os recursos de DFI's e as limitações impostas nos mercados financeiros internacionais da dívida afectaram a intervenção do Banco no mercado no apoio aos projectos com impacto no desenvolvimento da economia nacional.</li></ul>
Custo de Financiamento alto	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Redução da procura do crédito no mercado devido a insustentabilidade das taxas de juros para o investimento;</li><li>▪ Agravamento do crédito em incumprimento (NPL), obrigando os bancos a criar provisões para imparidades. Consequentemente, registou-se uma diminuição dos níveis de liquidez e da margem financeira.</li></ul>

Não obstante os riscos colocados pelo contexto macroeconómico e pelo enquadramento competitivo, em 2022, o BNI registou um desempenho satisfatório, alicerçado em grande parte pela concretização das seguintes acções estratégicas:

- ⇒ Conclusão do processo de mobilização de uma linha de crédito junto do Afreximbank no montante global de USD 10,0 milhões que permitiu a manutenção de liquidez necessária em moeda externa para o financiamento de operações de importação e exportação de bens alimentares e equipamentos orientados em parte a responder aos efeitos da pandemia da Covid-19. O Banco fez utilização desta linha financiando dois projectos de investimento pelo montante de USD 6,0 milhões, esperando utilizar o saldo de USD 4,0 milhões em 2023.



## Relatório e Contas – 2022

---

- ⇒ Mobilização de duas linhas de crédito junto do Absa Bank Moçambique e Ecobank no valor global de USD 60,0 milhões para confirmação das garantias bancárias emitidas pelo Banco em operações de facilitação de processos de importação de produtos petrolíferos. Estas linhas apresentam a particularidade de o risco associado estar coberto por *cash collateral* a 100%, tendo o Governo disponibilizado *cash collateral* no montante equivalente a USD 30,0 milhões.
- ⇒ Conclusão da estruturação da linha do Afreximbank (USD 30,0 milhões) e do TDB Bank (USD 30,0 milhões) para confirmação das garantias bancárias internacionais emitidas pelo BNI no âmbito da cobertura do risco de importação de combustíveis. As linhas encontram-se na fase contratual, com início de utilização prevista para o segundo trimestre de 2023.
- ⇒ Negociação com o Banco Mundial e realização de *due diligence* ao Banco para implementação de uma linha de crédito no montante até USD 200,0 milhões, para promoção da produtividade das MPMEs que actuam em todos sectores de actividade com excepção das excluídas na política do Banco Mundial (construção de casas, produção de armas, exploração do carvão mineral, etc). Do valor da linha de crédito, USD 15,0 milhões serão passados à economia via BNI e os USD 185,0 milhões serão repassados aos Bancos comerciais e microcréditos para o financiamento das MPMEs.
- ⇒ Negociação de 02 (duas) linhas de crédito junto do European Investment Bank (EIB) e do Islamic Development Bank (IDB) no montante global de USD 25,0 milhões para o financiamento de projectos de investimento com base na carteira do Banco, em particular para operações afectadas pelo Covid-19. O financiamento do IDB foi aprovado por este banco, em condições concessionárias, estando pendente a aprovação do Ministério de Economia e Finanças uma vez tratar-se dum empréstimo bilateral para repassagem ao BNI.
- ⇒ Negociação com a União Europeia para estabelecimento de relações de parceria no fomento ao desenvolvimento através da concessão de uma linha de crédito para o financiamento de projectos de interesse comum.
- ⇒ Financiamento a um total de 32 projectos de investimento no montante global de MT 1.315,93 milhões (MT 1.799,72 milhões em 2021), tendo do volume de financiamento, 74% sido direccionados a projectos em moeda nacional e 26% para operações em moeda externa dedicada ao processamento e exportação de commodities.
- ⇒ Com a tendência do incremento do crédito em incumprimento, o Banco optou por terceirizar o processo de cobrança dos créditos na situação do incumprimento aos escritórios de Advogados, o que levou a melhoria do processo de resolução dos créditos em incumprimento, tendo alguns clientes que não apresentavam vontade de pagamento da dívida aproximado ao Banco para a redefinição do serviço da dívida. É esperado maior impacto deste processo de resolução da dívida em 2023 com a aproximação dos clientes que tem se assinalado para o pagamento da dívida.



## Relatório e Contas – 2022

---

- ⇒ Emissão de garantias bancárias internacionais no valor global de USD 73,41 milhões para a cobertura do risco de importação de combustível através da PETROMOC na ordem de 63,41 mil toneladas métricas, apresentando-se como uma alternativa à importação por via do sindicato BIM/BCI.
- ⇒ Início da identificação de entidades com perfil para implementação de projectos associados a gás natural veicular no âmbito do fundo de Gás Natural Veicular (Fundo de GNV), financiado pela SASOL e o Ministério dos Recursos Minerais e Energia.
- ⇒ Início do processo de *Due diligence* para o financiamento do projecto da Central fotovoltaica de Matamba de 30 MW orçado em USD 36,0 milhões com a parceria de Dubai AMEA e a Hidropower.
- ⇒ Assessoria financeira ao Ministério da Economia e Finanças na criação e implementação de estratégias para a melhoria da classificação do risco de crédito e da sustentabilidade da dívida, permitindo a redução dos custos da dívida existentes e de novos empréstimos. O serviço de assessoria está a ser realizado com a parceria do Lion's Head Global Partners (LHGP), uma firma internacional reputada e com elevada experiência na área.
- ⇒ Identificação de parceiros financeiros de desenvolvimento para o financiamento da segunda fase do Programa de Emergência da EDM, que consiste na reabilitação e reforço da capacidade de linhas de transporte de energia, subestações ao nível de todas as províncias do país. Nesta sequência, o Fundo de Desenvolvimento de Abu Dhabi manifestou interesse de financiamento, estando-se actualmente no processo de negociação do termos e condições do financiamento.
- ⇒ Identificação de um potencial investidor com o qual já estamos em negociação para a venda dos activos obtidos da dação em incumprimento de uma operação de produção de betume com valor de mercado de MT 267,11 milhões.
- ⇒ Extensão da linha de agronegócio e empreendedorismo (FAE) por mais cinco anos, com reforço do fundo em USD 5,0 milhões, com o objectivo de apoiar o agro-negócio e promoção do empreendedorismo ao longo do vale de Zambeze.
- ⇒ Conclusão da estruturação da linha de crédito fundo mulher. A linha tem objectivo de financiar projectos que tenha a mulher envolvida, quer na vertente de produtora, quer na vertente de consumidora final do produto e/ou serviço em causa. O Banco está no processo de identificação de parceiros financeiros da linha, tendo neste âmbito, estabelecido e mantido relações com as Nações Unidas Mulher para identificação de financiadores.
- ⇒ Alargamento da base de contrapartes estrangeiros para a realização de operações de *trade finance* e de gestão da tesouraria, que permitiu o Banco incrementar a demanda do mercado e a diversificação da gama de produtos e serviços fornecidos pelo Banco, bem como imprimir maior flexibilidade na negociação de *pricing* com vantagem para os clientes ao fornecer um preço mais competitivo.



- ⇒ Adesão a câmara de energias renováveis a nível nacional e a nível dos PALOP, com o objectivo de identificar parceiros financeiros e estruturação de uma linha de crédito para o financiamento de projectos de energias renováveis fora da rede, isto é, de pequena escala.
- ⇒ Ao nível de controlo interno, como resultado de acções de formação, campanhas de sensibilização e sistema de controlo (Alertas), verificou-se uma melhoria no cumprimento e adequação dos requisitos e limites regulamentares emanados pelo Banco de Moçambique, como corolário, não tendo havido penalizações /sanções. Destaca-se também ao facto de o Banco ter conseguido integrar com sucesso no sistema core do Banco, o sistema internacional de pesquisa de entidades sancionadas da REFINITIV (*World Check*), o que implica que o Banco está alinhado aos requisitos regulamentares e as melhores práticas internacionais com vista a proteger-se do risco de associação com entidades sancionadas.
- ⇒ No que tange ao *compliance*, desenvolveu-se actividades de identificação, análise, parecer e divulgação interna de novas determinações legais e sua implementação, assim como, a emissão de opiniões sobre procedimentos e normativos internos, novos produtos e actividades. Foram igualmente realizadas sensibilizações a todos os Colaboradores no âmbito da gestão de risco de compliance, tendo se assegurado o cumprimento dos normativos em vigor, como é o caso, entre outros, do envio de reportes prudenciais ao Banco de Moçambique, e outros temas de interesse regulatório.
- ⇒ No âmbito do cumprimento dos requisitos relacionados com a prevenção de branqueamento de Capitais e Financiamento ao terrorismo e melhoramento contínuo dos controlos, o Banco implementou o reporte automático das operações através do portal do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM), permitindo e mitigando o risco de operações não serem reportadas, bem como reduzindo o tempo para efeito de reporte.
- ⇒ Ainda no escopo de *compliance*, efectuou-se formação e reciclagem em matérias de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo a todos os Colaboradores do Banco e efectuou-se melhorias dos mecanismos de monitoria de transacções de clientes com maior enfoque para operações do / e para o estrangeiro.
- ⇒ O Banco melhorou consideravelmente o nível de tratamento e gestão de reclamações de clientes, disponibilizando novos reportes de canais de reclamações e conseqüente redução do tempo de resposta conformando deste modo, com os requisitos regulamentares. Deu-se também adequado tratamento os pedidos de informação recebida das entidades externas com maior destaque para tribunais e inspecção das finanças.
- ⇒ Ao nível de auditoria interna, assistiu-se um fortalecimento do processo relativo a auditoria baseada no risco, tendo a equipa de auditoria executado cerca de 67% (53% em 2021) do plano de auditorias planeadas, com o objectivo de verificar e dar uma garantia de que os controlos internos implementados nas diversas áreas e processos do Banco são adequados e efectivos para mitigar os riscos existentes, bem como de cumprimento com os normativos e procedimentos internos e regulamentares. Adicionalmente, a Auditoria Interna realizou



- actividades de *follow-up* (acompanhamento) das constatações das fragilidades identificadas em auditorias passadas.
- ⇒ No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, procedeu-se de forma contínua e prudente ao controlo do perfil de risco do Banco e ao cumprimento dos limites definidos em relação aos riscos da actividade. Para dar resposta à cada vez mais exigente regulamentação e visando estar em linha com as melhores práticas, desenvolveu-se um conjunto de acções relevantes no âmbito de gestão de risco, com maior destaque para: (i) Prosseguimento da implementação dos quadros conceptuais para o risco operacional, risco de mercado e risco de crédito, bem como a integração dos mesmos na gestão do risco das actividades do Banco, desde as estruturas de governação às políticas, procedimentos e processos; e (ii) Elaboração de diversos relatórios prudenciais, em cumprimento com os requisitos regulamentares em vigor.
  - ⇒ Os quadros conceptuais para a gestão do risco registaram uma melhoria em 2022, com a identificação e elaboração de novos normativos para a melhoria da função de gestão do risco, bem como a revisão de normativos existentes; desenvolvimento e implementação de novos modelos de mensuração e reportes de risco bem como a introdução de melhorias nos modelos existentes; definição de métricas de apetência ao risco e dos níveis de tolerância.
  - ⇒ Ao nível de tecnologia de informação, concluiu-se com a interface para a realização de transferências bancárias em tempo real (MTR) e iniciou-se o desenvolvimento do novo sistema de compensação e liquidação eletrónica em resposta a migração do Banco de Moçambique da plataforma Metical Net para ACH e, ainda, o desenvolvimento do internet banking.
  - ⇒ Ao nível da plataforma informática core do Banco, que constitui uma das prioridades do Banco nos últimos anos, registou-se melhorias na sua funcionalidade com os novos desenvolvimentos que permitiram incrementar os níveis de efectivação e controle das transacções, com maior destaque para o desenvolvimento do módulo de pagamento parcial do crédito que permitiu reduzir os níveis de crédito em incumprimento e, ainda, concluiu-se com o módulo de garantias bancárias emitidas. Destaca-se ainda, o início do desenvolvimento do módulo de Forex e o módulo de resolução do crédito que abrange a componente de execução de garantias e *write-off*.
  - ⇒ Reforçou-se os níveis de segurança da infraestrutura física do Banco com o acréscimo dos sistemas de seguranças eletrónica nos pontos que apresentavam fragilidades, permitindo assim reduzir o risco de vulnerabilidades e ameaças à segurança do património do Banco.
  - ⇒ Ao nível de Recursos Humanos, procedeu-se com o reforço de mais 07 Colaboradores, com maior destaque para o reforço nas áreas de controlo interno (Gabinete de Gestão de Risco, de *Compliance* e de Auditoria Interna) em mais 03 Colaboradores, provendo deste modo de recursos necessários para dar resposta em tempo útil dos enormes desafios que o Banco apresenta. Destaca-se também nos reforços, a contratação de um auditor



## Relatório e Contas – 2022

---

- especialista em sistemas de informação e, ainda, a contratação de uma especialista em certificação nas normas ISO 9001:2015 e ISO 45001 em que o Banco se encontra no processo de obtenção de certificação.
- ⇒ Neste processo de certificação nas Normas ISO 9001:2015 e ISO 45001, deu-se passos gigantescos com a adequação dos processos internos aos requisitos das normas e o incremento das melhorias com vista a obtenção da certificação, com maior destaque para avaliação dos fornecedores e da satisfação dos clientes, tratamento de situações de não conformidade e incidentes, e mapeamento dos perigos no âmbito de segurança no trabalho e avaliação do respectivo risco associado. A certificação do Banco permitirá melhoria dos processos e foco nos clientes internos e externos, garantindo um ambiente de trabalho seguro com o mapeamento de todos os perigos a que os Colaboradores estão expostos e investimento em métodos para eliminar ou diminuir o risco de acidentes de trabalho.
  - ⇒ No âmbito do desenvolvimento e capacitação do pessoal, o Banco implementou o programa da academia BNI com o objectivo de consciencializar os Colaboradores sobre os valores do BNI e estratégias do Banco, bem como potencializar o desenvolvimento dos Colaboradores através de implementação de programas específicos, como por exemplo, o programa de mentoria e da campanha Eu Sou BNI. Destaca-se ainda, a integração dos quadros seniores do Banco num programa de pós-graduação direccionada para o sector da Banco com vista a melhorar-se o processo de planeamento estratégico e operacional.
  - ⇒ Concluiu-se com a elaboração do plano de sucessão, definido em função das competências técnicas e comportamentais identificados, da sua motivação e do seu potencial de crescimento no Banco. Este instrumento permitiu a elaboração de planos de desenvolvimento ajustados ao perfil de cada potencial sucessor, procurando manter quadros com as competências e aptidões certas para progredir e assegurar a continuidade do negócio.
  - ⇒ Em relação a comunicação social, o BNI alcançou uma projecção bastante abrangente através de algumas acções publicitárias, mas sempre em veículos considerados estratégicos a nível nacional e internacional. No entanto, a maior fatia de exposição do BNI passou especialmente por acções de conteúdo editorial, entre diversas entrevistas e reportagens, com maior destaque para o programa televisivo "O Económico", e participação em fóruns de negócio como FACIM, Festival de Frango no Distrito de Namaacha e festival do Tofo na Província de Inhambane. Estas exposições facilitaram a interacção entre promotores nacionais de projectos que vieram a dar origem ao *pipeline* de negócios do BNI.
  - ⇒ O Banco reforçou as suas actividades de responsabilidade social, estendendo a sua intervenção à área de empreendedorismo através da oferta de quite de auto-emprego ao Instituto Nacional de Emprego (INEP) e ao Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) no âmbito do Prémio Municipal da Juventude, que visa premiar, valorizar, promover e otimizar as acções criativas dos jovens nas áreas de empreendedorismo, associativismo juvenil, inovação tecnológica e criação artística. No âmbito do apoio ao empreendedorismo, destaca-se também o patrocínio a Associação Nacional de Jovens Empresários de Moçambique (ANJE) na realização da 9ª conferência Nacional de Empreendedorismo.



- ⇒ Ao nível de responsabilidade social, destaca-se também a renovação do apoio ao Desporto através do patrocínio a Federação Moçambicana de Futebol no âmbito da qualificação ao CHAN 2022; e patrocínio no lançamento de obras literárias.
- ⇒ Elaboração do Plano Estratégico para o próximo ciclo 2023 – 2027, como instrumento orientador na sua actuação junto do mercado. O novo plano estratégico tem como alicerces o reforço do posicionamento estratégico e comercial do Banco no sistema financeiro Moçambicano, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da economia moçambicana, mantendo o foco na sustentabilidade dos resultados, eficiência, robustez e solidez do balanço. De todo modo, havendo questões estratégicas não contempladas no plano pela falta do posicionamento do Estado, foi decidido que o mesmo deverá ser reformulada em estreita articulação com o Accionista que irá promover o debate destes termos com o Estado.
- ⇒ Elaboração do Plano de Actividades e respectivo Orçamento referente ao exercício de 2023, tendo sido aprovado na sessão da Assembleia Geral de 30 de Novembro de 2022.

Ao nível normativo, foram criadas e melhoradas pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração os seguintes normativos, com vista a mitigar os riscos que possam afectar a robustez e sustentabilidade do Banco:

- 25/05/2022 - Política de Recuperação de Desastres e Continuidade de Negócio
- 21/04/2022 - Política Anti-Corrupção e Suborno
- 04/03/2022 - Manual do Sistema de Normas
- 21/04/2022 - Política de Gestão de Ofertas e Entretenimento
- 31/03/2022 - Política de Desenvolvimento e Aprovação de Novos Produtos
- 21/04/2022 - Política de Gestão de Reclamações, Pedidos de Informação e Sugestões
- 31/03/2022 - Alteração da Política de Pessoal
- 21/04/2022 - Requisitos de Identificação de Clientes no Âmbito da Abertura de Contas
- 31/03/2022 - Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa
- 06/05/2022 - Política de Crédito
- 20/05/2022 - Manual de Procedimentos de Análise de Vulnerabilidade da Infraestrutura de TI
- 25/05/2022 - Mandato do Gabinete de Controlo Interno e *Compliance*
- 24/05/2022 - Manual de Procedimentos de Gestão de Acessos Lógicos
- 25/05/2022 - Política de Controlo Interno
- 25/05/2022 - Mandato do Gabinete de Gestão de Risco
- 03/06/2022 - Manual de Procedimentos de Segurança para Colaboradores de Alto Risco
- 25/05/2022 - Política de Gestão do Risco Cambial
- 03/06/2022 - Manual de Processos e Procedimentos sobre Controlo de Solicitações – HelpDesk
- 25/05/2022 - Política de Gestão dos Riscos de Taxa de Juro e Liquidez Balanço
- 25/05/2022 - Política de Gestão de Risco Operacional e Controlo Interno



25/05/2022 - Política de Recuperação de Desastres e Continuidade de Negócio

25/05/2022 - Política de Apetite de Risco e Limites de Tolerância de Risco

25/05/2022 - Política de Gestão dos Principais Riscos

25/05/2022 - Manual de Processos e Procedimentos de Auditoria Interna

25/05/2022 - Mandato Auditoria Interna

25/05/2022 - Política de *Compliance*

25/05/2022 - Modelo de Classificação de Risco Operacional

25/05/2022 - Programa de Controlo Interno e *Compliance*

15/09/2022 - Procedimento de Acesso Remoto a Rede e Serviços do Banco

A concretização das acções estratégicas permitiu o Banco alcançar **95,72%** das prioridades estratégicas definidas no PAAO que permitiram reforçar a franquia comercial e a sustentabilidade do Banco, conforme a matriz de actividades para o exercício de 2022:

Objectivo Estratégico	Objectivo operacional para 2022	Indicador de mensuração	Peso	Orçamento	Realizado	Desvio		Grau. Real	Ponderador Proporcional	#
						Valor	%			
<b>PILAR 1: PROMOÇÃO DE FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO (45%)</b>										
Apoiar o desenvolvimento de empresas e projectos infraestruturantes e sector produtivo com impacto sócio-económico	Financiar projectos do sector produtivo com impacto socioeconómico	Volume de financiamento (MT)	30%	1,000,000,000	904,140,000	- 95,860,000	-10%	90.41%	27.12%	1
	Participação na facilitação de operações de importação / exportação de commodities contribuindo para a geração de divisas no país	Financiamento por desembolso (USD)	10%	5,500,000	5,380,000	- 120,000	-2%	97.82%	9.78%	2
		Volume de garantias de importação (USD)	15%	280,000,000	88,930,000	- 191,070,000	-68%	31.76%	4.76%	3
	Estabelecer parcerias com bancos comerciais locais para co-financiamento de projectos do sector produtivo	Valor de garantias bancárias domésticas (MT)	5%	1,540,000,000	1,076,187,708	- 463,812,292	-30%	69.88%	3.49%	4
	Identificar projectos de investimento que efectuam importação e exportação em países membros do bloco islâmico com vista a fazer uso de créditos/linhas de crédito de países islâmicos.	Volume de financiamento identificado (USD)	5%	15,000,000	-	- 15,000,000	-100%	0.00%	0.00%	5
Melhorar a qualidade de gestão das empresas/fundos	Efectuar assessoria e estruturação financeira de instituições e empresas publicas na mobilização de recursos para implementação de projectos infraestruturantes: (i) segunda fase do programa de emergência da EDM; (ii) projectos de energia renovável; (iii) construção de barragem Mpanda Nkuwa; (iv) programa de investimento da Hidroeléctrica de Cahora Baasa.	Nr. De mandatos concretizados	20%	2	2	-	0%	100.00%	20.00%	
	Estruturar de fundos de desenvolvimento e mobilizar recursos para financiar os referidos fundos junto de parceiros nacionais e internacionais: (i) fundo para promoção e desenvolvimento rural (apoio ao empreendedorismo e as MPE's); (ii) fundo de desenvolvimento de infraestruturas; (iii) fundo de promoção de género (fundo mulher); e (iv) fundo de educação profissional.	Nr. de fundos estruturados	10%	2	2	-	0%	100.00%	10.00%	
	Gerir fundos de desenvolvimento e de garantias em parceria com as Instituições Financeiras de Desenvolvimento e outras Instituições de Fundos de Desenvolvimento	Nr. De fundos sobre Gestão	5%	6	6	-	0%	100.00%	5.00%	
Total			60%						80.16%	



Relatório e Contas – 2022

Objectivo Estratégico	Objectivo operacional para 2022	Indicador de mensuração	Peso	Orçamento	Realizado	Desvio		Grau. Real	Ponderador Proporcional	#
						Valor	%			
<b>PILAR 2: COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE (30%)</b>										
Crescimento sustentável do património do Banco	Robustecimento da posição financeira do Banco e da rentabilidade	Lucro (MT)	10%	151,659,482	208,621,473	56,961,991	38%	137.56%	13.76%	
		Crescimento dos F. Próprios (%)	5%	3.31%	3.30%	0.0%	-	99.70%	4.98%	
		Alavacagem (FP/A)	3%	29.46%	32.83%	3.4%	-	111.42%	2.79%	
		Crescimento do activo (%)	3%	26.83%	18.21%	-8.6%	-	67.87%	2.04%	6
		ROAE %	3%	4.25%	5.78%	1.5%	-	136.00%	3.40%	
		ROAA %	3%	1.40%	2.02%	0.6%	-	144.29%	3.61%	
		R. Solvabilidade %	5%	30.01%	17.57%	-12.4%	-	58.55%	2.93%	7
		R. Liquidez %	3%	58.82%	95.39%	36.6%	-	162.17%	4.87%	
	Abertura de centros de negócio corporativos para captação de oportunidades de negócio junto de instituições corporativas e empresas (Maputo e Nampula)	Estágio de operacionalidade (%)	5%	100%	Em curso	-	-	0.00%	0.00%	8
	Mobilizar recursos de instituições corporativas e empresas	Evolução da carteira de depósitos (Variação em MT)	5%	600,000,000	- 286,143,303	- 886,143,303	-148%	-47.69%	-2.38%	9
	Emitir títulos de dívida no mercado nacional para o financiamento de projectos de desenvolvimento e para substituição de títulos que vencem em 2022	Volume de títulos emitidos	5%	1,100,000,000	325,680,000	- 774,320,000	-70%	29.61%	1.48%	10
	Melhoria da qualidade da carteira de crédito	NPL	5%	4.70%	29.54%	24.8%	-	15.91%	0.80%	11
		Cobertura de NPL por imparidade	2%	40%	15.94%	-24.1%	-	39.85%	0.80%	12
	Mobilizar linhas de crédito para facilitação de operações de importação/exportação de commodities e bens de capital pela emissão de cartas de crédito tradicionais ou Standby Letters of Credit	Financiamento mobilizado	5%	15,000,000.00	5,000,000.00	- 10,000,000.00	-	33.33%	1.67%	13
		Linhas para SLBC	10%	55,000,000.00	85,000,000.00	30,000,000.00	-	154.55%	15.45%	
	Incrementar o nível de intervenção do Banco no mercado cambial na intermediação da moeda	Volume médio mensal de Operações FX trading (USD)	2%	2,000,000.00	8,930,971.30	6,930,971.30	-	446.55%	8.93%	
Volume anual de arbitragem na compra e venda da moeda		5%	20,000,000.00	26,890,021.90	6,890,021.90	-	134.45%	6.72%		
Manter o equilíbrio de maturidade entre os activos e passivos do Banco	Gap de activos e passivos com maturidade até 1 mês / Tier 1	2%	100%	346%	246%	-	345.79%	6.92%		
Assegurar uma gestão operacional e financeira eficiente	Optimização da estrutura de custos tomando-a flexível de acordo com o nível do volume de recursos disponível	Rácio de eficiência	5%	58%	57%	-1.1%	-	101.88%	5.09%	
	Alargar o leque de meios e serviços de pagamentos do Banco a vasta gama e tipologia de clientes, ajustados as necessidades específicas dos proponentes do projectos de financiamento intermediados pelo BNI e os respectivos beneficiários	Produtos e serviços de pagamento disponível	3%	MTR	MTR	-	-	100.00%	3.00%	
	Incrementar o número de parceiros em operações com exterior (Trade finance e Mercado Monetário e Mercado Câmbio)	Nr. de novos contrapartes	2%	1	1	-	-	100.00%	2.00%	
	Desenvolver internamente e colocar em produção novos módulos do Sistema de Gestão Bancária e Enterprise Resource Planning (ERP's) adequados as operações actuais e futuras do Banco;	Módulos implementados	7%	2	2	-	-	100.00%	7.00%	
	Reforçar as medidas de segurança do património do Banco (Activos e Pessoas).	Nr. Máximo de eventos de falha de segurança (Quebra de protocolo de segurança)	3%	5	1	-	4	-80%	500.00%	15.00%
Total				100%					110.84%	



## Relatório e Contas – 2022

Objetivo Estratégico	Objetivo operacional para 2022	Indicador de mensuração	Peso	Orçamento	Realizado	Desvio		Grau. Real	Ponderador Proporcional	
						Valor	%			
<b>PILAR 3: GOVERNAÇÃO CORPORATIVA, COMPETÊNCIAS E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL (25%)</b>										
Reforço/aprimoramento do relacionamento institucional com os Stakeholders do Banco	Executar a transição da marca BNI para a nova marca do banco incluindo conceito, estratégia, pré e pós produção de suportes e colaterais da marca e implementação	Implementação da nova marca	5%	100%	-	-	-	0.00%	0.00%	
	Massificar a divulgação das linhas, produtos e serviços do BNI junto das entidades com as quais o BNI desenvolveu parcerias/acordos/memorandos de entendimento com a vista a mobilizar projectos associados produtos e serviços do BNI	Nível de implementação do Plano de Marketing	5%	100%	100%	0%	-	100.00%	5.00%	
	Monitorar e reportar transações efectuadas com terceiros no âmbito da Lei de Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo	Nível de cumprimento da lei	15%	100%	100%	-	-	100.00%	15.00%	
	Assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis ao banco, protegendo a sua imagem e minimizando perdas financeiras	Custo de penalizações (<0,25% do produto bancário)	15%	2,435,674	-	2,435,674	-	200.00%	30.00%	
	Reportar Transacções suspeitas ao Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM)	Nível de cumprimento dos reportes	10%	100%	100%	-	-	100.00%	10.00%	
Aumentar os níveis de motivação, competências e liderança e alinhamento organizacional às boas práticas internacionais	Implementação do Plano de Sucessão dos Colaboradores	Nível de implementação	20%	100%	100%	-	-	100.00%	20.00%	
	Desenvolver uma plataforma integrada de monitoria e avaliação de desempenho dos Colaboradores que vai tornar o processo mais prático e objecto	Nível de implementação da plataforma	5%	80%	-	-	-	0.00%	0.00%	
	Atrair e reter Colaboradores estratégicos do Banco	Horas médias de formação por ano	15%	8hr/homem	8,3hr/homem			103.75%	15.56%	
		Nível de execução das contratações > 80% do orçamentado	10%	14 (10 para os centros de negócio)	7 (sendo 2 de reposição)	1		100.00%	10.00%	
<b>Total</b>			100%							105.56%
<b>Avaliação Global</b>									95.72%	

Excedeu largamente	Desempenho anual < 100%
Atingido	80% ≥ Desempenho anual ≤ 100%
Quase atingido	50% ≥ Desempenho anual < 80%
objectivo não atingido	0% ≥ Desempenho anual < 50%



### **Justificação dos desvios negativos**

1: Esta meta foi condicionado pelos seguintes factos conjugados: (i) limitações impostas pelos recursos em moeda externa devido as elevadas taxas de juro; (iii) Redução significativa da procura por crédito bancário economia por conta de alta das taxas de juro de referência do Banco Central; (iv) degradação do ambiente de negócios que provocou a contração da procura e de oportunidades de financiamento bancário com risco e retorno aceitáveis.

2: O Banco excedeu a meta de financiamento de operações de trade finance no valor de USD 5,5 milhões ao se conceder financiamento de três projectos de investimento no montante de USD 6,0 milhões através da utilização da linha de crédito do Afreximbank. Contudo, os mutuários utilizaram 90% (USD 5,38 milhões) do financiamento concedido em função das suas necessidades da tesouraria, prevendo-se a utilização do saldo imobilizado no ano de 2023.

3: Esta meta estava alicerçada fundamentalmente na emissão de cartas de crédito para a importação de combustíveis para a PETROMOC. O processo prolongamento no financial closure das linhas de crédito para confirmação das garantias bancárias emitidas pelo Banco por parte do TDB levou a emissão de garantias bancárias para a Petromoc abaixo dos níveis expectáveis.

4: Explicado pelo enquadramento macroeconómico adverso que conduziu a redução da procura pelos serviços bancários, em particular para as garantias bancárias de boa execução de projetos de construção civil.

5: A imposição do modelo operacional que obrigava a aplicação do sistema de finanças islâmicas, conjugado com a obrigatoriedades de aquisição de equipamento em países asiáticos restritos indicados por eles, limita a identificação no mercado nacional de projectos elegíveis a esta linha de crédito. Por outro lado, a taxa de juro proposta não era viável nesta fase.

6: A evolução dos activos foi limitada pelo cumprimento parcial do plano de funding, em particular para o funding em moeda nacional condicionado pelo contexto macroeconómico que criou uma série de incertezas nos investidores que procuraram outros mercados, o que limitou a emissão de títulos de dívida e a mobilização de recursos de clientes corporativos. A limitação do funding condicionou a evolução dos activos remuneráveis, em particular para a carteira de crédito e para investimentos em títulos.

7: Não obstante o rácio de solvabilidade encontrar-se acima do mínimo regulamentar, o mesmo encontra-se abaixo do registado no período homólogo e da meta para 2022, em resultado por um lado do aumento do activo investido em outras instituições de crédito e por outro, o reforço das provisões regulamentares para suportar o aumento do risco de crédito.

8: Por orientação do Accionista aguarda-se pela conclusão da reformulação do Plano Estratégico, podendo-se nesta fase, melhor avaliar esta opção sustentada pelo estudo de viabilidade do projecto. Por outro lado, a Comissão Executiva tem estado a privilegiar a criação das condições operacionais, tendo-se concluído com a interface para a realização de transferências em tempo real (MTR) e está em desenvolvimento o internet banking.

9: A evolução da carteira de depósito estava condicionada a criação de condições operacionais, desde a abertura de centros de negócios, conclusão do desenvolvimento do internet bancário, entre outros serviços bancários de interesse dos clientes.



10. O Contexto macroeconómico criou uma série de incertezas nos investidores que procuraram outros mercados, reduzindo o apetite pelo investimento no mercado de capitais e a liquidez do mercado. Por outro lado, a elevada exposição com o nosso principal parceiro investidor de títulos limitou a emissão direcionada de títulos.

11. Explicado pelo seguinte: (i) contexto do agravamento do risco de crédito na economia face à envolvente macroeconómica (ii) operações financiadas através das linhas de crédito Covid-19 que continuam a enfrentar dificuldades, (iii) Agravamento dos custos de financiamento que obriga o incremento do esforço na prestação do serviço da dívida.

12. A adequada cobertura da nossa carteira de crédito por garantias reais tem beneficiando o Banco em termos de constituição de provisões para imparidades económicas, revelando reduzidos níveis de risco do balanço.

13. O Orçamento de 2022 previa a mobilização de uma linha de crédito junto do BADEA no valor de USD 15,0 milhões. A imposição do modelo operacional que obrigava a aplicação do sistema das finanças islâmicas, conjugado com a obrigatoriedades de aquisição de equipamento em países asiáticos restritos indicados por eles, levou o Banco suspender a contração desta linha de crédito. Contudo, o Banco negociou um conjunto de linhas de crédito ajustados ao seu modelo operacional, sendo dos quais, sido fechados duas linhas que se encontram na fase de negociação do *term-sheet*, nomeadamente, a linha de crédito junto do European Investment Bank (EIB) no montante de USD 15,0 milhões; linha do Islamic Development Bank (IDB) no montante de USD 10,0 milhões, sendo esta linha aprovada por este banco, em condições concessionárias, estando pendente a aprovação do Ministério de Economia e Finanças uma vez tratar-se dum empréstimo bilateral para repassagem ao BNI.

14. A transição da marca BNI aguarda pelo desfecho da proposta em curso de transformação do BNI em um banco de desenvolvimento que tenha recursos do estado para o financiamento à economia.

15. Em 2022 o Banco de Moçambique introduziu novos mecanismos de reportes regulamentares, nomeadamente, o sistema internacional de pesquisa de entidades sancionadas da REFINITIV (*World Check*); comunicação automático ao Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM) em formato XML; digitalização dos cheques (trucagem) no sistema de compensação do Banco de Moçambique. Estas novas exigências regulamentares obrigaram a reprogramação das áreas de desenvolvimento dos sistemas de informação, tendo o desenvolvimento da plataforma integrada de monitoria e avaliação de desempenho dos Colaboradores passado para 2023.

16. Do Plano de contratação de 14 Colaboradores em 2022, 10 deles estavam condicionados a abertura dos Centros de Negócio que aguarda a reformulação do Plano Estratégico. Em 2022, o quadro de Recursos Humanos reforçou em termos líquidos (entradas e saídas) com 03 Colaboradores contra 04 orçamentado. Não obstante, contratou-se um total de 07 Colaboradores, sendo dos quais, 03 para as áreas de controlo interno (Gabinete de Gestão de Risco, de Compliance e de Auditoria Interna), e os restantes para as áreas de desenvolvimento de Sistemas de Informação; Jurídico; Contabilidade; e Organização e Métodos, sendo nesta área, uma especialista em certificação nas normas ISO 9001:2015 e ISO 45001 em que o Banco se encontra no processo de obtenção de certificação.



## 8. Desempenho Operacional e Financeiro

### 8.1. Recursos Humanos

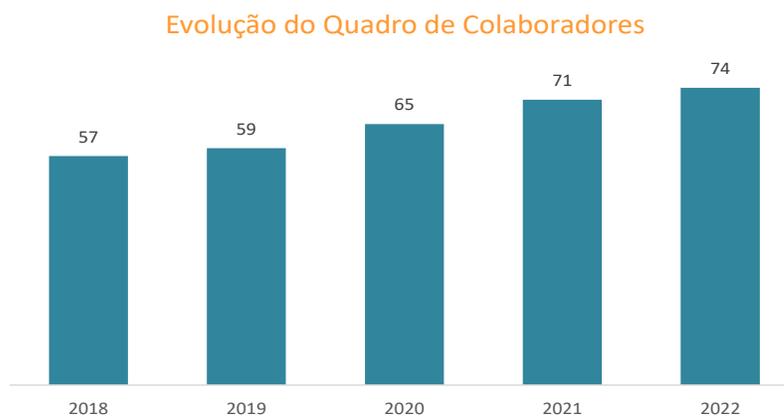
O Banco considera os Recursos Humanos como principal activo diferenciador e fundamental para o alcance dos objectivos estratégicos e para ultrapassar as diversas adversidades internas e externas que o mercado tem lançado ao longo do seu percurso de crescimento e desenvolvimento.

Alicerces como captação e manutenção de talentos, valorização de talento, capacitação técnico-profissional e comportamentais, constituem eixos fundamentais na gestão do Capital Humano do Banco, pois, permitem a manutenção de uma equipa sólida e motivada, capaz de responder às necessidades dos clientes, às exigências e os desafios do mercado, assegurando a capacidade de inovação e garantido o alcance dos objectivos estratégicos.

Em 2022, a gestão do Capital Humano teve como foco a melhoria dos processos internos, consolidação do plano de carreiras e de sucessão, envolvimento, reconhecimento e valorização do capital humano, desenvolvimento das competências técnicas-profissionais e comportamentais, segurança, saúde e bem-estar dos Colaboradores, favorecendo deste modo, a motivação e melhoria contínua do desempenho dos Colaboradores.

#### Evolução do Quadro de Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2022 o Banco detinha um total de 74 Colaboradores, o que representa a um crescimento de 4% comparativamente aos 71 observado no ano transacto, tendo os reforços sidos alocados às áreas de negócio e do controlo interno.

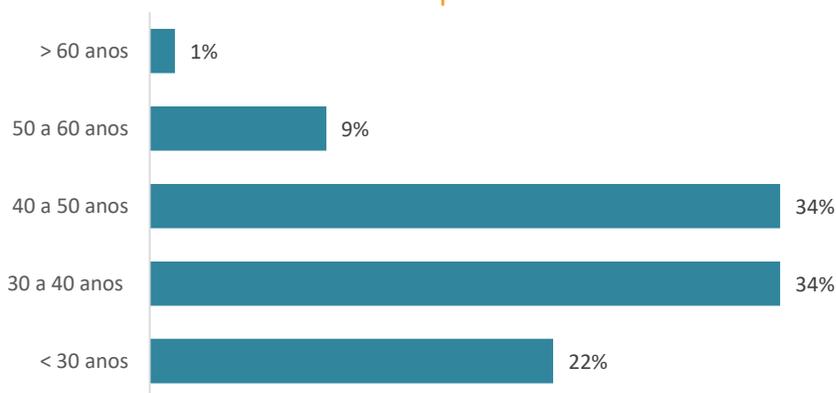


Do total de 74 Colaboradores, apresenta uma distribuição por género de 62% de homens e 38% de mulheres, tendo a proporção de mulheres melhorado em 3 p.p. face a 35% registado em 2021.

O quadro de Colaboradores do Banco encontra-se constituído maioritariamente por jovens. Com efeito, 56% do efectivo detém até 40 anos. A média de idade dos Colaboradores é de 37 anos.

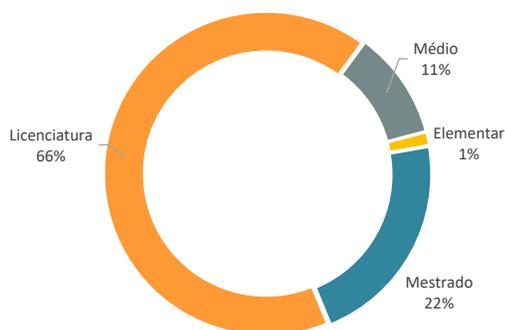
Estes indicadores reflectem a aposta no processo de recrutamento em quadros jovens com formação superior, dinâmicos e com energia e disponíveis para os desafios de uma economia em crescimento e com enormes desafios.

### Colaboradores por Faixa Etária



Em 2022 o Banco manteve a aposta na força laboral com formação académico superior, sendo do universo de 74 Colaboradores, 88% apresentava formação académico superior e apenas restantes 12% com o nível médio ou elementar, sendo destes, 56% a frequentar o ensino superior.

### Colaboradores por Grau Académico





### **Formação e Desenvolvimento do Capital Humano**

O Banco reconhece que o desenvolvimento de competências e desempenho dos Colaboradores constitui a chave para uma maior produtividade e um alcance dos objectivos estratégicos. Nessa senda, o Banco investe na capacitação técnico-profissional e comportamental dos seus Colaboradores com recurso a programas de formação abrangente orientada às actuais necessidades e às perspectivas do seu crescimento, bem assim, garantindo o desenvolvimento e melhoria do desempenho dos mesmos.

Em 2022 foram promovidas diversas acções formativas com o objectivo de reforçar as competências e qualificações profissionais dos Colaboradores num ambiente de aprendizagem contínua, caracterizado pela partilha de conhecimento, destacando entre outras, as formações em matéria de gestão bancária, compras internacionais-*sourcing*, negociação e gestão de contratos, gestão estratégica de vendas, comunicação, *MindMajix Technologies*, *fullcycle training*, *certificate in operational risk management*.

Das formações desenvolvidas em 2022, destaca-se o programa de formação específica de gestão bancária em regime modular que contempla um conjunto alargado de temas técnicos e comportamentais, promovido para a capacitação técnico-profissional de quadros superiores do Banco com ferramentas e conhecimento chaves de gestão bancária, devidamente preparados para desempenho das suas funções.

O Banco promoveu, igualmente, formações de carácter obrigatório, definidas pelo Banco de Moçambique, com maior destaque para a formação em prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Foram também introduzidas outras iniciativas tendentes ao desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal dos Colaboradores, nomeadamente, concurso EU SOU O BNI, que visa o alinhamento de todos os Colaboradores na Missão, Visão e Valores do BNI, o programa de Mentoria, sustentado pela necessidade de elevar o grau de maturidade dos Colaboradores melhorando as suas competências e o compromisso com relação ao trabalho e o objectivo maior que é uma cultura organizacional enraizada voltada para os resultados.

Em termos de investimento em formação e desenvolvimento humano, o banco investiu em 2022 cerca de MZM 8.5 Milhões (2021: 3.1 Milhões) o que se traduziu num aumento de 177% em termos de investimento em formação e desenvolvimento humano quando comparado com o ano anterior de 2021.

A valorização do capital humano ganhou mais dinamismo em 2022, com a criação de mais oportunidades de crescimento nas carreiras profissionais (promoções e progressões), tendo 25% (30% em 2021) do universo da massa laboral sido objecto de promoção por mérito, afectando a sua situação remuneratória e /ou funcional.

A taxa de rotação de Recursos Humanos situou-se em 7,4% (2021: 10,5%) e a taxa de desvinculação conteve-se em 4%.



### Qualidade de Vida no Trabalho

O BNI, acredita na relação de dependência entre o bem-estar da sua força de trabalho e melhores resultados, pelo que empreende esforços de modo a garantir o bem-estar dos seus colaboradores que passa por valorizar os seus colaboradores em todas as suas potencialidades e necessidades pessoais e de trabalho, como resultado disso o Banco foi reconhecido em 2022, pela pesquisa **Global Tempus** como uma das melhores empresas para se trabalhar em Moçambique afigurando-se entre as **Elite Employers**.

Em 2022 o Banco reforçou a cobertura do seguro de saúde aos Colaboradores e seus agregados familiares, estendendo-se a cobertura do seguro, em termos de provedores de saúde, para mais países em africa e na ásia.

Em 2022 à semelhança dos últimos três anos, o Banco manteve no âmbito do programa de melhoria da saúde do colaborador, contratos de prestação de serviços médicos para controle da tensão arterial, medição e controle do índice da massa corporal e consultas médicas gerais regulares no local de trabalho, visando assegurar cuidados médicos básicos no ambiente de trabalho.

Quanto a segurança no trabalho, o Banco também manteve a sua política de **zero acidentes no trabalho** assim sendo, o banco realizou com suficiente regularidade avaliações de risco nos locais de trabalho e nas áreas de maior circulação de colaboradores e do público em geral.



## 8.2. Áreas de Negócio

Não obstante o enquadramento macroeconómico adverso aliado em parte a prevalência dos impactos da pandemia de COVID-19 e eventos políticos, económicos e sociais relacionados com o conflito militar entre Ucrânia e a Rússia, o BNI procurou tirar maior proveito da relativa estabilidade político-militar na região norte do País, epicentro de grandes investimentos realizados e potenciais, através da promoção dentro e fora do país, de oportunidades de investimentos em sectores chave como o de energias.

Paralelamente, o Banco procurou aprofundar o relacionamento comercial com os seus parceiros através do reforço das linhas de crédito e o financiamento indirecto de novas operações. Por outro lado, o compromisso do Banco com o empoderamento da mulher moçambicana levou o Banco a estruturar uma linha de crédito dedicada, denominada *Women Fund*, estando actualmente na fase de mobilização de parceiros, com o objectivo de financiar MPME's dirigidas por mulheres ou que tenham foco na criação do bem-estar desta camada populacional.

Os êxitos alcançados durante o ano de 2022, nos diferentes segmentos da actividade do Banco, criaram alicerces sólidos para os próximos anos. Não só se obteve ganhos de aumento do volume de operações bancárias, mas também se estabeleceu parcerias promissoras e relações comerciais com intervenientes de grande relevância no processo de desenvolvimento, com maior destaque para o desenvolvimento de parcerias com empresas do sector energético dos Emirados Árabes Unidos (Dubai) com as quais foram firmados memorandos de entendimento para o financiamento de determinados projectos de energia renováveis da carteira do Banco.

No mesmo prisma, no âmbito do relacionamento existente com o Ministério da Economia e Finanças, o BNI deu início a prestação de serviços de assessoria financeira para criação e implementação de estratégias para a melhoria da classificação do risco de crédito e da sustentabilidade da dívida pública, este trabalho vai permitir a redução dos custos da dívida existentes e de novos empréstimos.

### MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS

O Banco teve um ano produtivo em 2022, tendo reforçado a sua contribuição no desenvolvimento de projectos estratégicos na economia com ligações intersectoriais e com impacto sócio-económico no país, através da combinação equilibrada dos seus vectores de actuação, a vertente banca de investimento e a de banca de desenvolvimento, prosseguindo de forma mais pronunciada com a análise e desenvolvimento de soluções específicas de investimento, financiamento e / ou assessoria financeira.

No seguimento da banca de desenvolvimento, o Banco manteve o ritmo de contribuição no apoio aos projectos de investimento, tendo-se disponibilizado soluções financeiras de crédito a um total de 32 projectos de investimento no montante global de MT 1.315,93 milhões (MT 1.799,72 milhões em 2021), observando-se a abordagem que reflecte a combinação da ambição comercial e do apetite ao risco. Contudo, o aumento dos custos de financiamento e de reduzidos



## Relatório e Contas – 2022

níveis de projectos disponíveis no mercado com parâmetros de risco adequados face ao ambiente económico adverso que ainda se ressentia dos efeitos da pandemia da Covid-19, limitou a intervenção do Banco na economia.

Os desembolsos do Banco até finais de 2022 totalizaram MT 12.452,20 milhões, um aumento de 12% em relação a 2021, com expressão no sector da indústria, agricultura, Petróleo e Gás, transporte, bem como nos principais sectores de exportação do país, tendo em 2022 o Banco reforçado os seus recursos em moeda externa na ordem de USD 10,0 milhões para o apoio a este seguimento de negócio. O impacto das acções desenvolvidas pelo Banco é notório na economia em termos de geração de emprego e renda.

Volume de Financiamento à Economia (Milhões de MT)



Em complemento às soluções financeiras tradicionais, o Banco viabilizou a importação de um conjunto de *commodities*, com ênfase para a importação de combustível, através de emissão de garantias bancárias para a cobertura do risco específico. A intervenção do Banco neste segmento de grande relevância para a economia nacional configura-se estratégico por viabilizar a importação de maiores volumes de combustíveis para o país, na qual, o Banco conta com uma rede de parceiros de primeira linha para confirmação das garantias.

O segmento da banca de investimento do Banco que tem como objecto assessorar os clientes na estruturação, montagem, negociação e colocação de financiamentos estruturantes, consolidou relacionamentos e concluiu acordos importantes com o Governo e grandes empresas públicas e privadas. Neste contexto, foram identificados parceiros financeiros que permitiram a materialização de projectos estratégicos no país nos domínios de energias renováveis e não renováveis, infraestruturas, entre outros.

Constituem referências para o BNI os seguintes projectos que tiveram apoio directo do Banco em 2022, com impacto multiplicador na economia no que tange a geração de emprego, aumento do PIB, aumento da renda familiar, incremento da eficiência operacional institucional, entre outros:

<p>Energias Renováveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Banco está focado em viabilizar projectos de investimentos no montante global de USD 36 milhões, para a construção de centrais solares para o fornecimento de energia solar na província de Tete, impulsionando assim, maior acesso da população à energia, melhoria da qualidade de vida da comunidade local, geração de emprego, a melhoria do saneamento básico e outros serviços essenciais. Para a materialização deste objectivo, o Banco estabeleceu relações com parceiros financeiros de desenvolvimento para estruturação e financiamento de projectos de produção de energias renováveis, com termos e condições ajustadas ao perfil de risco e retorno de cada projecto visando a bancabilidade dos mesmos.</li> </ul>
<p>Combustível</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Facilitação de importação de um total de 84.011 toneladas métricas de produtos petrolíferos para Moçambique através da emissão de garantias bancárias no valor global de USD 88.93 milhões. A intervenção do Banco na estrutura de importação de combustível centrou-se na emissão de garantias bancárias para o fornecimento de combustíveis até à liquidação das facturas de aquisição destes produtos para o abastecimento do mercado local, com impacto significativo na sua disponibilidade.</li> <li>✓ Apoio na dinamização de entidades vocacionadas a importação e distribuição de combustíveis através de concessão de financiamento no montante global de MT 183,21 milhões que permitiu de certa forma, garantir a operacionalização e disponibilidade de combustível no mercado.</li> </ul>
<p>Electricidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A intervenção do Banco neste segmento esteve orientada na identificação de parceiros estratégicos de desenvolvimento para a viabilização da segunda fase de reabilitação e modernização da rede eléctrica nacional, avaliada em USD 80,7 milhões, para o fornecimento de energia eléctrica de qualidade e resposta à crescente demanda nas cidades de Lichinga, Quelimane, Nacala, Maputo e posto administrativo de Anchilo.</li> </ul>
<p>Indústria</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Viabilização de projectos de investimentos orientados, na sua maior parte, no processamento e exportação de cereais e grãos, com maior destaque para MT 693,15 milhões (MT 589,25 milhões em 2021), contribuindo para a geração de divisas para o País. Estas iniciativas têm fomentado o aumento da produção agrícola ao nível da região norte do País.</li> </ul>



## MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

O apoio às Micros e Pequenas Empresas constitui uma das prioridades estratégicas do Banco, em particular para as do subsector do agronegócio, pelo seu relevante contributo para o bem-estar da população moçambicana, em particular para absorção de mão-de-obra, geração de produtos alimentares e contributo de forma significativa no PIB. Nesta sequência, o Banco tem consolidado o seu posicionamento como instituição financeira de referência na disponibilização de soluções financeiras em condições favoráveis a este segmento económico com desafios e particularidades específicas.

A principal abordagem do Banco para apoio a este segmento é através do desenvolvimento de linhas de crédito específicas, com condições de financiamento ajustados à estrutura financeira e operacional, bem como no suporte técnico aos proponentes de modo a garantir a bancabilidade dos projectos. Neste contexto, são de destacar as seguintes linhas:

- Linhas de crédito para apoio às MPME's afectadas pela Covid-19 (GOV Covid-19 e BNI Covid-19) no montante global de MT 1,6 mil milhões, que permitiu o reforço da tesouraria e/ou apoio ao investimento a um total de 151 MPME's a nível nacional pelo montante global de 951 milhões. O impacto destas linhas foi a revitalização deste segmento com a manutenção de um total de 5.197 postos de trabalho, incluindo a geração de um total de 772 novos empregos;
- Linha de crédito do FAE (Financiamento ao Agro-negócio e Empreendedorismo) no montante global de EUR 7,6 milhões destinado ao apoio ao agro-negócio e promoção do empreendedorismo ao longo do vale de Zambeze, tendo sido mobilizado junto da Agência de Desenvolvimento do Vale de Zambeze. Esta linha beneficiou até à data do balanço o total de 410 projectos no montante global de MT 195 milhões;
- Fundos de garantia para a cobertura do risco do sector agrícola (FDA e INCAJU) no montante global de MT 300 milhões, cujo impacto já se faz sentir na economia social (geração de auto-emprego e auto-suficiência). Esta linha já viabilizou um conjunto de 57 MPME no montante global de MT 261,42 milhões.

Linha de crédito para o apoio a projectos que visam a massificação de Gás Natural Veicular (GNV) no montante global de USD 5,0 milhões, cujo objecto consiste no financiamento de diversos projectos às províncias de Inhambane e Gaza a saber: a construção de três (03) bombas de abastecimento a GNV para automóveis; a montagem de dois (02) centros de conversão de viaturas para o sistema GNV; a aquisição de viaturas movidas a GNV para transporte público e expansão dos postos de abastecimento GNV na província de Maputo. O Banco culminou com a estruturação e identificação de projectos elegíveis nos finais de 2022, esperando-se com a sua efectiva implementação a redução do custo de combustível na estrutura de funcionamento dos veículos com maior destaque para os autocarros comerciais.



### 8.3. Análise financeira

Em 2022, o BNI voltou a registar um crescimento assinalável dos lucros na ordem de 70%, acompanhado dos principais indicadores chave de desempenho que apresentaram a mesma tendência, não obstante o elevado risco de crédito que afectou o sector em particular. Estes resultados foram conseguidos pela entrada de novos negócios paralelos que não requerem capital; reforço da tesouraria e liquidez do Banco e melhoria da gestão do risco cambial.

O crescimento foi gerado num cenário macroeconómico difícil que influenciou negativamente o desempenho do sector financeiro nacional, em particular a desaceleração da actividade creditícia e da degradação da sua qualidade, aumento dos custos de captação de recursos e acrescidas exigências regulamentares. Neste quadro sombrio, o Banco conteve a expansão do crédito à economia até que houvesse melhorias das condições de acesso aos recursos e melhoria da situação financeira das empresas moçambicanas cujas dificuldades reflectiram-se na degradação da qualidade da carteira de crédito do Banco.

No entanto, as medidas de gestão adoptadas face ao contexto macroeconómico permitiram o alcance de um resultado líquido de MT 208,62 milhões em 2022, face ao montante de MT 115,74 milhões alcançado em igual período de 2021, a reflectir o crescimento dos proveitos, acompanhado por uma maior eficiência de controlo de custos operacionais. De forma sumária, os aspectos específicos abaixo apresentados contribuíram de forma significativa para o desempenho do Banco:

- Evolução da margem financeira de MT 696,07 milhões em 2021 para MT 727,75 milhões em 2022, explicado pelo crescimento notório dos activos financeiros em 22%, conjugado com a subida das taxas directoras do mercado que levaram a uma rentabilidade maior dos activos financeiros;
- Resultados positivos de comissões líquidas no valor de MT 158,17 milhões, acima de MT 107,15 milhões registados no período homólogo, reflectindo maior dinâmica na busca de novos negócios de operações fora do balanço, em particular a emissão de garantias bancárias e prestação de serviços de assessoria financeira e gestão de linhas de crédito para o desenvolvimento;
- Desempenho positivo de operações financeiras na ordem de MT 45,83 milhões contra a perda de MT 87,82 milhões reportado no período homólogo, suportado pela conjugação entre o maior volume de operações cambiais e a estabilidade da moeda nacional face ao Dólar Norte-Americano que permitiu que as margens do Banco não sejam absorvidas pela reavaliação cambial, como é o caso do cenário reportado nas contas de 2021.

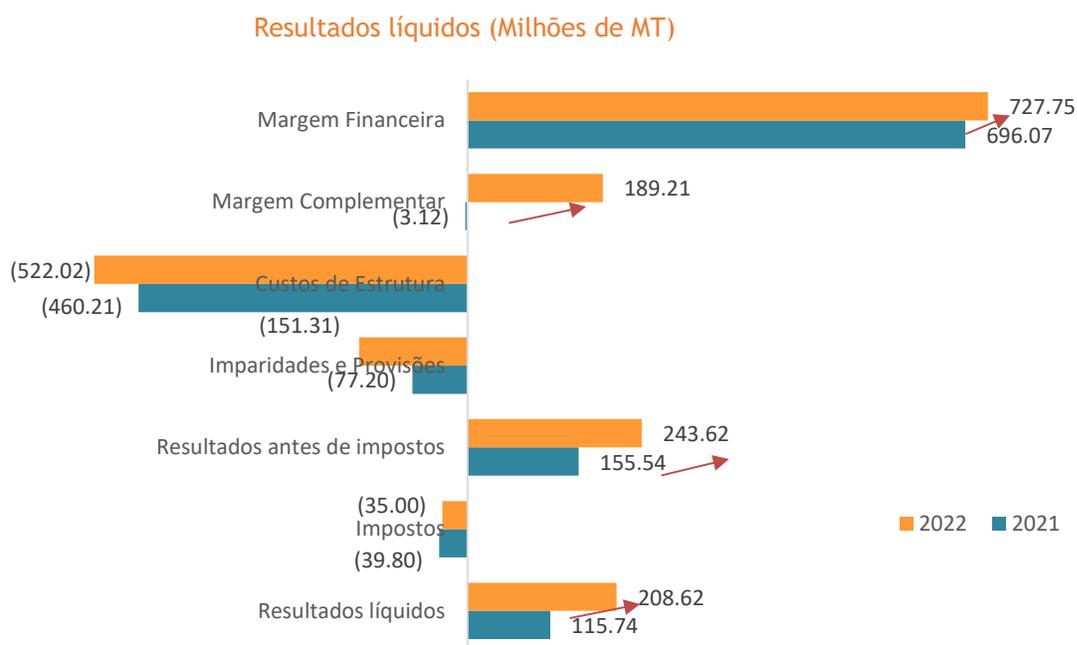
O elevado risco de crédito no mercado obrigou o Banco a pautar pela prudência no nível de concessão de novos créditos e no reforço de provisões para perda por imparidades, de MT 77,20 milhões em 2021 para MT 151,31 milhões em 2022.



## Relatório e Contas – 2022

Por outro lado, como consequência da pressão inflacionária no mercado internacional, com reflexo no país, os custos operacionais agravaram-se em 13%, saindo de MT 460,21 milhões em 2021 para MT 522,023 milhões em 2022.

Se não fosse o impacto das medidas acima, o resultado líquido de o Banco teria se cifrado perto de MT 250,0 milhões.

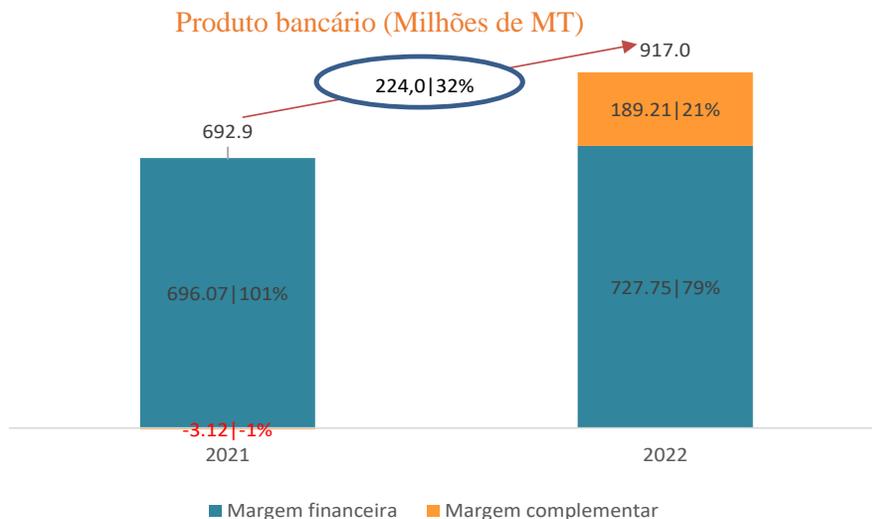


O excelente desempenho financeiro alcançado em 2022, num cenário macroeconómico difícil, prova a resiliência do Banco, conforme evidenciado pelo forte crescimento da base de activos financeiros, diversificação da base de proveitos e pela melhoria de indicadores de rentabilidade e eficiência, tendo à rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e à rentabilidade dos activos (ROA) que se situaram em 5,78% (2021: 3,33%) e 2,02% (2021: 1,24%), respectivamente. Por seu turno, o rácio de eficiência (*cost-to-income*) melhorou de 66,14% em 2021 para 56,93% em 2022.

### Produto Bancário

O produto bancário, que inclui a margem financeira e a margem complementar, registou um incremento de 32%, ascendendo a MT 916,96 milhões em 2022 contra MT 692,95 milhões de 2021, a reflectir a evolução da margem financeira em MT 31,68 milhões e da margem complementar em MT 192,33 milhões.

A margem financeira representou 79% do produto bancário (2021: 101%), enquanto o peso da margem complementar foi de 21% (2021: -1%), conforme os gráficos que se seguem:



### Margem Financeira

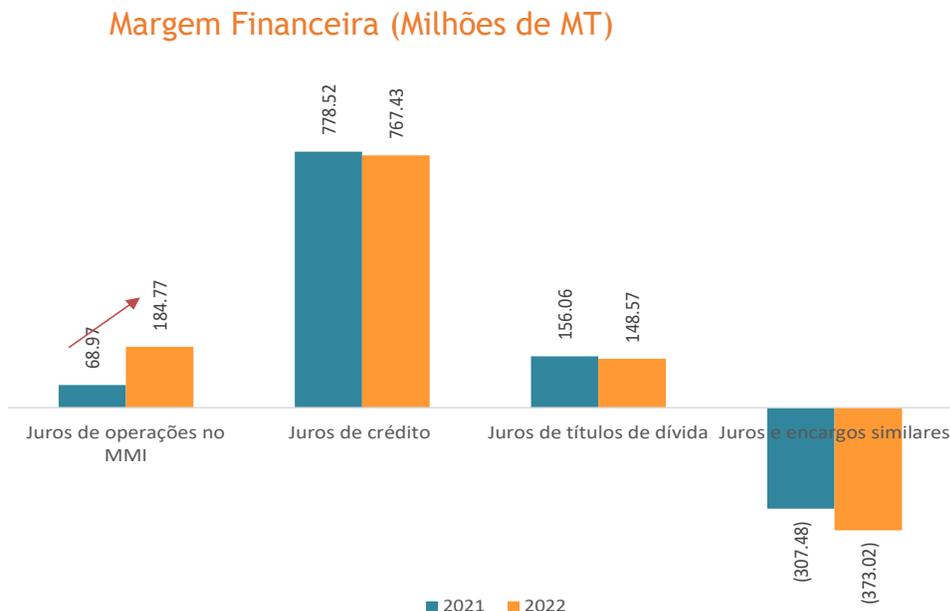
Em 2022, o Banco de Moçambique manteve a sua flexibilização monetária em resposta a pressão inflacionária, efectuando incremento cumulativo nas taxas directoras em 300 pontos bases, passando de Dezembro de 2021 a MIMO, FPC e FPD de 13,25%, 16,25% e 10,25%, respectivamente, para em Dezembro de 2022 a 17,25%, 20,25% e 14,25%, respectivamente. Por seu turno, a Prime Rate do Sistema Financeiro saiu de Dezembro de 2021 de 18,60% para 22,60% em Dezembro de 2022. Estas medidas da política monetária emanadas pelo Banco de Moçambique afectaram positivamente a remuneração dos activos financeiros, nomeadamente, os juros de aplicações em outras instituições de crédito, de títulos de dívida e da carteira de crédito, não obstante o aumento nas provisões para imparidade de crédito.

Este enquadramento de taxas de juros mais alta conjugado com o aumento da base de activos financeiros e da correcta gestão de activos e passivos financeiros, permitiu a evolução da margem financeira em 5%, passando de MT 696,07 milhões em 2021 para MT 727,75 milhões em 2022.

Os juros de aplicações em outras instituições de crédito representam a rubrica que mais observou um crescimento significativo (+168%), ao passar de MT 68,97 milhões em 2021 para MT 184,77 milhões em 2022, a reflectir a melhoria das taxas de juros médias de remuneração e do aumento da carteira de aplicações, que evoluiu quatro vezes ao sair de uma média de MT 500,0 milhões em 2021 para MT 2,0 mil milhões em 2022. Este incremento representa o colateral prestado sob a forma de recursos consignados para cobrir o risco de crédito de importação de combustíveis para o país.

Os juros de crédito e de investimento em títulos mantiveram-se perto do registado no período homólogo, a reflectir limitada evolução das carteiras destas rubricas, em particular para a carteira de crédito que se ressentiu dos efeitos de estagnação do crédito à economia e do risco de crédito, que elevou o NPL para os níveis aquém dos esperados, afectando a rentabilidade da carteira e a liquidez bancária.

Por outro lado, a subida das taxas de juro do mercado nacional e internacional, impulsionaram o agravamento dos custos com juros e encargos similares em 21%, passando de MT 307,48 milhões em 2021 para MT 373,01 milhões em 2022, não obstante as medidas adoptadas pelo Banco para contenção do custo de *funding*.



Os juros de crédito representam a rubrica com maior peso na estrutura de juros e proveitos similares tendo contribuído em 70% em 2022 (78% em 2021). Por seu turno, os juros de aplicações em instituições de crédito contribuem em 17% (7% em 2021) e os investimentos em títulos contribuem em 13% (16% em 2021).

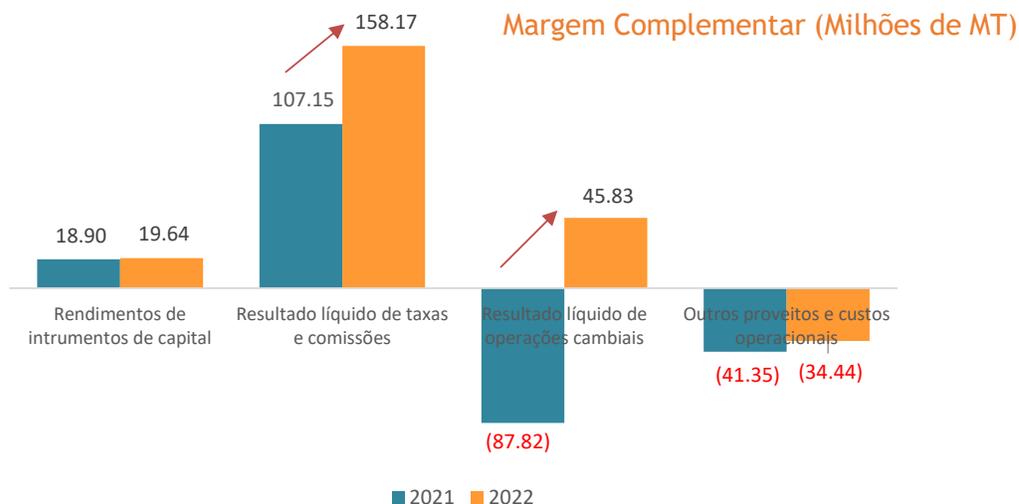
### Margem Complementar

A margem complementar, que inclui o resultado líquido de taxas e comissões, receitas de assessoria financeira, resultados de operações financeiras e rendimentos de capital, registou um desempenho positivo de MT 189,21 milhões, correspondente a uma evolução significativa face ao montante de MT 3,12 milhões negativo registado no período homólogo de 2021. Esta evolução resultou, em grande medida, dos seguintes factos:

- Ao bom desempenho das operações financeiras no montante de MT 45,83 milhões (perda de MT 87,82 milhões em 2022), potenciado pelo efeito conjugado entre a estabilidade cambial e o aumento do volume de transações de operações cambiais, a reflectir a capacidade que o BNI tem vindo vigorosamente a demonstrar na facilitação de operações do comércio internacional, intervindo na liquidação parcial de facturas de importação de combustíveis. Paralelamente, o Banco realizou ganhos na compra /venda de divisas para os mutuários

exportadores que estão obrigados ao abrigo da legislação cambial, a venda ao Banco de 30% das receitas de exportação.

- Maior volume de receita de comissões de serviços bancários no valor de MT 158,17 milhões (MT 107,15 milhões em 2021), a reflectir o alargamento da base de comercialização de produtos/serviços prestados pelo Banco fora do balanço, em particular para a emissão de garantias bancárias, prestação de serviços de assessoria financeira e gestão de fundos de desenvolvimento.



### Custos de Estrutura

Em 2022, o Banco manteve a sua abordagem de desenvolvimento de um conjunto de acções assentes na obtenção de ganhos de eficiência, por via da optimização de processos, revisão contínua de contratos, selecção criteriosa dos fornecedores de bens e serviços e a gradual integração de novos colaboradores, o que permitiu o abrandamento do ritmo de crescimento dos custos de estrutura.

Neste cômputo, os custos de estrutura do Banco, que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações, totalizaram o montante de MT 522,02 milhões em 2022, correspondente a um crescimento moderado face aos MT 460,21 milhões registado em 2021. Este crescimento decorre dentro dos níveis esperados, atendendo a pressão inflacionária e a necessidade de maiores recursos que suportassem a estrutura crescente do Banco.



## Relatório e Contas – 2022

	2021	2022	Desvio	
	MT	MT	MT	%
Gastos com pessoal	287,388,664.40	303,326,326	15,937,662	6%
Outros gastos administrativos	130,122,583.54	162,209,303	32,086,719	25%
Depreciação e Amortizações	42,697,201.11	56,488,201	13,791,000	32%
Total de Custos Operacionais	460,208,449.06	522,023,830	61,815,381	13%
Produto bancário	692,948,377.03	916,958,857	224,010,480	32%
Rácio de eficiência (Cost-to-income)	66%	57%	-	9pp

Em termos agregados, os custos com pessoal foram responsáveis por 58% do total de custos (62% em 2021), os outros gastos administrativos apresentaram o peso de 31% (28% em 2021), enquanto os custos com amortizações e depreciações apresentaram a proporção de 11% (9% em 2021).

A melhoria verificada no rácio de eficiência, mensurado pela razão dos custos operacionais sobre o produto bancário, de 66% em 2021 para 57% em 2022, demonstra, por um lado, a melhoria dos proveitos e, por outro, maior racionalização dos custos operacionais.

### Custos com Pessoal

Os custos com pessoal cifraram-se em MT 303,33 milhões em 2022, observando um crescimento de 5,5% face ao valor de MT 287,39 milhões registado em igual período de 2021. Este crescimento é inerente aos seguintes factos: (i) actualização da tabela salarial anual; (ii) ajustamentos salariais incontornáveis, decorrentes das promoções e progressões por mérito; (iii) reforço no quadro de Colaboradores (especialmente em posições chave) por forma a adequar a estrutura operacional ao actual nível de actividade do Banco; e (iii) Pagamento de bónus de antiguidade a Colaboradores com 10 (dez) anos de trabalho no Banco.

Em 31 de Dezembro de 2022, o banco fechou o ano com um efectivo de 74 Colaboradores, contra 71 existentes no final de 2021.

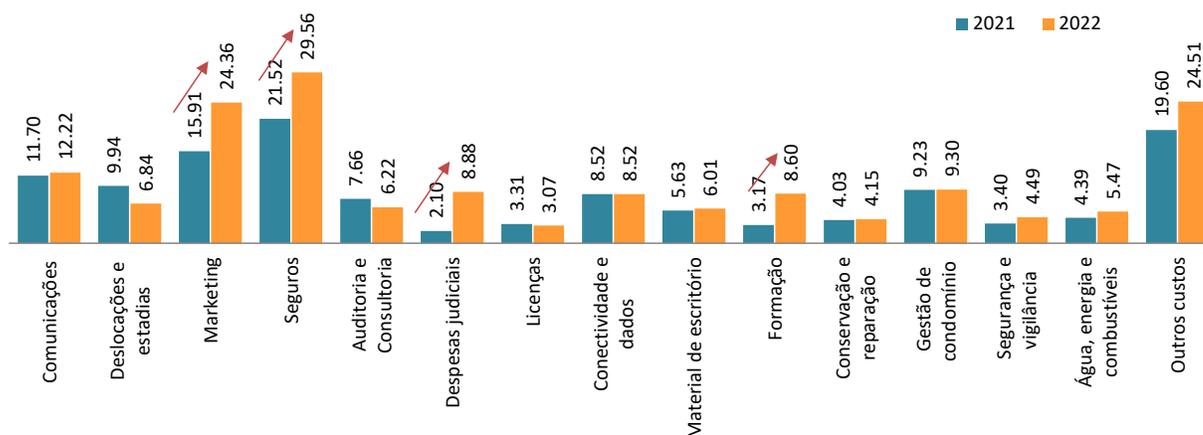
### Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos totalizaram MT 162,21 milhões em 2022, observando um crescimento de 25% em relação ao montante de MT 130,12 milhões em 2021 assinalado no período homólogo de 2021. Este crescimento reflecte, sobretudo, a preocupação do Banco em melhor servir o mercado, com destaque para: (i) campanha publicitária para capitalizar a marca BNI junto de parceiros locais e internacionais; (ii) aumento do investimento em formação com vista a imprimir mais dinamismo no trabalho e na absorção das oportunidades de negócio; (iii) contratação de serviços de seguros adicionais para a cobertura do aumento da infra-estrutura operacional, conjugado com a melhoria do pacote de

seguro de saúde dos Colaboradores do Banco; e (iv) Despesas jurídicas associadas ao aumento de processos de recuperação do crédito, podendo os mesmos no futuro virem a reverter a favor do Banco com a recuperação do crédito.

Por outro lado, a pressão inflacionária contribuiu de igual modo para o agravamento dos custos do Banco, não obstante as acções desenvolvidas para a racionalização da base de custos que permitiram conter o seu ritmo de crescimento.

### Gastos Gerais Administrativos (Milhões de MT)



### Amortizações e Depreciações do Exercício

As amortizações do exercício cifraram-se em MT 56,49 milhões em 2022, correspondente a um agravamento face ao montante de MT 42,70 milhões registado no período homólogo, a reflectir o investimento realizado na infraestrutura operacional, em particular em equipamentos informáticos e de comunicação, com vista adequar o Banco de meios necessários para suportar o crescente nível de actividade e garantir a manutenção de elevados padrões de qualidade de trabalho.

### Imparidade de Crédito e Provisões Líquidas

Em 2022, o Banco constituiu imparidades para o crédito a clientes e provisões no valor de MT 151,31 milhões, montante superior a MT 77,20 milhões assinalado em igual período de 2021. O reforço resulta do aumento de situações de crédito em incumprimento e de reestruturações levadas a cabo, provisões para crédito indirecto, imparidades de investimentos em títulos de dívida, imparidades de activos não correntes detidos para venda, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente de resolução de contratos com clientes.



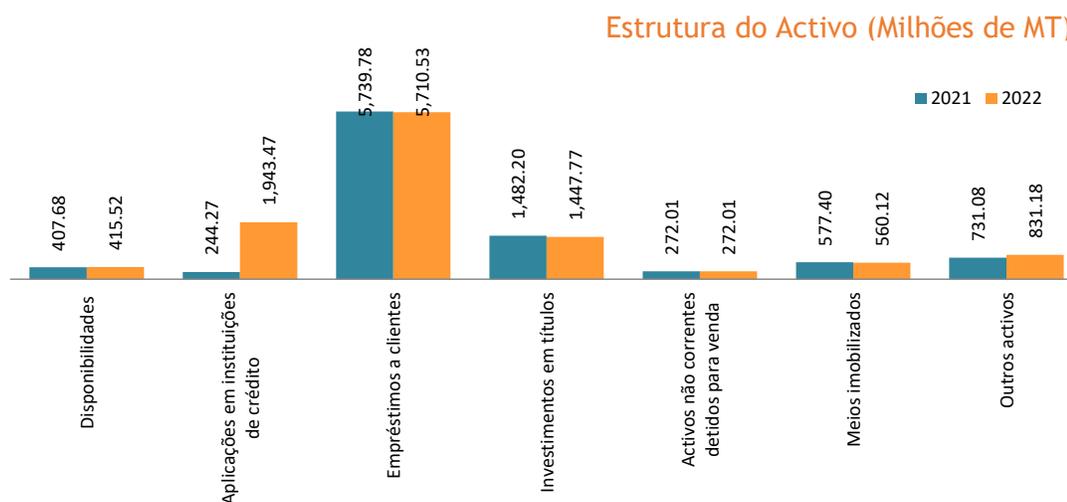
O aumento das imparidades espelha em particular: (i) exposições específicas que registaram agravamento do risco; (ii) perdas futuras de crédito esperadas face a actual realidade de aumento dos riscos económicos e consequentemente o de crédito; e (iii) actualização dos factores de risco no modelo de imparidades.

### Posição Financeira

O activo líquido do Banco ascendeu a MT 11.175,71 milhões em 2022, o que representa um crescimento de 18% em relação ao montante de MT 9.454,41 milhões reportado em 2021. Este crescimento espelha os esforços desenvolvidos para o crescimento do balanço de forma sustentável, através da mobilização de recursos de parceiros nas condições adequadas ao modelo de negócio de banca de desenvolvimento e investimento.

O crescimento do activo repercutiu na expansão dos activos remuneráveis em 22%, passando de MT 7.466,24 milhões (79% do activo) em 2021 para MT 9.133,78 milhões (82% do activo) em 2022, com maior contribuição as aplicações em outras instituições de crédito que evoluíram em MT 1.699,20 milhões, passando a representar um peso de 17% do total do activo em 2022 contra 3% de 2021.

Já a carteira líquida de crédito e de investimentos em títulos por se terem mantido quase inalterados, registaram diminuição do peso face ao total de activo, de 60% e 18% em 2021, para 51% e 13% em 2022, respectivamente.



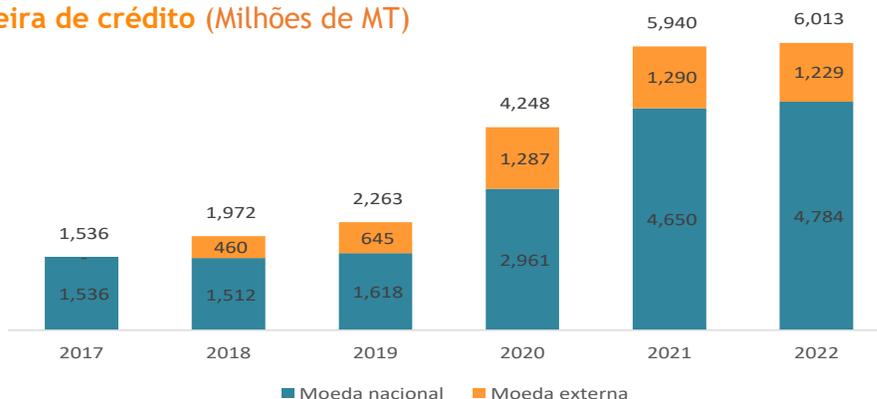
### Empréstimos a Clientes

Num contexto operacional e macroeconómico desafiante, caracterizado pela deterioração do risco do crédito e de elevadas taxas de referência, o Banco reforçou o rigor na selecção das operações em função do risco e rentabilidade, bem como melhoria contínua dos processos de avaliação e gestão do risco e redução de exposição a grandes concentrações.

Neste quadro, financiou-se um conjunto de projectos de investimento no montante global de MT 1.315,93 milhões (2021: MT 1.799,72 milhões), dos quais, 74% em moeda nacional e 26% em moeda externa. Dos projectos financiados, 53% são operações da indústria alimentar, tendo em conta o papel vital que este sector desempenha na dinamização da economia e no suprimento ao *deficit* alimentar no País.

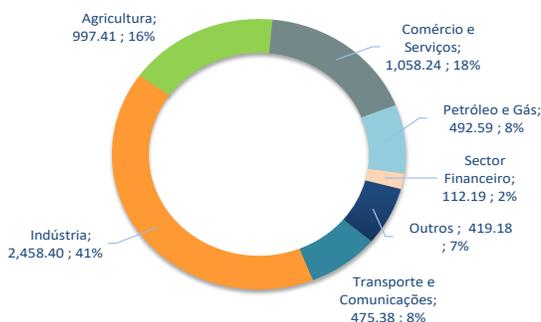
Não obstante o Banco ter financiado novas operações, a carteira bruta de crédito conteve-se em MT 6.013,39 milhões em 2022 perto de MT 5.939,69 milhões registado em 2021, explicado pela reclassificação contabilística para fora da carteira de crédito de uma exposição expressiva do sector de petróleo e gás, com grande relevância para o desenvolvimento da economia nacional. Esta exposição designada participação do risco partilhada, foi adquirida em 2014 junto dum banco parceiro.

### Evolução da carteira de crédito (Milhões de MT)

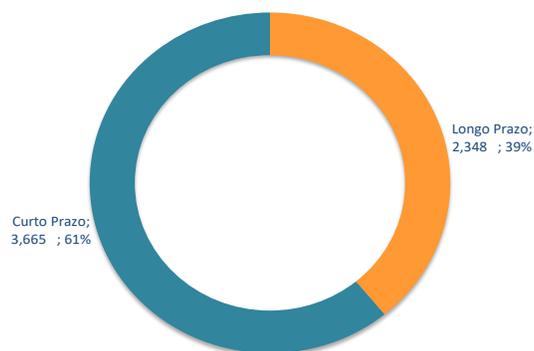


A carteira de crédito do Banco apresentou maior nível de concentração no financiamento ao sector da indústria, com peso de 41% (2021: 34%), tendo desta proporção, 87% incidido sobre a indústria alimentar. As operações com maturidade de longo prazo apresentam um peso de 39% (2020: 47%), conforme o gráfico que se segue:

### Composição Sectorial da Carteira de Crédito



### Composição da Carteira por produto





### **Qualidade da Carteira de Crédito**

A qualidade da Carteira de Crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, apresentou uma deterioração, ao situar-se em 29,54% em 2022, comparativamente a 6,83% registado em 2021, não obstante as medidas adoptadas pelo Banco para mitigação do risco de crédito.

A degradação da qualidade do crédito reflecte o contexto do agravamento do risco de crédito na economia face à envolvente macroeconómica que se mostrou pouco favorável, apesar dos sinais de retoma da actividade económica, estando parte dos tomadores de créditos a não estar a gerar fluxos de caixas suficiente para honrar com o serviço da dívida. A qualidade da carteira de crédito do Banco foi agravada pelas operações financiadas através das linhas de crédito Covid-19, que foram feitas num contexto de emergência em 2020 e 2021, estando as empresas beneficiadas a continuar a enfrentar dificuldades. Por outro lado, o agravamento das taxas de juros de referência em 400 pb (em Março e Setembro) pelo Banco Central agudizou a situação financeira já precária dos mutuários.

No contexto de agravamento do risco bancário, o BNI mantém vigilância acrescida sobre a carteira de crédito, com maior ênfase para as operações afectadas pela pandemia e para exposições significativas, com o objectivo de melhorar continuamente a qualidade do crédito e prevenção da sinistralidade.

O montante de imparidade acumulada cifrou-se em MT 283,18 milhões em 2022, um incremento de MT 107,54 milhões (+61%) face ao montante de MT 175,64 milhões registado no período homólogo, evidenciando uma postura de provisionamento prudente e criteriosa face ao actual contexto operacional caracterizada pelo agravamento do risco bancário.

### **Passivo e Fundos Próprios**

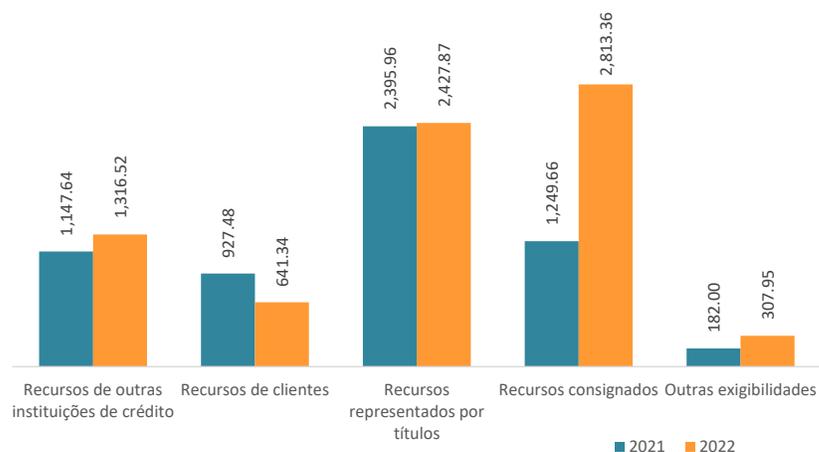
O passivo do Banco situou-se em MT 7.507,04 milhões em 2022, registando um crescimento de 27% face ao montante de MT 5.748,46 milhões registado no período homólogo de 2021, a reflectir em grande parte os seguintes aspectos:

- Mobilização de uma linha de crédito no montante de USD 10,0 milhões junto de instituições financeiras de desenvolvimento para o financiamento de projectos estratégicos que contribuem para a minimização dos efeitos da pandemia da COVID-19, quer na componente de aquisição de suplementos hospitalares, quer em operações de *trade finance*;
- Mobilização de recursos consignados no montante de MT 1,5 mil milhões para a cobertura do risco de emissão de garantias bancárias internacionais para importação de combustível para o país.

Em contrapeso, registou-se a redução da carteira de recursos de clientes em MT 286,14 milhões, saindo de MT 927,48 milhões em 2021 para MT 641,34 milhões em 2022, a reflectir o contexto macroeconómico difícil e aos reduzidos níveis de liquidez no mercado.



Evolução do Passivo (Milhões de MT)



Os capitais próprios totalizaram o montante de MT 3.668,67 milhões, correspondente a uma evolução de 3,29% face a MT 3.551,66 milhões registado em 2021. Esta evolução foi influenciada pelos resultados líquidos do ano e incorporação de 60% dos resultados de 2020 em reserva legal e resultados transitados. Por seu turno, a reserva de justo valor registou redução de MT 45,31 milhões em resultado da queda do valor de mercado dos instrumentos financeiros de renda fixa num cenário de tendência do aumento das taxas de juro de mercado.

	2022	2021
	MT	MT
<b>Capital Próprio</b>		
Capital social ordinário	2,240,000,000	2,240,000,000
Resultados transitados	886,995,213	852,273,731
Reservas de justo valor	68,085,541	113,397,810
Reserva legal	264,972,330	230,250,848
Resultado do exercício	208,621,473	115,738,272
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>3,668,674,557</b>	<b>3,551,660,661</b>

O rácio de capital do Banco, calculado no cumprimento das premissas dos normativos regulamentares prudenciais estipulados pelo Banco Central, espelha a solidez e robustez financeira, apresentando um rácio de Solvabilidade de 17,57% em 2022, indicador acima do valor mínimo exigido de 12%.



Maputo, 10 de Abril de 2023

**Conselho de Administração**

---

Omar Osumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

---

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

---

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal

---

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

---

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

---

Mussá Usman  
Vogal

---

Ester dos Santos José  
Vogal



### 9. Proposta de aplicação de resultados

Considerando a necessidade de reforçar a autonomia financeira do Banco, bem como reforçar a robustez financeira e dos níveis de adequação dos fundos próprios, o Conselho de Administração propõe, para aprovação da Assembleia Geral, a retenção de 70% dos Resultados Líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2022, após a observância da reserva legal (30,00% sobre o Resultado Líquido), conforme apresentada na tabela que se segue:

	MT
Reserva Legal (30% do Resultado Líquido do exercício)	62,586,442
Distribuição de dividendos	-
Resultados Transitados (70% do Resultado Líquido do exercício)	146,035,031
	<b>208,621,473</b>

Maputo, 10 de Abril de 2023

### Conselho de Administração

Omar Osumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

Mussá Usman  
Vogal

Ester dos Santos José  
Vogal



## 10. Demonstrações Financeiras

### 10.1 Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
		MT	MT
Juros e proveitos similares	4	1,100,763,096	1,003,543,675
Juros e encargos similares	4	(373,016,461)	(307,475,140)
<b>Margem Financeira</b>		<b>727,746,636</b>	<b>696,068,535</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	19,642,643	18,897,839
Resultado líquido de serviços e comissões	6	158,172,993	107,154,635
Resultado líquido de operações cambiais	7	45,831,969	(87,822,184)
Outros rendimentos e gastos operacionais	8	(34,435,383)	(41,350,448)
<b>Produto bancário</b>		<b>916,958,857</b>	<b>692,948,377</b>
Imparidade em activos	11	(151,311,989)	(77,202,107)
Gastos com pessoal	9	(303,326,326)	(287,388,664)
Outros gastos administrativos	10	(162,209,303)	(130,122,584)
Depreciação e Amortizações	19 e 20	(56,488,201)	(42,697,201)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(673,335,819)</b>	<b>(537,410,555)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>243,623,038</b>	<b>155,537,822</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		<b>(35,001,565)</b>	<b>(39,799,550)</b>
Impostos correntes	21	(43,311,836)	(37,935,174)
Impostos diferidos	31	8,310,271	(1,864,376)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>208,621,473</b>	<b>115,738,272</b>
Outro rendimento integral			
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados			
Alterações nas reservas dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	25	(66,635,689)	115,128,220
Impostos diferidos	25	21,323,421	(36,841,031)
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<b>163,309,205</b>	<b>194,025,461</b>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Banco Nacional  
de Investimento

## Relatório e Contas – 2022

---

Maputo, 10 de Abril de 2023

### Conselho de Administração

---

Omar Osumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

---

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

---

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal

---

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

---

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

---

Mussá Usman  
Vogal

---

Ester dos Santos José  
Vogal



## Relatório e Contas – 2022

### 10.2 Demonstração da Posição Financeira para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
		MT	MT
<b>Activo</b>			
Caixa e Depósitos no Banco Central	12	87,296,348	116,449,956
Disponibilidades em instituições de crédito	13	328,224,615	291,225,208
Aplicações em instituições de crédito	14	1,943,470,457	244,269,616
Empréstimos a clientes	15	5,710,532,006	5,739,779,624
Investimentos em títulos	16	1,447,774,230	1,482,195,116
Outros activos	17	709,814,449	621,448,557
Activos não correntes deitados para venda	18	267,111,300	272,006,100
Activos tangíveis	19	560,123,284	576,651,757
Activos intangíveis	20	225	752,463
Activos por impostos correntes	21	121,364,957	109,629,074
<b>Total do Activo</b>		<b>11,175,711,871</b>	<b>9,454,407,471</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital social ordinário	22	2,240,000,000	2,240,000,000
Resultados transitados	24	886,995,213	852,273,731
Reservas de justo valor	25	68,085,541	113,397,810
Reserva legal	24	264,972,330	230,250,848
Resultado do exercício		208,621,473	115,738,272
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>3,668,674,557</b>	<b>3,551,660,661</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de Outras Instituições de crédito	26	1,316,516,868	1,147,643,135
Recursos de clientes	27	641,339,103	927,482,406
Responsabilidades representadas por títulos	28	2,427,873,709	2,395,964,343
Recursos consignados	29	2,813,358,244	1,249,661,103
Outros passivos	30	156,618,247	38,702,240
Passivos por impostos diferidos	31	92,911,494	122,545,186
Provisões	32	58,419,647	20,748,397
<b>Total do Passivo</b>		<b>7,507,037,313</b>	<b>5,902,746,810</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>11,175,711,871</b>	<b>9,454,407,471</b>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Maputo, 10 de Abril de 2023

**Conselho de Administração**

---

Omar Osumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

---

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

---

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal

---

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

---

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

---

Mussá Usman  
Vogal

---

Ester dos Santos José  
Vogal



**10.3 Demonstração das Alterações na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

	Nota	Capital	Reserva de justo valor	Reserva Legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2021</b>		<b>2,240,000,000</b>	<b>35,110,621</b>	<b>188,997,142</b>	<b>804,144,406</b>	<b>137,512,354</b>	<b>3,405,764,525</b>
Rendimento integral							
Outro rendimento integral							
Alterações de justo valor de activos financeiros		-	-	-	-	-	115,128,220
Impostos diferidos		-	(36,841,031)	-	-	-	(36,841,031)
Lucro do exercício		-	-	-	-	115,738,272	115,738,272
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>		<b>2,240,000,000</b>	<b>113,397,810</b>	<b>188,997,142</b>	<b>804,144,406</b>	<b>253,250,626</b>	<b>3,599,789,986</b>
Reforço da reserva legal		-	-	41,253,706	-	(41,253,706)	-
Dividendos aos accionistas		-	-	-	-	(48,129,324)	(48,129,324)
Transferência de resultados para resultados acumulados		-	-	-	48,129,325	(48,129,325)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>2,240,000,000</b>	<b>113,397,810</b>	<b>230,250,848</b>	<b>852,273,731</b>	<b>115,738,272</b>	<b>3,551,660,662</b>
Rendimento integral							-
Outro rendimento integral							-
Alterações de justo valor de activos financeiros	26	-	(66,635,689)	-	-	-	(66,635,689)
Alterações de impostos diferidos	26	-	21,323,421	-	-	-	21,323,421
Lucro do exercício		-	-	-	-	208,621,473	208,621,473
<b>Total de rendimento integral reconhecido no exercício</b>		<b>2,240,000,000</b>	<b>68,085,541</b>	<b>230,250,848</b>	<b>852,273,731</b>	<b>324,359,745</b>	<b>3,714,969,867</b>
Reforço da reserva legal	24	-	-	34,721,482	-	(34,721,482)	-
Dividendos aos accionistas	24	-	-	-	-	(46,295,309)	(46,295,309)
Transferência de resultados para resultados acumulados	24	-	-	-	34,721,482	(34,721,482)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>2,240,000,000</b>	<b>68,085,541</b>	<b>264,972,329</b>	<b>886,995,212</b>	<b>208,621,473</b>	<b>3,668,674,557</b>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Maputo, 10 de Abril de 2023

**Conselho de Administração**

Omar Ossumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal



Banco Nacional  
de Investimento

## Relatório e Contas – 2022

---

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

---

Mussá Usman  
Vogal

---

Ester dos Santos José  
Vogal



10.4 Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	Nota	2022	2021
		MT	MT
<b>Fluxo de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros, Comissões e outros rendimentos recebidos		1,024,768,434	985,084,206
Juros, comissões e outros gastos pagos		(390,668,432)	(334,625,188)
Pagamento a empregados e fornecedores		(394,821,016)	(399,619,886)
<b>Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos</b>		<b>239,278,985</b>	<b>250,839,132</b>
<b>Varição nos activos e passivos operacionais</b>			
Diminuições/Aumentos em:			
Varição do limite mínimo de reservas obrigatórias		21,902,281	112,846,304
Aplicações em instituições de crédito		(94,918,459)	(65,523,666)
Investimento em títulos		(52,719,319)	316,619,371
Crédito á clientes		(374,278,409)	(1,525,313,808)
Recursos de Clientes		(290,675,946)	(877,718,906)
Recursos de outras instituições de crédito		139,936,536	(141,274,809)
Responsabilidades representadas por títulos		25,682,000	953,000,000
Recursos consignados		1,575,148,060	173,895,801
Outros activos		21,256,950	(24,908,671)
Impostos Pagos		(11,735,883)	(6,614,939)
Imposto pago sobre juros de aplicações e títulos		(43,311,836)	(37,935,174)
<b>Fluxo líquido proveniente de activos e passivos operacionais</b>		<b>916,285,974</b>	<b>(1,122,928,497)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido de actividades operacionais</b>		<b>1,155,564,960</b>	<b>(872,089,365)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisições de activos tangíveis e activos intangíveis		(39,207,491)	(146,830,829)
Receita da venda de activos tangíveis		-	4,816,865
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>		<b>(39,207,491)</b>	<b>(142,013,964)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		(46,295,309)	(48,129,324)
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>		<b>(46,295,309)</b>	<b>(48,129,324)</b>
<b>Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1,070,062,160</b>	<b>(1,062,232,653)</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		41,670,951	(39,968,491)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		552,457,874	1,654,659,018
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>1,664,190,986</b>	<b>552,457,874</b>
<b>Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e depósitos no Banco Central	12	87,296,348	116,449,956
Disponibilidade sobre instituições de crédito	13	328,224,615	291,225,208
Aplicações em instituições de crédito excluindo juros a receber	14	1,326,254,647	244,269,615
Reservas no Banco Central	12	(77,584,624)	(99,486,905)
<b>Total</b>		<b>1,664,190,986</b>	<b>552,457,874</b>

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Maputo, 10 de Abril de 2022

**Conselho de Administração**

---

Omar Osumane Momade Mithá  
Presidente do Conselho de Administração

---

Tomás Rodrigues Matola  
Vogal

---

Abdul Bácite Daiaram Jivane  
Vogal

---

Luísa Mário Francisco Tivane  
Vogal

---

Tomás Ernesto Dimande  
Vogal

---

Mussá Usman  
Vogal

---

Ester dos Santos José  
Vogal



## Notas às Demonstrações Financeiras

*Do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022*

### 1. Incorporação e actividades

O Banco Nacional de Investimento, S.A., doravante designado BNI, foi constituído em 14 de Junho de 2010; tem sua sede na Avenida Julius Nyerere, nº 3504 Bloco A2, na Cidade de Maputo. O Banco é participado em 100% pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE) e iniciou a sua actividade em 20 de Junho de 2011.

O BNI tem por objecto social a realização de actividades de banca de desenvolvimento e de investimento, visando apoiar o desenvolvimento da economia moçambicana, intervindo, essencialmente, no financiamento e aconselhamento de projectos de investimento que contribuam para a dinamização e desenvolvimento sustentável de Moçambique.

### 2. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's). Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações. Ao efectuar-se esta avaliação, o Conselho de Administração considerou uma ampla gama de informações, incluindo projecções da rentabilidade, requisitos de capital regulamentar e necessidades de financiamento, e, ainda, análise de cenários macroeconómicos e os seus potenciais impactos na rentabilidade, capital e liquidez do Banco.

Foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco aos 10 de Abril de 2023.

#### 2.1.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco é o Metical. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

#### 2.1.2 Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e constituem uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.



Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Estas revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente. A informação respeitante às áreas significativas de estimativa incerta e a julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham um efeito mais significativo no valor reconhecido nas demonstrações financeiras é apresentada na política contabilística descrita na nota respeitante.

### 2.1.3 Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior.

À data em que estas demonstrações financeiras foram autorizadas, as seguintes normas e interpretações tinham sido emitidas, mas ainda não efectivas. O Banco está em processo de avaliação do potencial impactada da sua adopção no desempenho financeiro futuro ou sobre as divulgações nas demonstrações financeiras anuais.

#### A. Imposto diferido relativo a Activos e Passivos decorrentes de uma única transacção (alterações à NIC 12)

As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transacções que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias como por exemplo locações. Para locações, o activo por imposto diferido e o passivo associado precisará ser reconhecido desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste para resultados transitados ou componentes do capital próprio naquela data. Para todas as outras transacções, as alterações se aplicam a transacções que ocorram após o início do período mais antigo apresentado (data efectiva: 1 de janeiro de 2023)

#### B. Outras normas

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco:

- Classificação dos Passivos em Correntes ou Não Correntes (Alterações à NIC 1);
- NIRF 17 Contratos de Seguro e alterações a NIRF 17 Contratos de Seguro;
- Divulgação de Políticas Contabilísticas (Alterações à NIC 1 e / NIRF Questões Práticas 2);
- Definição de Estimativas Contabilísticas (Alterações à NIC 8); e
- Passivo de locação em uma venda e relocação (alterações à NIRF 16).

### 2.2 Síntese das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas durante o exercício de 2022 foram as seguintes:

#### (a) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do relato. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração do rendimento integral. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação.



(b) Ganhos e perdas cambiais

A quantia escriturada dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinada nessa moeda estrangeira e convertida pela taxa à vista no final de cada período de relato financeiro. Especificamente:

- (1) para activos financeiros mensurados ao custo amortizado que não fazem parte de um relacionamento de *hedge* designado, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado na linha de “outros resultados”;
- (2) para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral que não fazem parte de um relacionamento de *hedge* designado, as diferenças de câmbio sobre o custo amortizado do instrumento da dívida são reconhecidas no resultado na linha de “outros rendimentos”. Outras diferenças cambiais são reconhecidas em outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos;
- (1) para instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através do outro rendimento integral, as diferenças de câmbio são reconhecidas em outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos.

(c) Juros e rendimentos similares

Os rendimentos e gastos financeiros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para a negociação ou todas as outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para a negociação, são reconhecidos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (Margem Financeira), através do método da taxa de juros efectiva.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da sua vida esperada, ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. O seu cálculo inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

O Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro classificados nos estágios 1 e 2, apurado aplicando a taxa de juro efectiva a cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado antes da dedução da respectiva imparidade. Para os contratos de instrumentos financeiros classificados no estágio 3, os juros são reconhecidos na Margem Financeira com base no seu valor de balanço líquido (deduzido da imparidade). O reconhecimento de juros é efectuado sempre de forma prospectiva, isto é, o reconhecimento de juros sobre o custo amortizado líquido de imparidade ocorre com início na data em que entra para o estágio 3. Na conta de balanço, Juros a receber, o juro é reconhecido na totalidade.

Apresentação

Os juros e rendimentos similares são determinados através do método da taxa de juro efectivo apresentado na Demonstração do Rendimento Integral na qual inclui:

- Juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- Juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os juros e encargos similares apresentados na Demonstração do Rendimento Integral incluem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e encargos com juros sobre passivos de locação.



(d) Receita de serviços e comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

As outras despesas de taxas e comissões referem-se, principalmente, às taxas de transacções e serviços, as quais são reconhecidas como despesas, à medida que os serviços forem sendo recebidos.

Os contratos com clientes que resultam no reconhecimento de instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco podem ser parcialmente enquadráveis na NIRF 9 ou NIRF 15. O Banco aplica primeiramente a NIRF 9 para mensurar e separar a parte contratual enquadrável a NIRF 9 sendo o remanescente aplicado a NIRF 15.

(e) Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem das transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira e os juros e variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(f) Dividendos

O rendimento de dividendos é reconhecido quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Esta é a data do último dividendo para os valores mobiliários listados e, geralmente, a data em que os accionistas aprovam o dividendo para acções não listadas.

(g) Locações

No momento de celebração de contratos, o Banco avalia se o contrato se refere ou não a uma locação. Um contrato contém uma locação se compõe o direito de uso de activo identificado por um determinado período de tempo em troca de uma compensação.

**Banco enquanto locatário**

No momento da celebração ou da modificação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição no contrato a cada componente da locação tendo por base o respectivo preço relativo. No entanto,



dos activos sobre o direito de uso, o Banco escolheu não separar os componentes não abrangidos pela locação e as contas para os componentes abrangidos ou não pela locação como componentes singulares de locação.

O Banco reconhece os activos de que detenha o direito de uso e a responsabilidade da locação na data de início da locação. Os activos com direito de uso são inicialmente mensurados pelo custo, que inclui o montante inicial da responsabilidade pela locação ajustado por eventuais pagamentos efectuados para a locação na data de início ou previamente, mais eventuais custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos de desmontagem ou remoção de eventuais melhorias aplicadas aos activos sobre o direito de uso.

Os activos com direito de uso são subsequentemente amortizados pelo método linear, desde a data do início até ao fim do período de locação. Adicionalmente, os activos com direito de uso são reduzidos periodicamente por eventuais perdas de imparidade, e ajustados para remensurações específicas da responsabilidade da locação.

A responsabilidade da locação é inicialmente mensurada pelo valor actual dos pagamentos da locação que não sejam pagos à data do seu início, descontada a taxa de juro implícita na locação, ou, se essa taxa não puder ser facilmente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco usa a sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina a sua taxa de empréstimo incremental, analisando os seus empréstimos junto de várias origens externas e procede a determinados ajustes para reflectir os termos da locação e o tipo do activo locado.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração da responsabilidade desta incluem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos substancialmente fixos;
- Pagamentos variáveis de locações que dependam de índices ou de taxas, mensurados inicialmente utilizando o valor do índice ou da taxa na data de início;
- Montantes cujo pagamento seja expectável ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício associado a uma opção de compra que o Banco tenha certeza razoável para exercer, os pagamentos de locações durante um período de renovação opcional se o Banco tiver certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e as penalidades para rescisão antecipada a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

A responsabilidade da locação é mensurada pelo custo amortizado, usando o método dos juros efectivos. É remensurada caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros da locação decorrentes das alterações de índices ou taxas, em caso de existir uma alteração na estimativa do Banco relativamente ao montante que se espera ser pago ao abrigo de uma garantia de valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação relativamente ao exercício ou não uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se se verificar uma revisão de um pagamento de locação substancialmente fixo.

Quando a responsabilidade da locação é remensurada desta forma, é realizado um ajuste correspondente ao valor contabilístico do activo com direito de uso, ou será contabilizada na conta de resultados caso o valor contabilístico do activo com direito de uso tenha sido reduzido a zero.

O Banco contabiliza os activos com direito de uso como tangíveis e as responsabilidades de locações como outras responsabilidades de demonstração da posição financeira.



### Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer os activos com direito de uso e os passivos de locação para locações de activos de baixo valor e para locações de curto prazo, nomeadamente, as locações de equipamentos informáticos. O Banco reconhece os pagamentos de locações associados a estas locações como despesas distribuídas linearmente ao longo do período de locação.

#### (h) Imposto corrente e diferido

O gasto com o imposto sobre o lucro do exercício inclui o imposto corrente e o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido em ganhos ou perdas, excepto a parte que diz respeito aos *itens* directamente reconhecidos em capital próprio, ou no Rendimento Integral.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar ou receber sobre o rendimento ou prejuízo tributável do exercício, com utilização das taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido segundo o método do balanço, fornecido para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, com vista à preparação de relatórios financeiros, e os valores usados para efeitos de tributação. O valor do imposto diferido apurado baseia-se na forma esperada de realização ou de determinação do valor contabilístico dos activos e passivos, com utilização de taxas prescritas por lei ou em vigor à data do balanço.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para prejuízos fiscais não usados, créditos fiscais e diferenças temporárias quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. Os impostos por activos diferidos são avaliados a cada data do balanço e reduzidos no pressuposto de que não é mais provável de que o benefício do imposto será realizado.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Em cada encerramento contabilístico os impostos diferidos registados são revistos, tanto os activos como os passivos, com o objectivo de comprovar que se mantêm vigentes, efectuando-se as correcções sobre os mesmos.

#### (i) Activos e passivos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco faz o reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão desde que não sejam classificados ao justo valor através de resultados. O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.



(ii) Classificação

**Activos financeiros**

Os activos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Banco se compromete a adquirir ou a alienar o activo. A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do outro rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual os activos financeiros são geridos, bem como nas características dos fluxos de caixa contratuais.

O Banco classifica os activos financeiros da seguinte forma:

- Activos financeiros ao custo amortizado - os activos financeiros detidos com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e que em simultâneo respeitam o princípio de pagamentos exclusivos de capital e juros (SPPI). Os activos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao custo amortizado. Os activos financeiros nesta categoria são sujeitos à avaliação de perdas por imparidade e reconhecidos em resultados.
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – são registados nesta categoria de activos financeiros que o Banco detém com o objectivo de receber capital e juros contratuais ou vender, que respeitam o critério SPPI. Os activos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas no rendimento integral, excepto no reconhecimento dos ganhos ou perdas por imparidade, receita de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado líquido.
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados - são uma categoria residual, na qual são classificados os activos financeiros que não cumprem os requisitos para serem classificados nas categorias de custo amortizado ou de justo valor através de outro rendimento integral. Os activos financeiros incluídos na categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor com todas as alterações reconhecidas no resultado líquido.

(iii) Avaliação do modelo de negócio

O Banco efectua uma avaliação do objectivo de um modelo de negócio no qual um activo é detido ao nível da carteira, tomando em conta que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática, tomando em consideração, a estratégia da gestão face aos *cash flows* contratuais, mantendo um perfil específico da taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- O modelo de avaliação e reporte do desempenho da carteira à gestão;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;



## Relatório e Contas – 2022

- A remuneração dos gestores de negócio – e.g. em que medida a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos *cash flows* contratuais recebidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. Porém, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas separadamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é atingido e como os fluxos de caixa são realizados.

(iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos relativos a capital e juros

Para efeitos de avaliação, o capital é definido como o justo valor do activo financeiro no seu reconhecimento inicial. Os juros são o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado ao valor do capital a receber para um determinado período de tempo incluindo outros riscos básicos de empréstimos e custos (por exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Aquando da avaliação de fluxos de caixa contratuais, o Banco considera os termos contratuais básicos do activo financeiro. Isto pressupõe avaliar se o activo financeiro que contem um termo contratual que pode alterar o prazo e o valor dos fluxos de caixas contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Nesta avaliação, o Banco considera o seguinte:

- Eventos contingentes que podem alterar o prazo e o valor dos fluxos de caixa contratuais;
- Outros recursos;
- Condições contratuais que alteram o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais;
- Termos que limitam o Banco de recuperar ou reivindicar fluxos de caixa referentes a activos específicos (exemplo: empréstimos sem recurso);
- Elementos que alteram o prazo e o valor de fluxos de caixa contratuais (ex.: redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de crédito a taxas de juro variável, pelo qual tem a opção de rever as taxas de juros em datas de redefinição periódica. Este direito de revisão está limitado à taxa de juro de mercado à data da revisão. O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais dos seus empréstimos são apenas SPPI.

(v) Reclassificação

Os activos financeiros não são reclassificados posteriormente ao seu reconhecimento inicial, excepto no período após o Banco ter alterado o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros.



(vi) Desreconhecimento

**Activos financeiros**

O Banco desreconhece um activo financeiro quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, (ii) tenha transferido os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais através de uma transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou tenha transferido o controlo sobre os activos.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre o valor contabilístico do activo (ou o valor contabilístico alocado à parte do activo desreconhecido) e a soma (i) do valor recebido (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e (ii) de qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido no rendimento integral é reconhecido em resultados.

Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento e que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo em separado.

Nos casos em que o Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles, os activos transferidos não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros**

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(vii) Modificações de activos e passivos financeiros

**Activos financeiros**

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, neste caso o Banco avaliará se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem diferentes de forma substancial, os direitos contratuais dos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados expirados. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido, e é reconhecido um novo activo financeiro pelo justo valor, acrescido de possíveis custos de transacção elegíveis.

Quaisquer comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas do seguinte modo:

- As comissões consideradas na determinação do justo valor do novo activo e as representativas do reembolso dos custos de transacção são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- As outras comissões são incluídas na demonstração de resultados, como parte dos ganhos ou perdas por desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem alterados quando o mutuário enfrentar dificuldades económicas, o objectivo da modificação será, normalmente, a maximização da recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco planear a modificação de um activo financeiro de uma forma que implique o perdão de fluxos de caixa, começará por considerar a possibilidade de liquidação de uma porção do activo



antes de a modificação ocorrer. Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que nestes casos os critérios de desreconhecimento não são normalmente cumpridos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral não tiver como consequência o desreconhecimento do activo financeiro, o Banco começará por recalculá-lo e em seguida reconhecerá o ajuste resultante como um ganho de modificação ou uma perda na conta de resultados. Para os activos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectiva original usada para calcular os ganhos ou perdas com a modificação é ajustada para reflectir as condições de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos ou comissões incorridas ou comissões de modificação recebidas ajustam o valor contabilístico bruto do activo financeiro modificado e são amortizadas durante o período remanescente do activo financeiro modificado.

Se uma modificação deste tipo ocorrer devido às dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou perda será apresentado juntamente com as perdas por imparidade. Noutros casos, será apresentado como receita financeira calculada através do método da taxa de juro efectiva.

### **Passivos financeiros**

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, é reconhecido um novo passivo financeiro pelo justo valor e baseado nos termos modificados. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga é reconhecida na conta de resultados. A contrapartida paga inclui os activos não-financeiros transferidos, se existirem, e a assunção dos passivos, nomeadamente, do passivo financeiro recém-modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, o custo amortizado do passivo será recalculado por desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e os ganhos ou perdas daí resultantes são reconhecidos na conta de resultados. Para os passivos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectiva original usada para calcular os ganhos ou perdas com a modificação é ajustada para reflectir as condições de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos ou comissões incorridas são reconhecidos como um ajuste ao valor contabilístico do passivo e amortizados ao longo do prazo remanescente do passivo financeiro modificado através do recálculo da taxa de juro efectiva aplicada ao instrumento.

#### **(viii) Compensação**

Os activos financeiros e passivos financeiros são compensados pelo montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e semente quando, o Banco tiver um direito legal de compensar os montantes, e pretender liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados numa base líquida, apenas quando tal for permitida pelas NIRF, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

#### **(ix) Mensuração do Justo Valor**

O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago pela transferência de um passivo numa transacção normal entre participantes no mercado à data de mensuração do capital ou, na sua ausência, o preço de mercado mais vantajoso a que o Banco tenha acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.



O Banco mensura o justo valor de um instrumento usando o preço estabelecido num mercado activo para esse instrumento quando disponível. Um mercado é considerado activo se as transacções sobre o activo ou passivo se realizarem com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre o preço de forma contínua.

Se não existir um preço estabelecido em um mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um activo financeiro no reconhecimento inicial é, normalmente, o preço de transacção - ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo semelhante, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o activo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para aferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida na demonstração de resultados numa base adequada ao longo da vida do activo, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

(x) Perdas de crédito esperadas (PCE)

A política do Banco exige que em cada data do balanço seja avaliada a existência de evidência objectiva de imparidades em activos financeiros que sejam mensurados com base no custo amortizado ou com base no justo valor através de outro rendimento integral e em exposições extra-patrimoniais (compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira), com base em um modelo interno de cálculo objectivo e independente, que permite determinar as perdas de crédito esperadas.

O modelo de PCE toma em consideração as informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial (SICR) e incorporação da informação *forward – looking*. O modelo determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial, tendo a classificação das operações nos seguintes estágios:

**Estágio 1** PCE até 12 meses é aplicável às operações que não tenham sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o seu registo inicial e não tenham incorrido em perdas por imparidade. Para estas exposições, as imparidades são reconhecidas com base nas PCE por eventos de incumprimento que sejam possíveis no prazo de 12 meses a contar da data do balanço e para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses.

**Estágio 2** PCE até à maturidade do contrato é aplicável para exposições para as quais o risco de crédito tenha aumentado, significativamente, desde o reconhecimento inicial, mas ainda não tenha incorrido em perdas por imparidade. Neste estágio, o Banco reconhece perdas de crédito esperadas correspondentes ao período remanescente da vida útil estimado do activo financeiro. O aumento significativo do risco de crédito é avaliado com base em séries de factores quantitativos e qualitativos do mutuário, cujo peso depende do tipo de produto e da contraparte. Qualquer exposição que ultrapasse os 30 dias de incumprimento também será incluída neste estágio.

**Estágio 3 (Activos com imparidade)** PCE até à maturidade do contrato é aplicável para exposições que satisfazem a definição de incumprimento, quando é improvável que o mutuário pague na íntegra as suas obrigações de



crédito ao Banco, sem que este tenha de recorrer à execução de garantias (se houver alguma); ou se o activo financeiro se encontrar vencido há mais de 90 dias. As provisões de perda contra activos financeiros em imparidade de crédito são determinadas com base em uma avaliação dos fluxos de caixa que poderão resultar na execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação. As provisões para perdas realizadas representam a diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber designado por valor recuperável, descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

### **Mensuração da Perda de Crédito Esperada**

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa das perdas de crédito ponderadas pela probabilidade. A sua mensuração é feita da seguinte forma:

- Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito à data do balanço: como o valor actual de todas as insuficiências de fluxos financeiros esperadas (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros com imparidade de crédito à data do balanço: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar pelo titular líquidos de quaisquer montantes que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, o Banco considera a taxa que reflecte a actual avaliação de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos dos fluxos de caixa.

### **Activos financeiros reestruturados**

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro existente for substituído por um novo devido às dificuldades financeiras do mutuário, é realizada uma avaliação para determinar se o activo financeiro deve ser desreconhecido e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, os fluxos de caixa esperados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo da insuficiência de fluxo de caixa financeiros esperados do activo existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é tratado como um fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo da insuficiência de fluxo de caixa financeiro dos activos



financeiros existentes que são descontadas desde a data esperada de desreconhecimento até à data do balanço utilizando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

### **Activos financeiros com imparidades de crédito**

A cada data do balanço, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral estão em imparidade. Na avaliação para verificar se um activo está em imparidade, o Banco toma em consideração os seguintes factores:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- Uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou de vencimento ultrapassado;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento em condições que o Banco não consideraria de outra forma;
- Tornar-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reestruturação financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse título devido às dificuldades financeiras.

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido a uma deterioração da condição do mutuário é, normalmente, considerado como tendo imparidade de crédito, a menos que haja evidência de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha diminuído, significativamente, e não existam outros indicadores de imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se um investimento em dívida soberana tem ou não imparidade de crédito:

- A avaliação da fiabilidade creditícia do mercado, reflectida nas taxas de rentabilidade das obrigações;
- As avaliações das agências de notação sobre a fiabilidade creditícia;
- A capacidade de o País de aceder aos mercados de capitais para a emissão de nova dívida;
- A probabilidade de a dívida ser reestruturada, resultando em perdas para os titulares, através do perdão voluntário ou obrigatório da dívida;
- Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como prestador de último recurso àquele país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, dos governos e agências de utilizar esses mecanismos. Tal inclui uma avaliação da profundidade desses mecanismos, e, independentemente da intenção política, se há capacidade de cumprir os critérios exigidos.



### **Apresentação da provisão para perdas esperadas (PCE) na demonstração da posição financeira**

As provisões para PCE são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- (1) Para activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral – são apresentadas como uma dedução do valor bruto dos activos;
- (2) Para compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira - são apresentadas como provisão; e
- (3) Quando um instrumento financeiro inclui tanto uma componente cuja garantia foi accionada ou não, e o Banco não pode identificar a PCE na componente de compromisso de empréstimo separadamente daquela cuja garantia foi accionada - o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambas as componentes. O montante combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente cuja garantia foi accionada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da componente cuja garantia foi accionada é apresentado como uma provisão.

(xi) Crédito abatido ao activo (*Writte offs*)

Empréstimos e títulos de dívida são abatidos quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (seja em sua totalidade ou parte dele). Esse é o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Um abate constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros abatidos. As recuperações das actividades de execução do Banco resultam em ganhos de imparidade.

(h) Contratos de garantia financeira detidos

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou se é um contrato que é contabilizado separadamente. O Banco toma em consideração os seguintes factores no processo de avaliação:

- A garantia faz implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- A garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- A garantia é constituída ao mesmo tempo que o instrumento de dívida e em contemplação do mesmo;
- A garantia é prestada pela empresa-mãe do mutuário ou por outra empresa do Banco do mutuário.

Se o Banco determinar que a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é tratado como um custo de transacção de aquisição do mesmo. O Banco considera o efeito da protecção na mensuração do justo valor do instrumento de dívida na mensuração das perdas de crédito esperadas.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, reconhecerá que um activo representa qualquer pré-pagamento do prémio de garantia e um direito à compensação por perdas de crédito. Um activo com prémio pré-pago, apenas é reconhecido se a exposição garantida não estiver com imparidade de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito no momento de aquisição da garantia, sendo estes activos



reconhecidos em outros activos e os ganhos ou perdas sobre um direito de compensação apresentados em resultados na rubrica perdas por imparidade em instrumentos financeiros.

### (j) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação cujo risco de variação de valor é imaterial, e são utilizados pelo Banco na gestão de seus compromissos de curto prazo, onde se incluem caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

### (k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado através da venda e esta seja considerada muito provável.

Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Que a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- Que o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- Esperando-se que a venda seja realizada num período até doze meses após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causada por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver prova suficiente de este continuar comprometido com o plano de venda do activo.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica apropriada.

O Banco classifica nesta rubrica os imóveis e outros bens obtidos através de recuperação de créditos vencidos, objecto de registo pelo valor de arrematação judicial e o valor em dívida é regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida do valor do crédito.

### (l) Empréstimos e adiantamentos

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a bancos na demonstração da posição financeira inclui empréstimos e adiantamentos a bancos mensurados ao custo amortizado. Estes são inicialmente mensurados pelo justo valor, acrescido dos custos de transacção directos e incrementais, e posteriormente pelo seu custo amortizado, através do método do juro efectivo.

A rubrica empréstimos e adiantamentos a bancos na demonstração da posição financeira inclui:



- Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado. Estes são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos directos da transação e incrementais, e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado usando o método de juros efetivos;
- Empréstimos e adiantamentos que são obrigatoriamente mensurados pelo justo valor por via do resultado ou designados pelo justo valor por via do resultado, estes são mensurados ao justo valor com as alterações sendo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício; e
- Valores a receber de locação.

Quando o Banco compra um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo para revender o activo (ou um activo substancialmente similar) a um preço fixo em uma data futura (reverse repo ou empréstimo de acções), a contraprestação paga é contabilizada como um empréstimo ou adiantamento, e o activo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

### (m) Investimentos em títulos

A rubrica de investimento em títulos na demonstração da posição financeira inclui:

- Títulos de dívida mensurados ao custo amortizado, sendo estes inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directos da transação e incrementais, e subsequentemente ao seu custo amortizado utilizando o método do juro efetivo;
- Títulos de investimento de capital e dívida são mensurados obrigatoriamente ao justo valor por via do resultado ou designados como justo valor por via do resultado. Estes títulos são mensurados pelo justo valor com as alterações sendo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício;
- Títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral;
- Títulos de investimento de capital designados como justo valor através de outro rendimento integral.

Para os títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos e perdas são reconhecidos em outro rendimento integral, excepto os seguintes, que são reconhecidos na conta de resultados da mesma forma que para activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Receita de juros usando o método de juros efectivos;
- PCE e reversões; e
- Ganhos e perdas cambiais.

Quando o título de dívida mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado do capital próprio para o resultado.

O banco poderá optar por apresentar alterações no valor justo de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não estejam detidos para negociação em outro rendimento integral. A decisão para cada um dos instrumentos é feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.



(n) Activos tangíveis

### Activos próprios

(i) Reconhecimento e mensuração

Os *itens* de Activos tangíveis são mensurados pelos valores históricos, líquidos de amortizações acumuladas e de prejuízos por redução do seu valor recuperável. O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais, trabalho directo e uma parcela adequada de custos indirectos de produção.

Nos casos em que um *item* de propriedade e equipamento inclua componentes principais com períodos de vida útil estimada diferentes, os mesmos são contabilizados como *itens* separados de propriedade e equipamento.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, e apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do *item* puder ser medido de forma fiável. As restantes despesas com manutenção e reparação são reconhecidas em outras despesas operacionais durante o período financeiro em que as mesmas incorrerem.

### Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes ao longo do seu período de vida útil estimada. Os períodos de vida útil estimada, actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
▪ Edifícios	50
▪ Equipamento	4 – 10
▪ Veículos	4
▪ Outros bens imobilizados	6 - 10

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os valores residuais dos activos e a sua vida útil são revistos e ajustados, se necessário, em cada data do balanço. Os activos que são sujeitos à amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou as mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contabilístico pode não ser recuperável. O valor contabilístico de um activo é, imediata e parcialmente ajustado para o seu valor recuperável, quando o valor contabilístico do activo é superior ao seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda e o valor de uso, quando superior.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e são incluídos noutras despesas operacionais na demonstração de resultados.



(o) Activos intangíveis

Os activos incorpóreos adquiridos pelo Banco são mensurados pelo seu custo histórico deduzido da amortização acumulada (ver abaixo) e das perdas acumuladas por imparidade e incluem o *software*.

**Amortização**

A amortização é reconhecida em resultados, sendo calculada segundo o método das quotas constantes ao longo do período de vida útil estimada dos activos incorpóreos. Os activos incorpóreos são amortizados durante um período máximo de 3 anos. Os métodos de amortização, a vida útil e o valor residual são revistos a cada data de reporte e ajustados, se necessário.

(p) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia, a cada data do relato, a quantia escriturada dos seus activos não-financeiros (que não sejam por impostos diferidos) para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se existir uma tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo.

Para testar a imparidade, os activos são agrupados em grupos de activos mais pequenos que geram entradas em caixa decorrentes do uso continuado, que são maioritariamente independentes dos fluxos de caixa ou de outros activos.

A quantia recuperável de um activo e o maior entre o seu valor de utilização e o seu justo valor, deduzido dos custos de venda. O valor de utilização baseia-se nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados para o seu valor actual usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as actuais avaliações do mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo.

Quaisquer perdas por imparidade serão reconhecidas se a quantia escriturada de um activo exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

(q) Depósitos e títulos de dívida

Os depósitos e títulos de dívida constituem as fontes de financiamento da dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro, e simultaneamente celebra um acordo para recomprar o activo (ou um activo similar) a um preço fixo em uma data futura (acordo de venda e recompra), a importância recebida é contabilizada como um depósito, e o activo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos.

Os depósitos e títulos de dívida são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos os custos diretos de transação e incrementais. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efectivos, exceto quando o Banco designa os passivos ao justo valor por via do resultado.

Quando o banco designa um passivo financeiro ao justo valor por via do resultado, o valor da alteração no justo valor do passivo que é atribuível a alterações do seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral como uma reserva de crédito do passivo. No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do valor da alteração no justo valor do passivo atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral criará ou ampliará um desfasamento contabilística no resultado. Esta avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:



- As mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas a alterações no risco de crédito; com
- O impacto nos resultados das alterações esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estejam economicamente relacionadas com as características do passivo.

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para o resultado. Quando estes instrumentos são desconhecidos, o respetivo montante acumulado na reserva de crédito do passivo é transferido para os resultados transitados.

(r) Garantias Financeiras e Compromissos de empréstimos

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos reconhecidos em resultados ao longo da vida das operações. Estas responsabilidades são sujeitas a testes de imparidade.

(s) Provisões

O Banco reconhece provisões quando tem uma obrigação presente legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado, em que seja provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor se possa estimar de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que possam incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos reflectindo a avaliação actual do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, quando necessário, o risco específico do passivo.

(t) Benefícios aos empregados

**Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo ao pessoal, nomeadamente, os salários, os acréscimos de custos por desempenho, as deduções e os impostos sobre os salários são reconhecidos à medida que for prestado o serviço respectivo.

As obrigações originadas pelos benefícios de curto prazo são apuradas em função do valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo dos planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

**Benefícios por rescisão de contrato**

Os benefícios por rescisão do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato de trabalho, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.



(u) Outros instrumentos de capital próprio

O Banco classifica os instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os outros instrumentos de capital próprio do Banco não são resgatáveis pelos titulares e incluem direito a cupões ao critério exclusivo do conselho de administração. Dessa forma, são apresentados no capital próprio. As distribuições são igualmente reconhecidas no capital próprio. Com base na avaliação do Banco sobre os termos dos instrumentos, os pagamentos de cupões atendem à definição de dividendos. Assim, os respetivos impactos fiscais são reconhecidos nos resultados do exercício de acordo com a IAS 12, excepto se as transacções ou eventos que geraram esses lucros distribuíveis tenham sido reconhecidos fora dos resultados.

### 3. Gestão do risco financeiro

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. O risco pode ser descrito como sendo a medida do desvio em relação a uma determinada meta. O risco do Banco é gerido através de um processo permanente de identificação, avaliação, monitorização e mitigação. Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra exposta a actividade do Banco.

O objectivo do BNI é o de atingir um equilíbrio permanente entre o risco e retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos sobre o seu desempenho financeiro.

As actividades nas quais o Banco está envolvido expõem-no a diversos riscos financeiros, sendo que essas actividades envolvem análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo grau de riscos ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros desde que sejam devidamente avaliados e ponderados, e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do BNI é o de atingir um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

O controlo e gestão de risco do BNI são realizados pelo Gabinete de Gestão de Risco (GGR), no âmbito das políticas aprovadas pela Comissão Executiva. Este Gabinete identifica, avalia e monitora os diversos riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco.

Os diversos órgãos de estrutura com intervenção na gestão de risco do BNI e as respectivas responsabilidades estão abaixo apresentados:

#### Órgãos de gestão e de governo

Os órgãos de gestão do BNI são o Conselho de Administração e a Comissão Executiva:

(i) Conselho de Administração (CA)

Ao Conselho de Administração compete entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios do Banco e fiscalizar a sua gestão.

(ii) Comissão Executiva (CE)

À Comissão Executiva compete, entre outras, gerir os negócios sociais do Banco e praticar todos os actos relativos ao objecto social.



(iii) Estruturas de apoio à gestão:

- a) Gabinete do Presidente (GPR) - é um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica do BNI, responsável por assegurar a coordenação de todas as actividades e processos inerentes ao Presidente, bem como a supervisão funcional das actividades de natureza técnica, administrativa e de assessoria inerentes à Comissão Executiva;
- b) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) - entre outras funções, compete a este Gabinete verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao Banco, a eficácia e a gestão dos sistemas e metodologia de gestão dos riscos e a adequação dos procedimentos de controlo de maior relevância;
- c) Gabinete de Gestão do Risco (GGR) - é um órgão orientado para a protecção do capital do Banco, no que se refere a risco de crédito, de mercado e operacional, e para o acompanhamento e controlo das operações de financiamento. Cabe ainda a este órgão, reportar ao Conselho de Administração a síntese dos principais aspectos da avaliação global do risco, com vista a identificar as deficiências e os incumprimentos detectados, bem como, as medidas adoptadas para os corrigir e ou prevenir.
- d) Gabinete de Controle Interno e *Compliance* (GCC) - está orientado para verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao Banco, a eficácia e a gestão dos sistemas e metodologias de controlo interno, bem como a adequação dos procedimentos estabelecidos. Assegura, igualmente, a gestão do risco de *Compliance* e garante a execução dos procedimentos internos em matéria de prevenção do crime de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e do abuso de mercado. Cabe ainda a este órgão, assegurar a conformidade do Banco com as normas internas instituídas, com as do Regulador e outras instituições, bem como, o reporte ao Conselho de Administração da síntese dos principais aspectos de avaliação global do Controlo interno e do *Compliance*, com vista a identificar as deficiências e os incumprimentos detectados e as medidas adoptadas para os corrigir e/ou prevenir.
- e) Gabinete do Assuntos Jurídicos (GAJ) - é o órgão responsável por assegurar a coordenação técnica e a supervisão funcional das actividades de natureza técnico-jurídicas, bem como, a optimização de soluções organizacionais e procedimentais de suporte à actividade do BNI, para assegurar a integralidade, certeza e segurança jurídicas das operações.

(iv) Comissão de Auditoria Interna

À Comissão de Auditoria Interna compete, entre outras funções, fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e da gestão de riscos.

(v) Existem três comités na estrutura organizativa do BNI que são responsáveis por apreciar e ou decidir propostas relativas à implementação da estratégia de negócio e de gestão de riscos, nomeadamente:

- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);
- Comité de Controlo Interno, *Compliance* e Auditoria (CCCA) e;
- Comité de Investimento.



O processo de Gestão de Risco é crítico na garantia da rentabilidade contínua do BNI, encontrando-se cada Colaborador consciente da exposição ao risco relacionado com as suas responsabilidades.

De entre outros riscos, o BNI encontra-se exposto aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional.

### 3.1 Risco de crédito

O BNI está exposto ao risco de crédito que consiste na possibilidade de ocorrência de prejuízo financeiro decorrente do eventual não cumprimento integral e pontual, pela contraparte ou terceiro, das obrigações relativas ao serviço da dívida acordado nos termos do respectivo contrato. Provisões para imparidade são constituídas para cobrir as perdas esperadas de crédito à data do balanço.

#### 3.1.1. Controlo dos limites de risco de crédito

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários atenderem aos juros e reembolso de capital e através da alteração dos limites de crédito, quando adequado.

A Comissão Executiva tem a responsabilidade de implementar a política de crédito, exigir as garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados.

São geralmente obtidas cauções aceitáveis, sob a forma de dinheiro, existências, investimentos cotados em Bolsa ou outros bens, penhora de equipamento que assegure uma cobertura não inferior a 120% do capital em risco e hipotecas sobre imóveis ou bens móveis sujeitos a registo.

#### Garantias

O Banco utiliza uma série de políticas e práticas para atenuar o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de adiantamentos de fundos de segurança, que é uma política comum. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre bens imóveis;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como: instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, nomeadamente, títulos de dívida e acções; e
- Penhor de depósitos.

Os financiamentos e empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos. Além disso, a fim de minimizar a perda de créditos, o Banco procura obter garantias adicionais das contrapartes, logo que são observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais corresponsáveis.

A garantia mantida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento.

Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do Tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.



### Gestão do Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito do BNI está centralizada basicamente na Direcção de Crédito – para análises individuais de empresas, entidades do sector público e agentes financeiros e no Gabinete de Gestão de Risco – para análises, controlos e modelos de dimensão agregada da carteira, bem como da análise do nível de exposição regulamentar e a análise da concentração sectorial.

#### (i) Identificação

O risco de crédito no BNI é identificado através do apuramento dos seguintes indicadores:

- Indicador de concentração da carteira – para exposições por sectores, taxas de concentração da carteira, concentração individual e sectorial;
- Acompanhamento de limites – exposição ao sector público, exposição por cliente e exposição sectorial;
- Indicadores de incumprimento; e
- Mitigantes de Risco.

#### (ii) Mensuração

O processo de medição do risco de crédito é efectuado tendo em conta (i) a natureza específica do crédito e as condições contratuais e financeiras (maturidade, taxa de juro); (ii) o comportamento do perfil de exposição face aos principais movimentos do mercado; (iii) a existência de mitigantes de risco de crédito (colaterais ou garantias); e (iv) o potencial de incumprimento baseado em cálculos das componentes de risco de crédito (PD – probabilidade de incumprimento; LGD – perda observada dada a ocorrência de incumprimento e EAD – exposição no momento de incumprimento).

#### (iii) Acompanhamento

O acompanhamento do risco de crédito é efectuado mensalmente com base na monitoria dos limites de exposição conforme os parâmetros estabelecidos em normativos internos, bem como em normativos regulamentares.

#### (iv) Controlo

O controlo de risco de crédito no BNI é efectuado através do estabelecimento de limites de risco em normativos internos (políticas e procedimentos) aprovados pelo Conselho de Administração que define responsabilidades e linhas de autoridade. Estes limites servem como elementos de controlo de exposição aos vários riscos associados às actividades da instituição.

#### (v) Comunicação

Periodicamente são reportados ao Conselho de Administração, o relatório de Gestão de Risco de Crédito e o Relatório de Exposição por Grupo Económico. O primeiro contém informações sobre a qualidade da carteira, além de indicadores de concentração, incumprimento, exposição ao sector público, e por cliente, exposição sectorial e individual, e a parcela do capital regulamentar de risco de crédito.



## Relatório e Contas – 2022

O Gabinete de Gestão de Risco reporta, ainda, ao Conselho de Administração o relatório trimestral de Gestão de Risco de Crédito do BNI. Este relatório traz informações detalhadas sobre todas as operações de crédito do BNI, tais como, a situação de incumprimento, recuperação de crédito, contencioso e outras informações. Também contém as estimativas das componentes de risco de crédito, indicadores de concentração e apuramento do capital regulamentar. Sempre que solicitado, o BNI disponibiliza estas informações para o órgão regulador e demais órgãos de controlo externo.

### 3.1.2 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros aumentos de crédito

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual aos valores contabilísticos. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse accionada.

Exposições ao risco de crédito relativas a rubricas do balanço e extra-patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
	MT	MT
Exposição ao risco de crédito relativa a itens do balanço		
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	87,296,348	116,449,956
Disponibilidades sobre instituições de crédito	328,224,615	291,225,208
Aplicações em instituições de crédito	1,943,470,457	244,269,616
Empréstimos a clientes	5,710,532,006	5,939,695,583
Investimento em títulos	1,447,774,230	1,482,441,751
Outros activos	709,814,449	624,073,947
	<b>10,227,112,105</b>	<b>8,698,156,061</b>
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:		
Créditos documentários	2,472,921,740	2,366,618,420
Garantias financeiras	390,163,181	1,069,030,738
	<b>2,863,084,922</b>	<b>3,435,649,158</b>
	<b>13,090,197,027</b>	<b>12,133,805,219</b>

A tabela acima evidencia 56% (2021: 68%) do total da exposição máxima relativa a *itens* do balanço que é representado por empréstimos a clientes.

No conjunto dos investimentos em títulos, 44% (2021: 44%) foram emitidos pelo Governo de Moçambique, tendo os remanescentes sido emitidos por instituições corporativas, dos quais, 36% (2021: 36%) são Obrigações Corporativas e 64% (2021: 64%) títulos de participação no capital social.



## Relatório e Contas – 2022

### 3.1.3 Qualidade de crédito

A qualidade dos instrumentos financeiros do Banco encontrava-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2022:

	2022			
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT
Caixa e depósitos no Banco Central	87,296,348	-	-	87,296,348
Disponibilidades em Instituições de crédito	328,224,615	-	-	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito	1,943,470,457	-	-	1,943,470,457
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,929,309,432.95	434,582,358	1,346,640,215	5,710,532,006
Activos financeiros	1,447,774,230	-	-	1,447,774,230
Outros activos	709,814,449	-	-	709,814,449
	<b>8,445,889,532</b>	<b>434,582,358</b>	<b>1,346,640,215</b>	<b>10,227,112,105</b>

	2021			
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT
Caixa e depósitos no Banco Central	116,449,956	-	-	116,449,956
Disponibilidades em Instituições de crédito	291,225,208	-	-	291,225,208
Aplicações em instituições de crédito	244,269,616	-	-	244,269,616
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,005,146,174	599,812,062	134,821,388	5,739,779,624
Activos financeiros	1,482,195,116	-	-	1,482,195,116
Outros activos	621,448,557	-	-	621,448,557
	<b>7,760,734,627</b>	<b>599,812,062</b>	<b>134,821,388</b>	<b>8,495,368,077</b>

A qualidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se conforme a tabela que se segue:

	2022		
	MT	MT	MT
	<b>Crédito bruto</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Crédito líquido da imparidade</b>
Crédito vincendo	3,835,554,766	(66,800,347)	3,768,754,420
Crédito vencido	2,177,834,633	(216,377,218)	1,961,457,415
Exposição sem imparidade individual	646,786,936	(31,969,736)	614,817,200
Exposição com imparidade individual	1,531,047,697	(184,407,482)	1,346,640,215
	<b>6,013,389,399</b>	<b>(283,177,564)</b>	<b>5,730,211,835</b>

	2021		
	MT	MT	MT
	<b>Crédito bruto</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Crédito líquido da imparidade</b>
Crédito vincendo	4,575,321,865	(91,226,029)	4,484,095,836
Crédito vencido	1,364,373,718	(84,416,315)	1,279,957,403
Exposição sem imparidade individual	1,211,860,972	(66,724,957)	1,145,136,015
Exposição com imparidade individual	152,512,746	(17,691,358)	134,821,388
	<b>5,939,695,582</b>	<b>(175,642,344)</b>	<b>5,764,053,238</b>



### 3.1.4 Perda de crédito esperada

Em 31 de Dezembro de 2022, o Banco apresentava a seguinte decomposição de imparidades para perdas de crédito esperado por sector de actividades:

	2022	2021
	MT	MT
Transporte e Comunicações	940,817	12,257,905
Petróleo e Gás	26,847,387	34,764,899
Sector Financeiro	-	2,558,453
Indústria transformadora	96,821,005	57,560,372
Agricultura	29,564,018	22,543,011
Comércio e Serviços	112,654,273	39,388,108
Outros	16,350,064	6,569,596
	<b>283,177,564</b>	<b>175,642,344</b>

Ao longo dos anos de 2022 e 2021, as imparidades de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentaram os seguintes movimentos:

	2022				2021
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 01 de janeiro	92,905,374	65,045,612	17,691,357	175,642,343	111,449,694
Transferência para estágio 1	1,282,754	(1,282,754)	-	-	-
Transferência para estágio 2	(5,315,360)	5,315,360	-	-	-
Transferência para estágio 3	(12,578,071)	(15,970,171)	28,548,242	-	-
Reforços	-	-	91,700,425	91,700,425	43,866,638
Novas entradas	17,029,323	-	46,993,201	64,022,523	32,241,206
Reduções	(26,645,100)	(21,016,673)	-	(47,661,773)	(11,915,194)
Write-offs	(211)	-	(525,742)	(525,954)	-
Saldo em 31 de Dezembro	66,678,709	32,091,374	184,407,482	283,177,564	175,642,344

	2021				2020
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 01 de janeiro	79,017,557	31,125,526	1,306,611	111,449,694	227,133,901
Transferência para estágio 1	19,209,079	(19,209,079)	-	-	-
Transferência para estágio 2	(21,253,892)	21,253,892	-	-	-
Transferência para estágio 3	-	(6,483,460)	6,483,460	-	-
Reforços	9,612,022	26,741,331	7,513,285	43,866,638	35,407,938
Novas entradas	13,242,107	12,632,897	6,366,202	32,241,206	63,510,216
Reduções	(6,921,499)	(1,015,495)	(3,978,200)	(11,915,194)	(64,780,855)
Write-offs	-	-	-	-	(149,821,506)
Saldo em 31 de Dezembro	92,905,374	65,045,612	17,691,357	175,642,343	111,449,694

Com o objectivo de mitigar o risco de crédito, as operações de empréstimos e adiantamentos a clientes têm garantias associadas, nomeadamente, hipotecas, penhores, garantias financeiras ou garantias soberanas. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente. Seguidamente apresenta-se o valor bruto dos créditos em 31 de Dezembro de 2022:



## Relatório e Contas – 2022

	2022	2021
	MT	MT
Hipoteca de imóveis	3,638,695,781	3,209,116,863
Penhor de depósito	291,488,893	189,763,071
Títulos de dívida	437,545,985	432,546,333
Penhor de Equipamentos	207,519,836	342,460,561
Garantias do Estado	874,852,600	529,176,842
Garantias financeiras	508,728,510	1,147,601,234
Outras	54,557,795	89,030,679
	<b>6,013,389,399</b>	<b>5,939,695,583</b>

### 3.1.6 Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco toma em consideração a informação razoável e sustentável que é relevante e disponível, sem custos ou esforços excessivos. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, baseadas na experiência histórica e na avaliação de crédito, incluindo informações previsionais.

O objectivo da avaliação é identificar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição através da comparação dos seguintes elementos:

- A probabilidade de incumprimento (PD) remanescente durante a vida útil na data do balanço; e
- A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante para esse período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando apropriado, para alterações nas expectativas de pré-pagamento).

O Banco considera os seguintes critérios na avaliação do aumento significativo do risco de crédito: (i) Um *backstop* de 30 dias vencidos; e (ii) Indicadores qualitativos.

### Classificação de risco de crédito

O Banco atribui para cada exposição uma classificação de crédito com base numa variedade de dados que é determinada como preditiva do risco de incumprimento e aplicando a análise qualitativa de crédito. Essas classificações variam dependendo da natureza da exposição e do tipo de mutuário.

A cada exposição é atribuído um grau de risco de crédito no reconhecimento inicial e subsequentemente estão sujeitas a uma monitoria contínua, o que pode resultar na transferência de uma exposição para um grau de risco de crédito diferente. A monitoria normalmente envolve o uso dos seguintes dados:



## Relatório e Contas – 2022

Exposições corporativas	Exposições a retalho (Colaboradores)	Todas exposições
<ul style="list-style-type: none"><li>- Informações financeira dos clientes, como é o caso de demonstrações financeiras auditadas, contas da administração, orçamentos e projecções. Na análise da posição dos clientes, o Banco toma como foco o seguinte: rácios de rentabilidade, rácios de alavancagem financeira, cobertura do serviço da dívida, cumprimento de acordos, prazo médio de recebimento, qualidade da gestão e mudanças na gestão sénior.</li><li>- Dados de agências de referência de crédito, artigos de imprensa, alterações nas classificações de crédito externas.</li><li>- Mudanças significativas actuais e esperadas no ambiente macroeconómico, político, regulamentar e tecnológico do mutuário ou nas suas actividades de negócio.</li></ul>	<p>O Banco toma em consideração a informação interna sobre o comportamento do Colaborador, como é o caso do rendimento mensal do Colaborador, exposições creditícias em outras instituições de crédito, intenção de denúncia do contrato de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Registo de pagamento - inclui o estado de atraso, bem como uma série de variáveis sobre os rácios de pagamento;</li><li>- Uso do limite concedido;</li><li>- Pedido e concessão de moratória;</li><li>- Mudanças existentes e previstas nas condições de negócio, financeiras e económicas.</li></ul>

### Pressupostos para o apuramento dos PD'S

Para o cálculo e o apuramento dos PD's, o Banco utiliza um modelo que é conduzido por uma matriz que consubstancia os seguintes pressupostos:

- Os PD são atribuídos em função do risco específico de cada cliente.
- Os clientes são agrupados em dois grupos: o primeiro grupo constituído por entidades privadas e internos (Colaboradores) e o segundo grupo por entidades do Estado, públicas e Bancos;
- O grau de risco de cada cliente é determinado ou apurado com base no modelo interno de graduação de risco, aprovado pelo Banco;
- A graduação do risco varia de baixo, moderado, alto e insatisfatório para entidades privadas, públicas e Bancos, enquanto para clientes internos e para o Estado é considerado por *default* risco baixo;
- O modelo de graduação de risco associa cada grau de risco a um intervalo e ainda a uma notação específica de risco por cada cliente. A notação de risco atribuído ao cliente varia de 0.00 a 5.00 onde o limite inferior representa o extremo do risco mais alto e o limite superior representa o extremo do risco mais baixo. Os PD são atribuídos de acordo com o grau de risco que varia de 0% a 100%, onde o limite inferior representa o extremo de risco mais baixo e o limite superior representa o extremo mais alto;



- O PD específico a ser imputado ao cliente é apurado ou extraído dentro do intervalo de risco do cliente, por via da multiplicação da percentagem que representa o limite máximo de cada intervalo de risco, pelo factor de determinação do PD, sendo a seguinte a fórmula do cálculo:  $PD_{\text{especifico}} = \%1 * (1 - \%2)$ , onde: %1 representa o limite máximo de intervalo de risco de cada cliente e a %2 representa a proporção que a notação de risco que o modelo atribui ao cliente, equivale dentro do intervalo de risco.

O modelo assume que o valor do PD 12 meses é igual a PD *lifetime*, no pressuposto de que, o risco da operação no curto prazo, irá oscilar dentro do padrão até à maturidade.

### **Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente**

Como indicador geral, considera-se que o risco de crédito de uma determinada exposição aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial se, com base num empréstimo estiver vencido há 30 dias ou mais. Os dias em atraso são determinados através da contagem do número de dias desde a data de vencimento em relação à qual o pagamento não tenha sido recebido.

Se houver evidência de que não há mais um aumento significativo do risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial, então, a provisão para perdas sobre um instrumento volta a ser mensurada em perda de crédito esperada de 12 meses.

Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como incumprimento ou a tolerância, podem ser indicativos de um aumento do risco de incumprimento que persiste depois do próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Banco determina um período de acompanhamento durante o qual o activo financeiro é obrigado a demonstrar um bom comportamento para fornecer evidência de que o seu risco de crédito diminuiu suficientemente.

Quando os termos contratuais de um empréstimo tiverem sido modificados, há evidência de que os critérios para reconhecer a perda de crédito esperada durante o tempo de vida, não são mais cumpridos, incluindo um histórico de desempenho de pagamento actualizado em relação aos termos contratuais alterados.

### **Incorporação de informações prospectivas**

O Banco incorpora informações prospectivas tanto na avaliação de risco de crédito de um instrumento que aumentou significativamente o risco desde o seu reconhecimento inicial, assim como na mensuração da perda de crédito esperada.

O Banco determina as perspectivas macroeconómicas, ao longo de um horizonte de planeamento de pelo menos três anos, com base nas perspectivas macroeconómicas do Banco e incluem considerações económicas futuras específicas para o cliente. A classificação do cliente reflecte, desta forma, o risco esperado do cliente tendo em conta as expectativas do Banco no que concerne às condições económicas e comerciais futuras. Ajustamentos adicionais, baseados em dados pontuais de mercado, são feitos aos PDs atribuídos a cada grau de risco para produzir PDs e PCEs representativas das condições de mercado.

Os factores-chave para o risco de crédito são: o crescimento do PIB e as taxas de inflação.



### 3.1.7 Concentração do risco

A concentração do risco de activos financeiros por indústria apresentava a seguinte estrutura:

	2022						Total
	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros ao justo valor através de ORI	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Outros activos		
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	
Governo	-	-	705,984,478	-	-	-	705,984,478
Indústria	-	-	-	2,458,402,752	-	-	2,458,402,752
Sector Financeiro	87,296,348	328,224,615	643,121,308	112,185,660	-	-	1,170,827,930
Transporte e Comunicações	-	-	-	475,382,346	-	-	475,382,346
Petróleo e Gás	-	-	-	492,589,945	-	-	492,589,945
Agricultura	-	-	-	997,413,732	-	-	997,413,732
Comércio e Serviços	-	-	-	1,058,236,127	-	-	1,058,236,127
Outros	-	-	-	419,178,836	709,814,449	-	1,128,993,285
	<b>87,296,348</b>	<b>328,224,615</b>	<b>1,349,105,786</b>	<b>6,013,389,399</b>	<b>709,814,449</b>	-	<b>8,487,830,597</b>
Imparidades	-	-	(1,457,353)	(283,177,564)	-	-	(284,634,918)
Comissões associadas ao custo amortizado	-	-	-	(19,679,829)	-	-	(19,679,829)
Justo valor	-	-	100,125,797	-	-	-	100,125,797
	<b>87,296,348</b>	<b>328,224,615</b>	<b>1,447,774,230</b>	<b>5,710,532,006</b>	<b>709,814,449</b>	-	<b>8,283,641,648</b>

	2021						Total
	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros ao justo valor através de ORI	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Outros activos		
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	
Governo	-	-	648,832,400	-	-	-	648,832,400
Indústria	-	-	-	2,008,841,329	-	-	2,008,841,329
Sector Financeiro	116,449,956	535,494,823	666,847,865	247,661,224	-	-	1,566,453,868
Transporte e Comunicações	-	-	-	629,523,607	-	-	629,523,607
Petróleo e Gás	-	-	-	732,280,436	-	-	732,280,436
Agricultura	-	-	-	820,178,889	-	-	820,178,889
Comércio e Serviços	-	-	-	1,208,480,143	-	-	1,208,480,143
Outros	-	-	-	292,729,954	624,073,947	-	916,803,901
	<b>116,449,956</b>	<b>535,494,823</b>	<b>1,315,680,265</b>	<b>5,939,695,582</b>	<b>624,073,947</b>	-	<b>8,531,394,573</b>
Imparidades	-	-	(246,635)	(175,642,344)	(2,625,390)	-	(178,514,369)
Comissões associadas ao custo amortizado	-	-	-	(24,273,615)	-	-	(24,273,615)
Justo valor	-	-	166,761,486	-	-	-	166,761,486
	<b>116,449,956</b>	<b>535,494,823</b>	<b>1,482,195,116</b>	<b>5,739,779,623</b>	<b>621,448,557</b>	-	<b>8,495,368,075</b>

### 3.2 Risco do mercado

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, isto é, ao risco no justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que sofrer flutuações causadas por alterações nos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições de taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como, as taxas de juro, margens de juro de crédito, taxas de câmbio e preços de capital.

#### Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para medir e controlar o risco de mercado são as seguintes:



### 3.2.1 Risco cambial

Enquadra-se no risco de mercado e corresponde ao risco de que uma parte dos resultados, positivos ou negativos, tenha origem nas flutuações das taxas de câmbio. O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível do Balanço e dos Fluxos de Caixa. A Comissão Executiva estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, as quais são monitoradas numa base diária para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites quer sejam eles regulamentares quer sejam de gestão.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementado pela Unidade da Sala de Mercado nas suas actividades rotineiras.

As exposições estruturais em moeda estrangeira são compostas pelo seu valor líquido do investimento em instrumento de capital.

A exposição do Banco em termos de risco cambial, à data de 31 de Dezembro de 2022, encontra-se dentro dos limites e é apresentada na tabela seguinte:

	2022							Total MT
	ZAR MT	USD MT	EUR MT	GBP MT	AUD MT	CAD MT	NZD MT	
<b>Activos por moeda</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	773	14,331,507	164	589,013	428,858	504,146	2,667	18,436,457
Disponibilidades em instituições de crédito	12,725,825	208,444,393	277,921	-	-	-	-	221,448,139
Aplicações em instituições de crédito	18,856,197	569,487,977	-	-	-	-	-	588,344,174
Empréstimos a clientes	-	1,229,085,672	-	-	-	-	-	1,256,082,629
Investimento em títulos	-	371,623,832	-	-	-	-	-	371,082,205
Outros Activos	-	158,890	-	-	-	-	-	39,387,984
<b>Total de activos por moeda</b>	<b>31,582,795</b>	<b>2,393,132,271</b>	<b>278,085</b>	<b>589,013</b>	<b>428,858</b>	<b>504,146</b>	<b>2,667</b>	<b>2,494,781,588</b>
<b>Passivos</b>								
Recursos de outras instituições de crédito	-	1,316,516,868	-	-	-	-	-	1,316,516,868
Recursos de clientes	2,556,319	1,105,460	-	-	-	-	-	10,393,860
Outras exigibilidades	-	28,149,923	91,176	-	-	-	-	28,241,099
<b>Total de passivos por moeda</b>	<b>2,556,319</b>	<b>1,345,772,251</b>	<b>91,176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,355,151,827</b>
<b>Posição cambial em 2022</b>	<b>29,026,475</b>	<b>1,047,360,019</b>	<b>186,909</b>	<b>589,013</b>	<b>428,858</b>	<b>504,146</b>	<b>2,667</b>	<b>1,139,629,761</b>
<b>Posição cambial em 2021</b>	<b>28,883,027</b>	<b>397,722,990</b>	<b>12,566,028</b>	<b>21,779,936</b>	<b>458,213</b>	<b>5,009</b>	<b>482,910</b>	<b>461,898,113</b>

	2021							Total MT
	ZAR MT	USD MT	EUR MT	GBP MT	AUD MT	CAD MT	NZD MT	
<b>Activos por moeda</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	18,435,922	535	-	-	-	-	18,436,457
Disponibilidades em instituições de crédito	29,340,468	35,212,635	12,565,493	21,779,936	458,213	5,009	482,910	99,844,664
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a clientes	-	1,256,082,629	-	-	-	-	-	1,256,082,629
Investimento em títulos	-	371,082,205	-	-	-	-	-	371,082,205
Outros Activos	-	39,387,984	-	-	-	-	-	39,387,984
<b>Total de activos por moeda</b>	<b>29,340,468</b>	<b>1,720,201,375</b>	<b>12,566,028</b>	<b>21,779,936</b>	<b>458,213</b>	<b>5,009</b>	<b>482,910</b>	<b>1,784,833,939</b>
<b>Passivos</b>								
Recursos de outras instituições de crédito	-	992,505,352	-	-	-	-	-	992,505,352
Recursos de clientes	457,441	9,936,419	-	-	-	-	-	10,393,860
Outras exigibilidades	-	320,036,614	-	-	-	-	-	320,036,614
<b>Total de passivos por moeda</b>	<b>457,441</b>	<b>1,322,478,385</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,322,935,826</b>
<b>Posição cambial em 2021</b>	<b>28,883,027</b>	<b>397,722,990</b>	<b>12,566,028</b>	<b>21,779,936</b>	<b>458,213</b>	<b>5,009</b>	<b>482,910</b>	<b>461,898,113</b>
<b>Posição cambial em 2020</b>	<b>41,407,501</b>	<b>586,117,861</b>	<b>72,281,207</b>	<b>16,586,607</b>	<b>58,810,580</b>	<b>5,868</b>	<b>8,267,307</b>	<b>783,476,932</b>



## Relatório e Contas – 2022

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações da taxa de câmbio em 1% em ambos os sentidos nas principais moedas em que os activos financeiros do Banco estão expostos. Os valores seguintes reflectem o efeito que um tal movimento terá sobre os Lucros ou Perdas, mantendo as restantes variáveis constantes.

	2022	2021
	MT	MT
ZAR	290,265	288,830
USD	10,473,600	3,977,230
EUR	1,869	125,660
GBP	5,890	217,799
AUD	4,289	4,582
CAD	5,041	50
NZD	27	4,829
	<b>10,780,981</b>	<b>4,618,981</b>

Se as moedas estrangeiras se valorizassem ou desvalorizassem relativamente ao Metical, nas mesmas percentagens definidas na tabela acima, teriam um efeito igual, mas de sinal oposto sobre os resultados.

### 3.2.2 Risco da taxa de juro

Está associado aos diferentes prazos residuais de revisão de taxa de juro e resulta da volatilidade apresentada pelas taxas de juro (activas e passivas) do mercado que, tendo em consideração os diferentes prazos de *repricing* dos activos e passivos sensíveis à taxa de juro, levará à ocorrência de ganhos ou perdas que se reflectem na margem financeira e no valor de mercado dos respectivos activos e passivos. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado activo ou passivo financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, mas podem também ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. A tabela a seguir resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro.





## Relatório e Contas – 2022

	2022	2021
	MT	MT
1 - 3 meses	20,064,230	(2,007,873)
3-12 meses	13,761,445	14,340,222
1-3 anos	(24,621,198)	2,705,404
Mais 3 anos	(11,644,416)	(7,918,489)
	<b>(2,439,940)</b>	<b>7,119,264</b>

Uma variação das taxas de juro pelos mesmos percentuais estabelecidos na tabela acima observaríamos um efeito igual (positivo ou negativo), tendo em conta o comportamento da taxa de juro.

### 3.2.3 Risco de liquidez

Pode definir-se como a insuficiência dos activos de curto prazo para fazer face a responsabilidades de prazo idêntico e às saídas inesperadas de fundos. A principal medida utilizada pelo banco para gerir o risco de liquidez é o rácio dos activos líquidos para recursos alheios e outros passivos. Para este efeito, os activos líquidos são considerados como incluindo valores monetários e fundos de curto prazo e títulos de dívida de grau de investimento para o qual existe um mercado activo e liquidez de mercado, menos todos os recursos alheios e compromissos com o vencimento no mês seguinte.

Para além desta média, o Banco também recorre a projecções constantes de fluxos de caixa que espera gerar de modo a assegurar a existência de níveis de liquidez suficientes para cobrir ou honrar com os compromissos no seu vencimento.

### Maturidades dos activos e passivos

Em 31 de Dezembro de 2022, a maturidades dos activos e apresentava a seguinte estrutura:

	2022						
	Valor do balanço	Fluxo de caixa líquido esperado	Até 1 mês	1 - 3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Activo</b>							
Caixa e depósitos no Banco Central	87,296,348	87,296,348	87,296,348	-	-	-	-
Disponibilidades em instituições de crédito	328,224,615	328,224,615	328,224,615	-	-	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	1,943,470,457	1,952,620,407	459,567,837	-	923,564,592	-	569,487,978
Empréstimos a clientes	5,710,532,006	6,550,332,957	766,817,615	1,086,748,719	3,535,981,621	762,070,366	399,714,636
Investimento em títulos	1,447,774,230	1,701,452,287	1,489,888	88,402,175	137,369,605	546,527,108	927,663,511
Outros activos	709,814,449	709,814,449	24,717,648	-	685,096,801	-	-
	<b>10,227,112,106</b>	<b>11,329,741,062</b>	<b>1,667,113,951</b>	<b>1,175,150,894</b>	<b>5,282,012,619</b>	<b>1,308,597,474</b>	<b>1,896,866,125</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes	641,339,103	667,928,278	205,901,429	-	450,000,000	12,026,849	-
Recursos de outras instituições de crédito	1,316,516,868	1,804,193,417	210,249,009	128,073,518	696,073,560	202,329,964	567,467,366
Responsabilidades representadas por títulos	2,427,873,709	3,044,852,893	29,949,933	44,538,194	729,598,802	346,755,700	1,894,010,264
Recursos consignados	2,813,358,244	1,249,661,104	342,189,419	-	319,150,000	588,321,685	-
Outras Exigibilidades	156,618,247	156,618,247	156,618,247	-	-	-	-
	<b>7,355,706,172</b>	<b>6,923,253,939</b>	<b>944,908,037</b>	<b>172,611,713</b>	<b>2,194,822,361</b>	<b>1,149,434,199</b>	<b>2,461,477,630</b>
Diferencial de liquidez no balanço	<b>2,871,405,934</b>	<b>4,406,487,123</b>	<b>722,205,914</b>	<b>1,002,539,181</b>	<b>3,087,190,258</b>	<b>159,163,276</b>	<b>(564,611,506)</b>



## Relatório e Contas – 2022

Em 31 de Dezembro de 2021, a maturidades dos activos e apresentava a seguinte estrutura:

	2021						
	Valor do balanço	Fluxo de caixa líquido esperado	Até 1 mês	1 - 3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Activo</b>							
Caixa e depósitos no Banco Central	116,449,956	116,449,956	116,449,956	-	-	-	-
Disponibilidades em instituições de crédito	291,225,208	291,225,208	291,225,208	-	-	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	244,269,616	264,727,388	245,872,593	4,713,699	14,141,096	-	-
Empréstimos a clientes	5,739,779,624	7,254,265,708	353,488,465	513,537,917	3,037,286,208	1,981,348,351	1,368,604,767
Investimento em títulos	1,482,195,116	1,640,919,363	15,358,554	48,061,240	409,070,435	619,271,103	549,158,031
Outros activos	621,448,557	621,448,557	22,283,949	109,629,074	-	-	489,535,534
	<b>8,495,368,077</b>	<b>10,189,036,180</b>	<b>1,044,678,725</b>	<b>675,941,930</b>	<b>3,460,497,739</b>	<b>2,600,619,454</b>	<b>2,407,298,332</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes	927,482,406	959,843,405	41,046,575	577,361,472	341,435,358	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1,147,643,135	1,315,646,935	320,855,761	47,327,561	148,839,372	192,529,332	606,094,909
Responsabilidades representadas por títulos	2,395,964,343	3,123,059,945	327,827,337	44,538,194	173,666,385	875,273,654	1,701,754,375
Recursos consignados	1,249,661,103	1,249,661,103	-	-	319,150,000	930,511,103	-
Outras Exigibilidades	38,702,240	38,702,240	38,702,240	-	-	-	-
	<b>5,759,453,227</b>	<b>6,686,913,628</b>	<b>728,431,913</b>	<b>669,227,227</b>	<b>983,091,115</b>	<b>1,998,314,089</b>	<b>2,307,849,284</b>
Diferencial de liquidez no balanço	<b>2,735,914,850</b>	<b>3,502,122,552</b>	<b>316,246,812</b>	<b>6,714,703</b>	<b>2,477,406,624</b>	<b>602,305,365</b>	<b>99,449,048</b>

### Processo de gestão do risco de liquidez

Os procedimentos relacionados com a gestão do risco de liquidez no balanço encontram-se representados nas seguintes fases:

- Identificação das posições em risco;
- Avaliação dos riscos;
- Monitorização e controlo dos riscos;
- Decisão;
- Tomada ou ajustamento de riscos de gestão de liquidez é levado a cabo no Banco e monitorado pelo ALCO comporta os seguintes indicadores:
  - Financiar as actividades quotidianas, geridas pela monitorização dos fluxos de caixa futuros, por forma a assegurar que as exigências possam ser atendidas. Estão incluídas as reposições de fundos conforme os mesmos se vão vencendo;
  - Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
  - Monitorar os rácios de liquidez do balanço através da confrontação com as exigências internas e reguladoras; e
  - Gerir a concentração e o perfil das maturidades dos passivos.



### Impacto da alteração das taxas de reservas obrigatórias

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO), reunido na sua primeira sessão do ano, decorrida no dia 25 de Janeiro de 2023, deliberou incrementar os coeficientes de Reservas Obrigatórias, passando para os passivos em moeda nacional de 10,50% para 28,00%, e para os passivos em moeda estrangeira passou de 11,50% para 28,50%, no intuito de apoiar a recuperação económica.

O incremento dos coeficientes de Reservas Obrigatórias afecta a liquidez do Banco, ao reforçar-se o valor das reservas dos níveis de MT 77,0 milhões para MT 314 milhões, obrigando o Banco a reduzir o volume das suas operações bancárias, nomeadamente financiamento a economia, aplicações em outras instituições de crédito e investimento em títulos. Não obstante, o Banco apresenta parâmetros de liquidez adequado, situando-se o rácio de liquidez em 70,15% após a revisão dos coeficientes de reservas obrigatórias, indicador claramente acima do valor mínimo exigido de 25%, e os níveis actuais de liquidez do Banco permite adequada continuidade das operações do Banco e o alcance das metas de crescimento previstas para o ano de 2023.

### 3.3 Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, de a actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de processos internos, recursos humanos e sistemas insuficientes ou inadequados.

O risco operacional pode dividir-se por frequência elevada ou severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular, mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são, normalmente raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um ambiente baseado em elevados padrões de conduta e responsabilidade. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de políticas, processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão sempre que necessário. A Unidade de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

#### Auditoria interna

A auditoria interna desempenha um papel chave no sistema do controlo interno do Banco e no processo de garantir a alocação adequada de capital na gestão do risco operacional. A função de auditoria interna é objectiva e imparcial, e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer fraquezas no processo de controlo e políticas de gestão de risco, de modo a assegurar a conformidade com os procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco.

As inspecções cobrem todas áreas do Banco e os resultados são reportados ao Conselho de Administração.



### *Compliance*

A função *Compliance* do Banco é responsável por garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e padrões internos de conduta; promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequada aos serviços oferecidos e à dimensão da instituição; monitorar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade e proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação de mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas, assim como, pela monitorização do cumprimento dos requisitos legais. Compete, também, a esta função o reporte e interacção com o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique e do órgão de supervisão na investigação e análise de processos envolvendo transacções suspeitas.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e com os vários normativos internos (políticas, procedimentos e código de conduta). No seu conjunto, estes procedimentos visam mitigar o risco de prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal e perdas de reputação associados ao incumprimento contratual ou uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

### **3.4 Risco de solvência**

O Capital e as reservas são a evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade que é a relação entre o capital requerido a ser realizado e os elementos do activo ponderados em função do respectivo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo regulamentar de 12% de acordo com o Banco de Moçambique. O rácio de solvabilidade regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2022 é de 17,57% (2021: 33,38%), conforme a Nota 3.5 abaixo.

### **3.5 Gestão de capital**

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, instituição reguladora do sector de actividade no qual o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade de continuidade das operações do Banco, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para o seu accionista e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é reportada ao Banco de Moçambique numa base mensal.

À data do balanço, o Banco de Moçambique requer que cada Banco: (a) mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de MT 1.700.000.000,00; e (b) mantenha um rácio de solvabilidade para efeitos de regulação igual ou superior a 12%.



## Relatório e Contas – 2022

O capital do Banco para efeitos de regulação é gerido pelo Gabinete de Gestão de Risco, sendo determinado de acordo com os normativos regulamentares aplicáveis, nomeadamente, o preconizado no Aviso n.º 08/GBM/2017, de 03 de Abril. À data do balanço os capitais próprios do Banco compreendiam o capital social realizado, reservas livres, resultado do exercício anterior, deduzido dos activos intangíveis e do fundo para riscos bancários gerais e para insuficiência de provisões, pelo facto das dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, serem inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 16/GBM/13, de 31 de Dezembro.

O quadro abaixo resume o capital elegível, activo médio ponderado por risco e o rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro de 2022. O Banco cumpriu, integralmente, com os requisitos a que se encontra sujeito em termos do seu capital.

	2022	2021
	MT	MT
<b>Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado	2,240,000,000	2,240,000,000
Reservas Livres	264,972,330	230,250,848
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	887,214,079	852,273,731
Activos intangíveis	(260,296)	(1,614,848)
Insuficiência de provisões económicas sobre as regulamentares	(1,512,540,304)	(231,440,067)
Provisões para riscos gerais de crédito	1,279,789	1,117,248
Outros elementos a deduzir	(14,395,490)	-
<b>Fundos Próprios para a determinação do rácio Core Tier 1</b>	<b>3,392,186,409</b>	<b>3,322,524,579</b>
<b>Fundos Próprios de Base Tier 1</b>	<b>1,879,385,809</b>	<b>3,089,469,664</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>A 1,866,270,108</b>	<b>3,090,586,911</b>
<b>Activos Ponderados por Risco</b>		
Calculados de acordo com o Capítulo II do Aviso n.º 15/GBM/2013	10,622,750,368	9,258,649,946
<b>Total de Activos Ponderados por Risco</b>	<b>B 10,622,750,368</b>	<b>9,258,649,946</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>A/B 17.57%</b>	<b>33.38%</b>

### 3.6 Informação do justo valor

#### 3.6.1 Activos e passivos financeiros

O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia, de justo valor que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na mensuração:

- Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis. Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;
- Nível 3: Técnicas de valorização utilizando insumos não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui “inputs” não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis, pois, têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.



## Relatório e Contas – 2022

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e os modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e “inputs” utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os “spreads” de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de Obrigações e Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio.

O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, isto é, a que teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor à data do balanço, pela sua hierarquia:

	2022		
	MT	MT	MT
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Investimento em títulos</b>			
Obrigações corporativas	-	265,370,573	-
Bilhetes do Tesouro	-	61,511,410	-
Obrigações do Tesouro	-	641,827,967	-
Instrumentos de capital	-	479,064,281	-
	-	<b>1,447,774,230</b>	-
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>			
Obrigações BNI	-	2,427,873,709	-
	-	<b>2,427,873,709</b>	-
	2021		
	MT	MT	MT
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Investimento em títulos</b>			
Obrigações corporativas	-	297,825,050	-
Bilhetes do Tesouro	-	42,890,907	-
Obrigações do Tesouro	-	613,237,161	-
Instrumentos de capital	-	521,914,533	-
	-	<b>1,475,867,651</b>	-
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>			
Obrigações BNI	-	2,395,964,343	-
	-	<b>2,395,964,343</b>	-

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

### Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor do balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.



### **Investimentos em títulos**

Esta categoria inclui activos cotados e não cotados, tais como, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro, as Obrigações Corporativas e as Participações Financeiras não qualificadas.

O justo valor dos investimentos em títulos foi estimado com recurso a modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado, isto é, elementos de nível II.

A participação financeira do Banco no capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) encontra-se valorizada ao custo histórico devido à ausência de informação que permite avaliar o justo valor tendo em conta os dados do mercado. No entanto, a Administração do Banco acredita que o justo valor destes títulos se encontra perto do seu custo histórico.

### **Crédito aos clientes**

O justo valor dos empréstimos a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. O justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **Outros activos e passivos financeiros**

Os outros activos e passivos financeiros incluem recebimentos e exigibilidades; considera-se que o valor do balanço é uma estimativa razoável do justo valor dos outros activos e passivos financeiros.

### **Recursos representados por títulos**

O justo valor foi estimado com recurso a modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado, isto é, elementos de nível II.

### **Classificação de activos e passivos financeiros**

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias. O quadro apresentado abaixo, resume o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros.



## Relatório e Contas – 2022

2022					
Justo valor					
	Valores de cotação de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Outros ao custo amortizado	Total do valor de balanço	Justo valor
	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>					
Caixa e depósitos no Banco Central	-	87,296,348	-	87,296,348	87,296,348
Disponibilidades em instituições de crédito	-	328,224,615	-	328,224,615	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito	-	1,943,470,457	-	1,943,470,457	1,943,470,457
Empréstimos a clientes	-	5,710,532,006	-	5,710,532,006	5,710,532,006
Investimento em títulos	-	1,447,774,230	-	1,447,774,230	1,447,774,230
Outros activos	-	709,814,449	-	709,814,449	709,814,449
<b>Activos financeiros</b>	-	<b>10,227,112,105</b>	-	<b>10,227,112,105</b>	<b>10,227,112,105</b>
Responsabilidades representadas por títulos	-	2,427,873,709	-	2,427,873,709	2,427,873,709
Recursos de outras instituições de crédito	-	1,316,516,868	-	1,316,516,868	1,316,516,868
Recursos de clientes	-	641,339,103	-	641,339,103	641,339,103
Recursos consignados	-	2,813,358,244	-	2,813,358,244	2,813,358,244
Outras Exigibilidades	-	156,618,247	-	156,618,247	156,618,247
<b>Passivos financeiros</b>	-	<b>7,355,706,172</b>	-	<b>7,355,706,172</b>	<b>7,355,706,172</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>					
Caixa e depósitos no Banco Central	-	116,449,956	-	116,449,956	116,449,956
Disponibilidades em instituições de crédito	-	291,225,208	-	291,225,208	291,225,208
Aplicações em instituições de crédito	-	244,269,616	-	244,269,616	244,269,616
Empréstimos a clientes	-	5,739,779,624	-	5,739,779,624	5,739,779,624
Investimento em títulos	-	1,482,195,116	-	1,482,195,116	1,482,195,116
Outros activos	-	621,448,557	-	621,448,557	621,448,557
<b>Activos financeiros</b>	-	<b>8,495,368,077</b>	-	<b>8,495,368,077</b>	<b>8,495,368,075</b>
Responsabilidades representadas por títulos	-	2,395,964,343	-	2,395,964,343	2,395,964,343
Recursos de outras instituições de crédito	-	1,147,643,135	-	1,147,643,135	1,147,643,135
Recursos de clientes	-	927,482,406	-	927,482,406	927,482,406
Recursos consignados	-	1,249,661,103	-	1,249,661,103	1,249,661,103
Outras Exigibilidades	-	38,702,239	-	38,702,239	38,702,239
<b>Passivos financeiros</b>	-	<b>5,759,453,226</b>	-	<b>5,759,453,227</b>	<b>5,759,453,227</b>



**Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)**

<b>Nota</b>	<b>Página</b>
4. Margem financeira	110
5. Rendimentos de instrumentos de capital	110
6. Resultados líquidos de serviços e comissões	111
7. Proveito líquido de operações cambiais	112
8. Outros rendimentos e gastos operacionais	112
9. Gastos com pessoal	112
10. Outros gastos administrativos	113
11. Imparidade em activos	114
12. Caixa e depósitos no Banco Central	114
13. Disponibilidades em instituições de crédito	115
14. Aplicações em instituições de crédito	115
15. Empréstimos a clientes	116-117
16. Investimentos em títulos	118-122
17. Outros activos	123
18. Activos não correntes detidos para venda	124
19. Activos tangíveis	124-125
20. Activos intangíveis	125
21. Activos por impostos correntes	125-126
22. Capital social ordinário	126
23. Distribuição de Resultados do exercício anterior	127
24. Reserva legal e Resultados transitados	127
25. Reservas de justo valor	127
26. Recursos de outras instituições de crédito	128
27. Recursos de clientes	129
28. Responsabilidades representadas por títulos	130
29. Recursos consignados	131
30. Outros passivos	132
31. Passivos por impostos diferidos	133
32. Provisões	134
33. Transacções com partes relacionadas	135



#### 4. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito	184,768,040	68,969,667
Juros de crédito a clientes ao custo amortizado	767,426,198	778,515,989
Juros de investimentos em títulos	148,568,858	156,058,019
	<b>1,100,763,096</b>	<b>1,003,543,675</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	(17,769,079)	(59,500,449)
Juros de recursos de clientes	(47,222,692)	(37,551,644)
Juros de empréstimos	(58,201,643)	(33,208,988)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(225,496,176)	(158,951,401)
Outros juros e encargos similares	(24,326,871)	(18,262,658)
	<b>(373,016,461)</b>	<b>(307,475,140)</b>
	<b>727,746,636</b>	<b>696,068,535</b>

#### 5. Rendimentos de instrumentos de capital

	2022	2021
	MT	MT
<b>Rendimentos de instrumentos de capital</b>		
Dividendos de investimentos financeiros	19,642,643	18,897,839
	<b>19,642,643</b>	<b>18,897,839</b>

Os rendimentos de instrumentos de capital derivam dos ganhos de dividendos da participação do BNI no capital social do *Trade and Development Bank* (TDB).



## 6. Resultado líquido de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Rendimento de serviços e comissões</b>		
Assessoria financeira	61,320,960	-
Gestão de Fundos	100,866,723	64,700,070
Serviços bancários	53,970,298	49,402,338
	<b>216,157,981</b>	<b>114,102,408</b>
<b>Gastos com serviços e comissões</b>		
Assessoria financeira	(40,867,028)	-
Serviços bancários	(17,117,960)	(6,947,773)
	<b>(57,984,987)</b>	<b>(6,947,773)</b>
	<b>158,172,993</b>	<b>107,154,635</b>

O Banco reconhece a receita quando transfere o controle sobre um serviço para um cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo termos de pagamento significativos, e a política de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito sob a NIRF 15
Serviços de banca de investimento	<p>O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicalizado, execução de transações com clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.</p> <p>As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento.</p> <p>As taxas baseadas em transações para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transações e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transação ocorre.</p>	<p>O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de clientes.</p> <p>O rédito relacionado às transações é reconhecido no momento em que a transação ocorre.</p>



### 7. Resultado líquido de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
Ganhos reais de operações de trading de divisas	44,605,303	42,280,784
Ganhos/perdas de reavaliação de activos financeiros	1,226,666	(130,102,968)
	<b>45,831,969</b>	<b>(87,822,185)</b>

### 8. Outros rendimentos e gastos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Outros rendimentos operacionais</b>		
Abate de activos tangíveis	-	4,816,865
Outros rendimentos operacionais	1,400,826	2,690,679
	<b>1,400,826</b>	<b>7,507,544</b>
<b>Outros gastos operacionais</b>		
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	(731,170)	(32,901,030)
Patrocínios	(3,444,858)	(4,893,725)
Impostos e taxas	(24,461,374)	(4,161,984)
Outros gastos operacionais	(7,198,807)	(6,901,253)
	<b>(35,836,209)</b>	<b>(48,857,992)</b>
	<b>(34,435,383)</b>	<b>(41,350,448)</b>

### 9. Gastos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	(19,488,600)	(20,946,600)
Remuneração dos Membros da Comissão Executiva	(60,420,000)	(58,320,000)
Remuneração dos Colaboradores	(209,605,715)	(188,523,091)
Encargos sociais obrigatórios	(8,642,765)	(7,742,020)
Outros custos com pessoal	(5,169,247)	(11,856,953)
	<b>(303,326,326)</b>	<b>(287,388,664)</b>

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro analisa-se como se segue:



## Relatório e Contas – 2022

	2022	2021
Funções directivas	7	7
Funções de chefia	10	10
Funções específicas	52	49
Funções administrativas	5	5
	<b>74</b>	<b>71</b>

### 10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
	MT	MT
Água, energia e combustíveis	(5,473,617)	(4,387,132)
Material de consumo corrente	(6,006,454)	(5,634,370)
Outros fornecimentos de terceiros	(5,511,074)	(6,327,986)
Comunicações e despesas de expedição	(12,218,076)	(11,701,775)
Deslocações, estadias e representação	(6,842,815)	(9,938,986)
Publicidade e edição de publicações (10.1)	(24,357,795)	(15,906,271)
Conservação e reparação	(4,153,653)	(4,028,384)
Formação de pessoal	(8,597,873)	(3,169,603)
Seguros	(29,561,332)	(21,520,384)
Segurança e vigilância	(4,494,111)	(3,404,376)
Auditoria	(3,680,430)	(3,417,542)
Consultoria	(2,538,854)	(4,246,962)
Comunicação e dados	(8,520,580)	(8,522,811)
Gestão de condomínio e limpeza	(9,299,972)	(9,233,765)
Licenças	(3,070,788)	(3,305,402)
Judiciais contencioso e notariado	(8,879,439)	(2,100,209)
Outros gastos e encargos	(19,002,439)	(13,276,627)
	<b>(162,209,303)</b>	<b>(130,122,584)</b>

(10.1) A rubrica está relacionada com (i) publicidades obrigatórias no montante de MT 4,24 milhões (2021: MT 2,87 milhões) e; (ii) veiculação da imagem do Banco na *media* e patrocínio e participação em fóruns de negócio no valor de MT 20,11 milhões (2021: MT 13,036 milhões).



## 11. Imparidade em activos

O movimento das imparidades do Banco durante o período 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte

	2022	2021
	MT	MT
Imparidade de crédito a clientes (Nota 15)		
Dotação do exercício	107,535,221	64,192,650
Reversão do exercício	-	-
	<b>107,535,221</b>	<b>64,192,650</b>
Provisões para riscos de crédito indirecto (Nota 32 )		
Dotação do exercício	44,215,457	13,925,793
Reversão do exercício	(6,544,207)	-
	<b>37,671,250</b>	<b>13,925,793</b>
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 18 )		
Dotação do exercício	4,894,800	-
Reversão do exercício	-	-
	<b>4,894,800</b>	<b>-</b>
Imparidade de investimento em títulos (Nota 16 )		
Dotação do exercício	1,439,852	-
Reversão do exercício	(229,134)	(668,425)
	<b>1,210,718</b>	<b>(668,425)</b>
Provisões de outros activos (Nota 17 )		
Dotação do exercício	-	-
Reversão do exercício	-	(247,912)
	<b>-</b>	<b>(247,912)</b>
	<b>151,311,989</b>	<b>77,202,107</b>

## 12. Caixa e Depósitos no Banco Central

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
Caixa	14,589	14,447
Depósitos no Banco de Moçambique	87,281,758	116,435,509
	<b>87,296,348</b>	<b>116,449,956</b>

A rubrica de depósitos no Banco de Moçambique contempla o montante de MT 77,584,623.88 (2021: MT 99.486.905) destinado ao cumprimento de reservas obrigatórias, nos termos do Aviso número Aviso nº 11/GBM/2021, de 31 de Dezembro.



### 13. Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Depósitos à ordem</b>		
Em instituições de crédito no país	105,285,105	191,380,544
Em instituições de crédito no estrangeiro	222,939,510	99,844,664
	<b>328,224,615</b>	<b>291,225,208</b>

### 14. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro, esta rubrica apresentava-se como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
Em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	324,489,234	144,166,838
Depósitos	1,030,637,049	100,102,778
	<b>1,355,126,283</b>	<b>244,269,616</b>
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	18,856,197	-
Aplicações a médio e longo prazos (14.1)	569,487,977	-
	<b>588,344,174</b>	-
	<b>1,943,470,457</b>	<b>244,269,616</b>

(14.1) Corresponde a aquisição do risco de participação em um projecto infraestruturante do sector de petróleo e gás com grande impacto no desenvolvimento da economia moçambicana. Este activo foi reclassificado da rubrica de empréstimos a clientes.

A decomposição por prazo residual das aplicações encontra-se abaixo:

	2022	2021
	MT	MT
Até 1 mês	459,428,680	244,269,616
3-12 meses	914,553,801	-
Mais 3 anos	569,487,977	-
	<b>1,943,470,457</b>	<b>244,269,616</b>



### 15. Empréstimos a clientes

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Crédito interno</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo	1,062,719,264	2,242,048,050
Créditos em conta corrente caucionada	1,897,982,903	1,804,096,973
Descobertos em depósitos à ordem	874,852,600	529,176,842
	<b>3,835,554,766</b>	<b>4,575,321,865</b>
Comissões associadas ao custo amortizado	(19,679,829)	(24,273,615)
Crédito e juros vencidos	2,177,834,633	1,364,373,718
Imparidades acumuladas	(283,177,564)	(175,642,344)
	<b>5,710,532,006</b>	<b>5,739,779,624</b>

Em 31 de Dezembro, os empréstimos a clientes por sectores de actividade analisam-se como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Crédito a clientes por sectores de actividade</b>		
Transporte e Comunicações	475,382,346	629,523,607
Indústria	2,458,402,752	2,008,841,329
Agricultura	997,413,732	820,178,889
Comércio e Serviços	1,058,236,127	1,208,480,143
Petróleo e Gás	492,589,945	732,280,436
Sector Financeiro	112,185,660	247,661,224
Outros	419,178,836	292,729,955
	<b>6,013,389,399</b>	<b>5,939,695,583</b>

Em 31 de Dezembro, os prazos residuais da carteira de crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura:

	2022	2021
	MT	MT
Até 1 mês	946,166,193	55,341,096
1 - 3 meses	949,625,584	200,189,377
3-12 meses	1,283,402,938	2,106,142,705
1-3 anos	462,930,452	1,150,749,869
Mais 3 anos	193,429,599	1,062,898,818
	<b>3,835,554,766</b>	<b>4,575,321,865</b>

Em 31 de Dezembro, a antiguidade do crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura:



## Relatório e Contas – 2022

	2022	2021
	MT	MT
1 - 3 meses	401,526,314	958,668,588
Crédito vencido entre 3 a 6 meses	333,657,058	194,330,644
Crédito vencido entre 6 a 12 meses	798,313,156	115,108,487
Crédito vencido a mais de 12 meses	644,338,105	96,265,998
<b>Exposição Bruta</b>	<b>2,177,834,633</b>	<b>1,364,373,717</b>
<b>Imparidade</b>	<b>(216,377,218)</b>	<b>(84,416,315)</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>1,961,457,415</b>	<b>1,279,957,402</b>

Em 31 de Dezembro, o crédito aos clientes apresentava a seguinte imparidade:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>175,642,344</b>	<b>111,449,694</b>
Utilizações	(525,954)	-
Reforços/reversões líquidas de imparidade no ano	108,061,175	64,192,650
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>283,177,566</b>	<b>175,642,344</b>
Da qual:		
Estágio 1	66,678,709	92,905,374
Estágio 2	32,091,374	65,045,612
Estágio 3	184,407,482	17,691,358
	<b>283,177,564</b>	<b>175,642,344</b>



## 16. Investimentos em títulos

A carteira de títulos do Banco encontra-se mensurada ao justo valor através de outro rendimento integral e em 31 de Dezembro apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Obrigações do Tesouro</b>	<b>641,827,967</b>	<b>613,237,161</b>
Obrigações do Tesouro 2019 (3ª Série)	-	3,156,114
Obrigações do Tesouro 2019 (9ª Série)	-	45,002,259
Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série)	432,687,317	440,634,541
Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série)	10,394,885	10,664,404
Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série)	14,577,984	13,955,063
Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série)	45,712,582	47,571,417
Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série)	10,369,415	10,909,774
Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série)	10,182,709	10,513,405
Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série)	30,725,104	30,830,184
Obrigações do Tesouro 2022 (3ª Série)	9,577,860	-
Obrigações do Tesouro 2022 (5ª Série)	25,300,342	-
Obrigações do Tesouro 2022 (6ª Série)	25,867,624	-
Obrigações do Tesouro 2022 (8ª Série)	10,565,958	-
Obrigações do Tesouro 2022 (10ª Série)	15,866,185	-
<b>Bilhetes do Tesouro</b>	<b>61,511,410</b>	<b>42,890,907</b>
Emitidos pelo Governo da Republica de Moçambique	61,511,410	42,890,907
<b>Obrigações Corporativas</b>	<b>266,827,926</b>	<b>298,071,685</b>
Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série)	8,439,918	9,539,796
Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série)	7,686,874	8,367,347
Papel Comercial MYBUCKS 2021	-	280,164,542
Papel Comercial MYBUCKS 2022	250,701,134	-
	<b>970,167,303</b>	<b>954,199,753</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)	6,327,465	6,327,465
Trade and Development Bank - TDB	472,736,816	521,914,533
	<b>479,064,281</b>	<b>528,241,998</b>
Imparidade	(1,457,353)	(246,635)
	<b>1,447,774,230</b>	<b>1,482,195,116</b>

No exercício de 2022, assinalou-se a seguinte movimentação de imparidades:



## Relatório e Contas – 2022

	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro	246,635	2,801,222
Utilizações	-	(1,886,162)
Reforços /Reversões líquidas de imparidade no ano	1,210,718	(668,425)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>1,457,353</b>	<b>246,635</b>

O perfil da maturidade contratual dos instrumentos de dívida à data do relato é a seguinte:

	2022	2021
	MT	MT
Até 1 mês	-	16,833,200
1 - 3 meses	28,668,010	48,406,937
3-12 meses	771,929,825	338,967,462
1-3 anos	66,461,249	504,992,154
Mais 3 anos	103,108,218	45,000,000
	<b>970,167,303</b>	<b>954,199,753</b>
Imparidade	(1,457,353)	(246,635)
	<b>968,709,949</b>	<b>953,953,118</b>

Os investimentos em títulos à data do relato apresentam o seguinte detalhe:

	2022							
	Custo	Juros e outros rendimentos a receber	Rendimentos diferidos	Total	Ganhos/Perdas de JV	Imparidade	Diferenças Cambiais não realizáveis	Quantia escriturada
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Instrumentos de dívida</b>								
Obrigações do Tesouro	616,341,474	28,131,593	-	644,473,068	(2,645,101)	-	-	641,827,967
Bilhetes do Tesouro	64,640,000	-	(3,128,590)	61,511,410	-	-	-	61,511,410
Empresas privadas	265,000,012	907,224	-	265,907,236	920,690	(1,457,353)	-	265,370,573
	<b>945,981,486</b>	<b>29,038,818</b>	<b>(3,128,590)</b>	<b>971,891,714</b>	<b>(1,724,411)</b>	<b>(1,457,353)</b>	<b>-</b>	<b>968,709,949</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
Outros títulos	201,358,625	18,725,630	-	220,084,255	101,850,209	-	157,129,817	479,064,281
	<b>201,358,625</b>	<b>18,725,630</b>	<b>-</b>	<b>220,084,255</b>	<b>101,850,209</b>	<b>-</b>	<b>157,129,817</b>	<b>479,064,281</b>
	<b>1,147,340,111</b>	<b>47,764,448</b>	<b>(3,128,590)</b>	<b>1,191,975,969</b>	<b>100,125,797</b>	<b>(1,457,353)</b>	<b>157,129,817</b>	<b>1,447,774,230</b>
	2021							
	Custo	Juros e outros rendimentos a receber	Rendimentos diferidos	Total	Ganhos/Perdas de JV	Imparidade	Diferenças Cambiais não realizáveis	Quantia escriturada
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Instrumentos de dívida</b>								
Obrigações do Tesouro	582,992,155	22,949,338	-	605,941,493	7,295,668	-	-	613,237,161
Bilhetes do Tesouro	45,270,000	-	(2,379,093)	42,890,907	-	-	-	42,890,907
Empresas privadas	265,000,012	24,438,183	-	289,438,195	8,633,490	(246,635)	-	297,825,050
	<b>893,262,167</b>	<b>47,387,521</b>	<b>(2,379,093)</b>	<b>938,270,595</b>	<b>15,929,158</b>	<b>(246,635)</b>	<b>-</b>	<b>953,953,118</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
Outros títulos	201,358,625	19,141,777	-	220,500,402	150,832,328	-	156,909,268	528,241,998
	<b>201,358,625</b>	<b>19,141,777</b>	<b>-</b>	<b>220,500,402</b>	<b>150,832,328</b>	<b>-</b>	<b>156,909,268</b>	<b>528,241,998</b>
	<b>1,094,620,792</b>	<b>66,529,298</b>	<b>(2,379,093)</b>	<b>1,158,770,997</b>	<b>166,761,486</b>	<b>(246,635)</b>	<b>156,909,268</b>	<b>1,482,195,116</b>



As Obrigações do Tesouro são constituídas pelos seguintes títulos:

- **Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série)** representativas de 4.110.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Março de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 105,12 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série)** representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 25 de Março de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 104,04 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série)** representativas de 139.114 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Setembro de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de 104,99 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados á taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série)** representativas de 435.664 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 07 de Outubro de 2020, com uma maturidade de 6 anos, apresentando um justo valor de MT 103,21 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série)** representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Julho de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 103,87 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,25% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 0,75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série)** representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 101,92 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 0,75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série)** representativas de 300.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Novembro de 2021, com uma maturidade de 2 anos, apresentando um justo valor de MT 102,43 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 0,25%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.



- **Obrigações do Tesouro 2022 (3ª Série)** representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Março de 2022, com uma maturidade de 8 anos, apresentando um justo valor de MT 95,86 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 15,25% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida *de spread* de 1,75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2022 (5ª Série)** representativas de 250.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Maio de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 101,25 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17,00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2022 (6ª Série)** representativas de 260.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Junho de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 99,54 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17,00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2022 (8ª Série)** representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Setembro de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 105,76 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17,625%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- **Obrigações do Tesouro 2022 (10ª Série)** representativas de 150.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 23 de Novembro de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105,77 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 19,00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Os Bilhetes do Tesouro têm um valor total de MT 64.640.000,00 e são remuneráveis à taxa de juro média anual de 17,15%. O juro e o capital serão pagos na maturidade dos títulos.

### Os investimentos em títulos de empresas privadas são constituídos pelos seguintes instrumentos de dívida:

- **Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série)** representativas de 82.087,12 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Maio de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18,00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de uma margem de 4,50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 102,88 cada.
- **Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série)** representativas de 67.913 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 26 de Julho de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18,00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias, acrescida de uma margem de 4,50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 113,41 cada.



## Relatório e Contas – 2022

- **Papel Comercial MYBUCKS 2022 (1ª Série)** representativos de 2.500.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Junho de 2022 por 1 ano. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 18,90% fixa durante a sua maturidade. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 100,33 cada.

Os instrumentos de capital são constituídos pelos seguintes títulos de participação no capital social:

- **Participação financeira não qualificada no capital social do TDB** no valor de USD 5.513.715,00, representativo de 888 ações de classe B, equivalente a uma quota de participação de 0,5% à data de subscrição.
- **Participação no capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)** em 0,5% correspondente a MT 6.327.464,57, representativo de 63.275 ações.

A rubrica de investimentos em títulos apresentou a seguinte composição na data de relato, no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2022		
	MT	MT	MT
	Cotados	Não cotados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>			
Obrigações do Tesouro	641,827,967	-	641,827,967
Bilhetes do Tesouro	-	61,511,410	61,511,410
Empresas privadas	265,370,573	-	265,370,573
	<b>907,198,539</b>	<b>61,511,410</b>	<b>968,709,949</b>
<b>Instrumentos de capital</b>			
Outros títulos	-	479,064,281	479,064,281
	-	<b>479,064,281</b>	<b>479,064,281</b>
	<b>907,198,539</b>	<b>540,575,690</b>	<b>1,447,774,230</b>

	2021		
	MT	MT	MT
	Cotados	Não cotados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>			
Obrigações do Tesouro	613,237,161	-	613,237,161
Bilhetes do Tesouro	-	42,890,907	42,890,907
Empresas privadas	17,907,143	280,164,542	298,071,685
	<b>631,144,304</b>	<b>323,055,449</b>	<b>954,199,753</b>
<b>Instrumentos de capital</b>			
Outros títulos	-	528,241,998	528,241,998
	-	<b>528,241,998</b>	<b>528,241,998</b>
	<b>631,144,304</b>	<b>851,297,447</b>	<b>1,482,441,751</b>



## 17. Outros activos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Devedores e outras Aplicações</b>		
Recursos Humanos	3,448,454	3,895,765
Serviços Judiciais	-	5,944,761
Operações de Clientes (17.1)	6,445,047	7,502,024
Devedores Diversos	2,271,733	6,299,300
	<b>12,165,234</b>	<b>23,641,850</b>
<b>Rendimentos a receber</b>		
Outros rendimentos a receber de serviços bancários (17.2)	685,096,801	562,700,732
	<b>685,096,801</b>	<b>562,700,732</b>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	1,536,305	1,435,685
Licenças	2,905,199	5,378,883
Economato	3,489,459	-
Plano de Saúde	-	6,159,953
Encargos associados à celebração de contrato de financiamento	6,545,178	8,726,904
Outras Despesas com encargo diferido	701,662	3,256,713
	<b>15,177,804</b>	<b>24,958,138</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Contas internas	-	12,773,227
	-	<b>12,773,227</b>
	<b>712,439,839</b>	<b>624,073,947</b>
Imparidade	<b>(2,625,390)</b>	<b>(2,625,390)</b>
	<b>709,814,449</b>	<b>621,448,557</b>

(17.1) A rubrica contempla despesas de clientes efectuadas a título de adiantamento.

(17.2) A rubrica inclui receitas de comissões a receber por prestação de serviços de assessoria financeira e pela prestação de serviços bancários diversos, em particular a emissão de garantias bancárias.

Em 2022 não se verificou movimentação de imparidades sobre os outros activos, conforme:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>(2,625,390)</b>	<b>(7,574,020)</b>
Utilização	-	4,872,547
Reversões do exercício	-	76,083
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>(2,625,390)</b>	<b>(2,625,390)</b>



### 18. Activos não correntes detidos para venda

Nesta rubrica encontram-se registados imóveis e equipamentos que foram obtidos através da dação em cumprimento de créditos em dívida. Estes bens foram registados como “Activos não correntes detidos para venda” pelo seu justo valor que corresponde ao menor dos valores entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Em 31 de Dezembro, a mesma apresentava-se como segue:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Activos por recuperação de crédito</b>		
Equipamentos	272,006,100	272,006,100
	<b>272,006,100</b>	<b>272,006,100</b>
Perda de Justo Valor	(4,894,800)	-
	<b>267,111,300</b>	<b>272,006,100</b>

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	-	-
Constituição de imparidades	4,894,800	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4,894,800</b>	-

### 19. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022							Total
	Imóveis	Equipamento	Viaturas	Mobiliário e material	Outros meios básicos	Activos sob direito de uso (19.1)	Investimentos em curso	
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Custo</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	481,150,304	91,434,756	81,040,030	66,921,603	5,710,794	3,233,948	25,540,119	755,031,553
Transferência	-	-	9,666,000	-	-	-	(9,666,000)	-
Aquisições	2,086,930	16,526,758	-	423,656	499,487	177,894	19,492,765	39,207,491
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>483,237,234</b>	<b>107,961,514</b>	<b>90,706,030</b>	<b>67,345,259</b>	<b>6,210,281</b>	<b>3,411,842</b>	<b>35,366,884</b>	<b>794,239,043</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	72,571,958	47,707,165	27,545,228	27,158,423	1,025,459	2,371,563	-	178,379,796
Depreciações do exercício	9,723,436	16,986,743	19,363,343	8,229,830	652,401	780,210	-	55,735,963
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>82,295,394</b>	<b>64,693,908</b>	<b>46,908,571</b>	<b>35,388,253</b>	<b>1,677,860</b>	<b>3,151,773</b>	-	<b>234,115,759</b>
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2022	400,941,841	43,267,605	43,797,459	31,957,006	4,532,421	260,069	35,366,884	560,123,284



## Relatório e Contas – 2022

	2021							
	Imóveis	Equipamento	Viaturas	Mobiliário e material	Outros meios básicos	Activos sob direito de uso	Investimentos em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Custo</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	446,351,531	52,820,478	26,645,241	45,913,397	4,989,275	3,233,948	35,303,020	615,256,889
Abate	-	(141,789)	(6,860,211)	-	(54,164)	-	-	(7,056,164)
Transferência	18,824,011	604,890	-	-	-	-	(19,428,901)	-
Aquisições	15,974,762	38,151,177	61,255,000	21,008,206	775,683	-	9,666,000	146,830,828
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>481,150,304</b>	<b>91,434,756</b>	<b>81,040,030</b>	<b>66,921,603</b>	<b>5,710,794</b>	<b>3,233,948</b>	<b>25,540,119</b>	<b>755,031,553</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	63,250,249	36,678,456	17,850,034	21,839,223	742,734	1,724,773	-	142,085,469
Abate	-	(141,789)	(5,453,961)	-	(54,164)	-	-	(5,649,914)
Depreciações do exercício	9,321,709	11,170,498	15,149,155	5,319,200	336,889	646,790	-	41,944,241
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>72,571,958</b>	<b>47,707,165</b>	<b>27,545,228</b>	<b>27,158,423</b>	<b>1,025,459</b>	<b>2,371,563</b>	<b>-</b>	<b>178,379,796</b>
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2021	408,578,346	43,727,591	53,494,802	39,763,180	4,685,335	862,385	25,540,119	576,651,757

(19.1) O Banco detém um contrato de locação de um imóvel elegível para o reconhecimento como activos sob direito de uso em conformidade com os requisitos da NIRF 16.

### 20. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Quantia Escriturada</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	4,905,573	4,905,574
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4,905,573</b>	<b>4,905,573</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	4,153,110	3,400,150
Amortização do exercício	752,238	752,960
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4,905,348</b>	<b>4,153,110</b>
<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro</b>	<b>225</b>	<b>752,463</b>

### 21. Activos por impostos correntes

A rubrica de activos por impostos correntes decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
	MT	MT
Estimativa do imposto do exercício	(43,311,836)	(37,935,174)
Impostos / Rendimentos tributados a taxa liberatória	43,311,836	37,935,174
<b>IRPC a liquidar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamentos por conta de IRPC	74,211,221	62,787,190
Retenção na fonte de IRPC	47,153,737	46,841,884
	<b>121,364,957</b>	<b>109,629,074</b>



## Relatório e Contas – 2022

Durante o exercício de 2022, assinalou-se os seguintes movimentos nos activos por impostos correntes:

	2021	2020
	MT	MT
Activos por impostos correntes		
Por impostos a recuperar - IRPC	109,629,074	105,344,517
Utilização do crédito fiscal	-	(2,330,381)
Pagamento por conta do exercício	100,000	-
Retenções na fonte do exercício	11,635,884	6,614,938
	<b>121,364,957</b>	<b>109,629,074</b>

Os impostos sobre o lucro observaram a seguinte decomposição:

	2022	2021
	MT	MT
Impostos /Rendimentos tributados a taxa liberatória	43,311,836	37,935,174
Impostos diferidos	(8,310,271)	1,864,376
<b>IRPC a liquidar</b>	<b>35,001,565</b>	<b>39,799,550</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa de imposto	Valor (MT)	Taxa de imposto	Valor (MT)
Resultados antes de impostos	-	243,623,038	-	155,537,822
Imposto apurado com base na taxa nominal	32.00%	77,959,372	32.00%	49,772,103
Impacto dos rendimento sujeito a taxas liberatórias de imposto	-10.67%	(25,987,101)	-15.83%	(24,621,439)
Benefício fisca	-13.90%	(33,857,875)	-	-
Correcções fiscais:				
Correcções de exercícios anteriores	1.69%	4,111,282	2.53%	3,931,252
Impostos diferidos não reconhecidos em activos	1.10%	2,681,871	13.36%	6,651,463
Despesas não dedutíveis	4.14%	10,094,016	2.61%	4,066,171
<b>Total do imposto</b>	<b>14.37%</b>	<b>35,001,565</b>	<b>25.59%</b>	<b>39,799,550</b>

## 22. Capital social ordinário

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
	MT	MT
Capital realizado	2,240,000,000	2,240,000,000
<b>Total de capital subscrito e autorizado</b>	<b>2,240,000,000</b>	<b>2,240,000,000</b>

Em 31 de Dezembro de 2022, o capital social do Banco estava representado por 2.240.000.000,00 acções ordinárias de MT 1 cada, totalmente realizadas e detidas na sua totalidade pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE).



### 23. Distribuição de Resultados do exercício anterior

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco tem de reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem não inferior a 30% dos seus lucros líquidos de impostos, até que a reserva atinja um valor igual ao do capital social emitido. Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 13 de Maio de 2022, os resultados líquidos do exercício de 2021 no valor de MT 115.738.272 foram distribuídos da seguinte forma:

	2022	2021
	MT	MT
Reserva Legal	34,721,482	41,253,706
Distribuição de dividendos	46,295,309	48,129,324
Resultados Transitados	34,721,482	48,129,323
	<b>115,738,272</b>	<b>137,512,353</b>

### 24. Reserva legal e Resultados transitados

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Reserva Legal</b>		
Saldo em 01 de Janeiro	230,250,848	188,997,142
Por incorporação de resultados do exercício anterior	34,721,482	41,253,706
<b>Total de Reserva Legal</b>	<b>264,972,330</b>	<b>230,250,848</b>
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo em 01 de Janeiro	852,273,731	804,144,408
Por incorporação de resultados do exercício anterior	34,721,482	48,129,323
<b>Total de Resultados Transitados</b>	<b>886,995,213</b>	<b>852,273,731</b>
<b>Total de Reserva e Resultados Transitados</b>	<b>1,151,967,542</b>	<b>1,082,524,579</b>

### 25. Reserva de justo valor

A Reserva de justo valor a 31 de Dezembro é analisada como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
Valor de mercado dos activos financeiros	1,447,774,230	1,482,195,116
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1,347,648,432)	(1,315,433,630)
<b>Ganho potencial reconhecido na reserva de justo valor de títulos</b>	<b>100,125,797</b>	<b>166,761,486</b>
Impostos diferidos	(32,040,256)	(53,363,676)
<b>Reserva de justo valor</b>	<b>68,085,541</b>	<b>113,397,810</b>

Em 31 de Dezembro, o movimento das reservas de justo valor resumiu-se como segue:



## Relatório e Contas – 2022

	2022	2021
	MT	MT
<b>Justo valor de títulos</b>		
Saldo em 01 de Janeiro	166,761,486	51,633,266
Alterações de justo valor de títulos	(66,635,689)	115,128,220
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>100,125,797</b>	<b>166,761,486</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Saldo em 01 de Janeiro	(53,363,676)	(16,522,645)
Alterações de impostos diferidos	21,323,421	(36,841,031)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>(32,040,256)</b>	<b>(53,363,676)</b>
<b>Reserva de justo valor</b>	<b>68,085,541</b>	<b>113,397,810</b>

### 26. Recursos de outras instituições de crédito

Os Recursos de Outras Instituições de crédito a 31 de Dezembro são analisados como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
Recursos de instituições de crédito nacionais	169,255,500	319,149,500
Recursos de instituições de crédito estrangeiras	1,082,469,076	792,638,541
	<b>1,251,724,576</b>	<b>1,111,788,041</b>
<b>Juros a pagar</b>	64,792,292	35,855,094
	<b>1,316,516,868</b>	<b>1,147,643,135</b>

Os recursos de outras instituições de crédito apresentavam os seguintes prazos residuais em 31 de Dezembro:

	2022	2021
	MT	MT
Até 3 meses	304,101,731	366,711,846
3-12 meses	260,498,146	145,885,119
1-3 anos	184,449,624	188,298,500
Mais de 3 anos	567,467,367	446,747,670
	<b>1,316,516,868</b>	<b>1,147,643,135</b>



## 27. Recursos de clientes

Os recursos de clientes a 31 de Dezembro são analisados como se segue:

	2022	2021
	MT	MT
Depósitos à ordem	203,131,376	330,408,086
Depósitos à prazo	410,000,000	573,951,464
Outros recursos	2,770,056	2,217,828
	<b>615,901,432</b>	<b>906,577,378</b>
Juros a pagar	25,437,671	20,905,028
	<b>641,339,103</b>	<b>927,482,406</b>

A maturidade residual das operações a prazo apresenta a seguinte estrutura:

	2022	2021
	MT	MT
Até 1 mês	-	40,000,000
1 - 3 meses	-	525,370,000
3 - 12 meses	400,000,000	8,581,464
Mais de 1 ano	10,000,000	-
	<b>410,000,000</b>	<b>573,951,464</b>

A carteira de recursos de clientes por moeda apresenta a seguinte decomposição:

	2022	2021
	MT	MT
Moeda nacional	637,677,324	917,088,546
Moeda externa	3,661,779	10,393,860
	<b>641,339,103</b>	<b>927,482,406</b>



## 28. Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>		
Obrigações BNI 2019 - 1ª Série	-	300,000,000
Obrigações BNI Covid - 19	600,000,000	600,000,000
Obrigações BNI 2021 - 1ª Série	353,000,000	353,000,000
Obrigações BNI 2021 - 2ª Série	600,000,000	600,000,000
Obrigações BNI 2021 - 3ª Série	500,000,000	500,000,000
Obrigações BNI 2022 1º Série	325,682,000	-
	<b>2,378,682,000</b>	<b>2,353,000,000</b>
Juros a pagar	49,191,709	42,964,343
	<b>2,427,873,709</b>	<b>2,395,964,343</b>

- As Obrigações BNI 2019 (1ª série) representativas de 3.000.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Janeiro de 2019, por um período de 3 anos, tendo vencidas em Janeiro de 2022. Os títulos apresentavam uma taxa nominal variável indexada à MIMO acrescido de *spread* de 2,75%.
- As Obrigações BNI Covid -19 são representativas de 6.000.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável correspondente a 24% da PLR do Sistema Financeiro. Os juros são pagos semestralmente e o capital, será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 16 de Junho de 2020 por um período de 3 anos.
- As Obrigações BNI 2021 (1ª série) são representativas de 3.530.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à *PLR (Prime Lending Rate)* do sistema financeiro moçambicano adicionada a um *Spread* negativo de 14,65%, mas nunca abaixo de 4,25%. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 15 de Julho de 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2021 (2ª série) são representativas de 6.000.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à *PLR (Prime Lending Rate)* do sistema financeiro moçambicano adicionada a um *Spread* negativo de 8,90%, mas nunca abaixo de 10%. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 17 de Setembro 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2021 (3ª série) são representativas de MT 5.000.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à taxa MIMO adicionada a um *Spread* negativo de 1,5%, mas nunca abaixo de 10%. Os juros são pagos semestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 22 de Setembro 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2022 (1ª série) são representativas de MT 3.256.820 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à taxa MIMO adicionada a um *Spread* de 2,75. Os juros



## Relatório e Contas – 2022

são pagos semestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 29 de Janeiro 2022, por um período de 3 anos.

### 29. Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
FAE (linha de Financiamento ao Agronegócio e Empreendedorismo) (i)	99,912,947	37,014,970
FDA (Fundo de Desenvolvimento Agrário) (ii)	136,510,247	187,488,724
INCAJÚ (Instituto de Fomento de Cajú) (iii)	104,426,950	115,860,815
Linha de crédito GOV.COVID-19 (iv)	656,263,306	588,321,685
SASOL (v)	314,419,884	319,150,000
Petromoc (vi)	1,500,000,000	-
Outros	1,824,909	1,824,909
	<b>2,813,358,244</b>	<b>1,249,661,103</b>

- (i) Os recursos consignados do FAE destinam-se ao apoio ao agro-negócio e promoção do empreendedorismo ao longo do Vale do Zambeze, tendo sido mobilizados junto da Agência do Desenvolvimento do Vale de Zambeze;
- (ii) Os recursos consignados do FDA destinam-se à cobertura do risco de crédito no sector agrícola, através de emissão de garantias bancárias;
- (iii) Os recursos consignados do INCAJÚ destinam-se à cobertura do risco de crédito do subsector do caju, através de emissão de garantias bancárias;
- (iv) A linha de crédito GOV.COVID-19 foi desenvolvida em parceria com o Governo da República de Moçambique, aprovada através do Decreto n.º 37/2020, de 02 de Junho. A linha destina-se ao apoio das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) afectadas pela Covid-19. Este montante representa o valor ainda disponível para o financiamento de projectos ou empresas cujos pedidos foram aprovados, aguardando apenas o cumprimento pelos mutuários de todas as condições previas ao desembolso;
- (v) Linha de crédito SASOL destina-se ao financiamento da cadeia de valor do sector de gás natural veicular no troço entre as províncias de Maputo e Inhambane.
- (vi) Recursos para cobertura do risco de emissão de garantias bancárias internacionais de importação de combustível.

O BNI actua como um mero intermediário, com funções de garantir a gestão operacional e financeira das linhas de crédito, não assumindo, conseqüentemente, qualquer risco de crédito que possa advir com a aplicação destes recursos consignados.



### 30. Outros passivos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
Parceiros de prestação de serviços financeiros	40,867,028	-
Receitas com rendimento diferido	2,855,106	6,378,351
Remuneração a pagar a colaboradores (30.1)	15,702,500	14,414,454
Contribuições para a segurança social	1,154,706	1,050,081
IRPS (30.2)	5,055,014	4,434,210
Imposto de selo	2,448,650	2,121,065
Outros credores (30.3)	15,804,283	9,111,140
Passivos de Locação (30.4)	377,232	1,192,939
	<b>84,264,519</b>	<b>38,702,240</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		-
Contas internas	72,353,728	-
	<b>72,353,728</b>	-
	<b>156,618,247</b>	<b>38,702,240</b>

(30.1) As remunerações a pagar a Colaboradores referem-se à especialização de gastos com o subsídio de férias pago em Janeiro de 2023.

(30.2) O IRPS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) corresponde à retenção do imposto sobre as remunerações do pessoal referente ao mês de Dezembro de 2022.

(30.3) A rubrica de outros credores inclui (i) honorários dos auditores externos MT 2,94 milhões (2021: MT 2,73 milhões); (ii) despesas de comunicações e dados MT 2,03 milhões (2021: MT 767,87 mil); (iii) encargos a pagar sobre a gestão de fundos MT 2,14 milhões; (v) credores diversos no montante de MT 8,3 milhões (2021: MT 3,93 milhões).

(30.4) Esta rubrica está associada ao reconhecimento das responsabilidades de locação de um imóvel, em conformidade com a NIRF 16. No exercício de 2022, a rubrica apresentou o seguinte movimento:

	2022	2021
	MT	MT
Saldo Inicial	1,192,939	1,902,729
Juros	185,399	316,210
Efeito do ajustamento do IVA	177,894	-
Pagamento	(1,179,000)	(1,026,000)
	<b>377,232</b>	<b>1,192,939</b>



### 31. Passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	MT	MT
Diferenças cambiais	60,922,737	69,233,008
Justo valor de investimento em títulos	32,040,255	53,363,676
Activos tangíveis	(51,498)	(51,498)
	<b>92,911,494</b>	<b>122,545,186</b>

O movimento do exercício da rubrica de passivos por impostos diferidos apresenta-se na tabela que se segue:

	Saldo de abertura	2022		Total
		Por resultados	Por capitais próprio	
	MT	MT	MT	MT
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Investimento em títulos	53,363,676		(21,323,421)	32,040,255
Diferenças cambiais	69,233,008	(8,310,271)		60,922,737
Activos sobre o direito de uso	(51,498)	-	-	(51,498)
	<b>122,545,186</b>	<b>(8,310,271)</b>	<b>(21,323,421)</b>	<b>92,911,494</b>

	Saldo de abertura	2021		Total
		Por resultados	Por capitais próprio	
	MT	Gastos MT	diminuições MT	MT
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Investimento em títulos	16,522,646	-	36,841,030	53,363,676
Diferenças cambiais	67,368,632	1,864,376	-	69,233,008
Activos sobre o direito de uso	(51,498)	-	-	(51,498)
	<b>83,839,780</b>	<b>1,864,376</b>	<b>36,841,030</b>	<b>122,545,186</b>



### 32. Provisões

Em 31 de Dezembro, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Provisões para garantias e compromissos</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	20,748,397	6,822,604
Reforço líquido da Imparidade do Exercício	37,671,250	13,925,793
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>58,419,647</b>	<b>20,748,397</b>
<b>Provisões para encargos com benefícios aos empregados</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	(171,829)
Reforço líquido da Imparidade do Exercício	-	-
Reversões	-	171,829
Utilizações	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>58,419,647</b>	<b>20,748,397</b>



### 33. Transacções com partes relacionadas

Seguem abaixo os detalhes sobre transacções com partes relacionadas:

	2022	2021
	MT	MT
<b>Activo</b>		
Crédito	468,724,702	402,661,932
Órgãos Sociais	26,427,247	29,080,056
Clientes	442,297,455	373,581,876
Petromoc,SA	339,401,761	205,840,327
Silos e terminal Graneleiro da Matola, SA	102,895,694	133,248,536
Obrigações do Tesouro	641,827,967	613,237,161
<b>Depósitos de clientes</b>	118,994,422	103,391,015
Administração Central	111,381,722	103,391,015
Clientes	7,612,700	-
Petromoc,SA	7,612,700	-
<b>Recursos Consignados</b>		
Estado Moçambicano	656,263,306	588,321,685
Petromoc,SA	1,500,000,000	-
<b>Rendimentos</b>	310,105,839	263,095,198
Juros de Crédito	63,762,740	77,227,177
Juros de títulos de dívida pública moçambicana	98,498,024	121,167,951
Comissão de emissão de garantias bancárias	31,741,056	-
Comissão de assessoria financeira	61,320,960	-
Comissão sobre gestão de fundos	54,783,058	64,700,070
<b>Custos</b>		
Custos com responsabilidades representados por títulos	(170,852,625)	(104,825,256)
Juros de depósitos de clientes	(41,857,534)	(40,703,446)
Remuneração de Órgãos Sociais	79,908,600	(79,266,600)